



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE TURISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO

Sónia Deolinda Lourenço Cossa

**ECONOMIA SOLIDÁRIA NO TERRITÓRIO TURÍSTICO DO MUNICÍPIO DE
INHAMBANE (MOÇAMBIQUE): UM ESTUDO SOBRE A INTEGRAÇÃO DO
TURISMO COM AS ECONOMIAS LOCAIS**

NATAL/ RN
2024

Sónia Deolinda Lourenco Cossa

**ECONOMIA SOLIDÁRIA NO TERRITÓRIO TURÍSTICO DO MUNICÍPIO DE
INHAMBANE (MOÇAMBIQUE): UM ESTUDO SOBRE A INTEGRAÇÃO DO
TURISMO COM AS ECONOMIAS LOCAIS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGTUR/UFRN), como requisito para a obtenção do título de Doutora em Turismo.

Orientador: Francisco Fransualdo Azevedo, Prof. Doutor

NATAL/RN
2024

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro Ciências Sociais Aplicadas - CCSA

Cossa, Sonia Deolinda Lourenço.

Economia solidária no território turístico do Município de Inhambane (Moçambique): um estudo sobre a integração do Turismo com as economias locais / Sonia Deolinda Lourenço Cossa. - Natal, 2024.

187f.: il.

Tese (Doutorado em Turismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Turismo. Natal, RN, 2024.

Orientação: Prof. Dr. Francisco Fransualdo Azevedo.

1. Economia solidária - Tese. 2. Planejamento integrado - Tese. 3. Políticas públicas - Tese. 4. Território turístico - Tese. 5. Gestão participativa - Tese. I. Azevedo, Francisco Fransualdo. II. Título.

RN/UF/Biblioteca CCSA

CDU 330.342.146:338.48

Sónia Deolinda Lourenço Cossa

**ECONOMIA SOLIDÁRIA NO TERRITÓRIO TURÍSTICO DO MUNICÍPIO DE
INHAMBANE (MOÇAMBIQUE): UM ESTUDO SOBRE A INTEGRAÇÃO DO
TURISMO COM AS ECONOMIAS LOCAIS**

Natal, Junho de 2024

BANCADA EXAMIDADORA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo do Centro de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Turismo, na área de Desenvolvimento em Turismo Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA:

Prof(a). Dr(a). Francisco Fransualdo de Azevedo (Orientador)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Profa. Dra. Viviane Costa Fonseca de Almeida Medeiros (IFRN) - Membro Externo à UFRN

Prof. Dr. Carlitos Luís Siteie (UNISAVE) - Membro Externo à UFRN

Profa. Dra. Andreia Virgínia Sousa Dantas – Membro Interno (UFRN)

Prof. Dr. Mozart Fazito – Membro Interno (UFRN)

Declaração de Financiamento UEM

Para os devidos efeitos, declaro que o presente trabalho foi realizado com apoio da Universidade Eduardo Mondlane (UEM) – Moçambique.

Natal, Junho de 2024

Sónia Deolinda Lourenço Cossa

Termo de Isenção de Responsabilidade

Declaro, para todos os fins de Direito e que se fizerem necessários, que assumo total responsabilidade pelo material aqui apresentado, isentando a Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, a Coordenação do Curso, a Banca examinadora e o Orientador de toda e qualquer responsabilidade acerca do aporte ideológico empregado ao mesmo.

Conforme estabelece o Código Penal Brasileiro, concernente aos crimes contra a propriedade intelectual, o artigo nº 184 – afirma que: *Violar direito autoral: Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano ou multa.* E os parágrafos 1º e 2º, consignam, respetivamente:

§ 1º Se a violação consistir em reprodução, por qualquer meio, no todo ou em parte, sem autorização expressa do autor ou de quem o represente, (...): Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, (...).

§2º Na mesma pena do parágrafo anterior, incorre quem vende, expõe à venda, aluga, introduz no país, adquire, oculta, empresta, troca ou tem em depósito, com intuito de lucro, original ou cópia de obra intelectual, (...), produzidos ou reproduzidos com violação de direito autoral.

Diante do que apresenta o artigo nº 184 do Código Penal Brasileiro, estou ciente que poderei responder civil, criminalmente e/ou administrativamente, caso seja comprovado plágio integral ou parcial do trabalho.

Natal, Junho de 2024

Sónia Deolinda Lourenço Cossa

DEDICATÓRIA

*À memória da minha mãe biológica
e de criação.*

*Às minhas filhas e esposo pela força
e inspiração aos desafios da vida*

AGRADECIMENTOS

A elaboração da presente pesquisa contou com a colaboração de várias pessoas, e agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para sua concretização.

Agradecimento especial ao meu orientador, o Prof. Dr. Francisco Fransualdo Azevedo, por compartilhar seu conhecimento, disposição e apoio constante não apenas na elaboração da tese, mas também ao longo do processo de doutorado, transmitindo valiosos ensinamentos tanto acadêmicos quanto sociais. Sua orientação foi fundamental e por isso, serei eternamente grata.

Ao Prof. Dr. Helsio Amiro Motany de Albuquerque Azevedo, cujo empenho e dedicação foram essenciais para a realização do convênio que possibilitou a criação do programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Aos gestores dos empreendimentos de economia solidária, intervenientes do Setor Público e Privado, líderes comunitários e agentes das economias locais por sua disposição, abertura e prontidão em compartilhar as informações necessárias para a realização da pesquisa.

Aos colegas da turma especial de doutorado, pela companhia, apoio mútuo e força ao longo desta jornada acadêmica. Gouveia Sumale, Leonildo Benjamim, João Gove Júnior, Fernando Massango, Joana Neves, Maria Albertina e António Gomes Matola (em memória).

Aos professores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte pelos ensinamentos científicos e dedicação ao longo desse percurso, em especial à Prof^a. Dr. Lissa Valéria Fernandes Ferreira, Prof. Doutor Wilker Nóbrega e Prof^a Dra. Leilianne Michelle Trindade da Silva Barreto.

Gratidão de forma muito especial à minha família: minhas filhas, Lunara de Jesus Benjamim e Khloe Anaya Benjamim, e meu esposo, Leonildo Fernando Benjamim, pelo apoio constante ao longo dessa jornada. Agradeço pela compreensão demonstrada diante da minha ausência ou distanciamento em momentos cruciais para a construção da nossa família.

Aos amigos e familiares que se tornaram pais das minhas filhas em todos os momentos em que precisei deixá-las sozinhas ao longo deste percurso, meu profundo agradecimento.

E, por fim, agradeço a Deus pela proteção e pelo amparo infinito.

Cossa, SDL (2024). *Economia Solidária no Território Turístico do Município de Inhambane (Moçambique): Um Estudo sobre a Integração do Turismo com as Economias Locais* (tese de doutorado), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil.

RESUMO

A presente tese tem como principal objetivo analisar a integração das atividades locais aos princípios da economia solidária no TTMI. A abordagem adotada foi a qualitativa, seguindo as técnicas de pesquisa bibliográfica e documental. O universo da pesquisa de campo contou com a aplicação de questionário aos estabelecimentos de restauração, fazedores da música e dança local e membros da comunidade local e aplicação de entrevistas aos empreendimentos de economia solidária (agricultores, oleiros e pescadores), representantes do setor público a partir da Direção Provincial de Cultura e Turismo de Inhambane; e privado a partir da Associação Provincial de Hotelaria e Turismo de Inhambane, líderes comunitários, pequenos comerciantes e vendedores do mercado local e grelha de observação não participante e sistemática. Para garantir a análise das informações, sistematização das ideias, elaboração do relatório e conclusão, foi adotada a análise de discurso, que irá suportar-se no uso dos métodos descritivo, explicativo e estatístico. O conteúdo teórico da pesquisa explora questões relacionadas à cooperação, gestão compartilhada e o "eu coletivo" como termos fundamentais para discutir a economia solidária. Aborda o planejamento turístico na perspectiva integrada de gestão e o processo de concepção e implementação das políticas públicas de turismo. Toda a reflexão é feita com vista a analisar os elementos essenciais para a constituição das iniciativas de economia solidária. A maioria dos participantes da pesquisa é formada por mulheres, sendo que os empreendimentos de economia solidária são compostos principalmente por adultos e idosos, que possuem baixa escolaridade. Os agentes da economia local são majoritariamente jovens, com uma presença significativa de pessoas com níveis de formação fundamental e médio, além de uma percentagem considerável de indivíduos com formação superior. No TTMI existem algumas atividades locais integradas aos princípios de economia solidária, contudo, ainda tem alguns obstáculos por ultrapassar. A participação da economia local no planejamento do turismo é fraca, o processo de elaboração das políticas públicas não permite a sua integração ativa, e o baixo nível de formação também constitui um grande desafio, portanto, o modelo de gestão adotado no TTMI não assegura a integração das economias locais no planejamento turístico do TTMI. Deste modo os resultados obtidos possibilitaram validar a segunda hipótese da pesquisa, a qual afirma que um "fraco nível de formação e do conhecimento dos diferentes instrumentos de gestão do turismo, a fragilidade das iniciativas de empreendimentos de economia solidária por parte das comunidades locais contribui negativamente para o desenvolvimento das economias locais, com base no turismo. Para melhorar esse processo, é necessário um maior envolvimento e comprometimento tanto do setor público quanto do privado, para melhorar os modelos de planejamento aplicados e assegurar a formação da comunidade para o seu empoderamento.

Palavras chave: Economia solidária, Economias locais, Planejamento integrado, Políticas públicas, Território turístico, Gestão participativa

Cossa, S. D. L. (2024). *Solidarity Economy in the Tourist Territory of the Municipality of Inhambane (Mozambique): A Study on the Integration of Tourism with Local Economies* (doctoral thesis), Federal University of Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brazil.

ABSTRACT

The main objective of this thesis is to analyze the integration of local activities with the principles of solidarity economy in the TTMI. The approach adopted was qualitative, following bibliographic, documentary and online research techniques. The universe of field research included the application of a questionnaire to catering establishments, local music and dance makers and members of the local community and the application of interviews to solidarity economy enterprises (farmers, potters and fishermen), representatives of the public sector and from the Inhambane Provincial Directorate of Culture and Tourism; and privately from the Inhambane Provincial Hotel and Tourism Association, community leaders, small traders and local market vendors and a non-participant and systematic observation grid. To ensure the analysis of information, systematization of ideas, preparation of the report and conclusion, discourse analysis was adopted, which will be supported by the use of descriptive, explanatory and statistical methods. The theoretical content of the research explores issues related to cooperation, shared management and the "collective self" as fundamental terms to discuss the solidarity economy. It addresses tourism planning from an integrated management perspective and the process of designing and implementing public tourism policies. All reflection is carried out with a view to analyzing the essential elements for the creation of solidarity economy initiatives. The majority of research participants are women, and solidarity economy enterprises are mainly made up of adults and elderly people, who have low education. The agents of the local economy are mostly young, with a significant presence of people with primary and secondary education levels, in addition to a considerable percentage of individuals with higher education. In TTMI there are some local activities integrated with the principles of solidarity economy, however, there are still some obstacles to overcome. The participation of the local economy in tourism planning is weak, the public policy development process does not allow for its active integration, and the low level of training also constitutes a major challenge, therefore, the management model adopted in the TTMI does not ensure the integration of local economies into TTMI tourism planning. In this way, the results obtained made it possible to validate the second hypothesis of the research, which states that a "weak level of training and knowledge of different tourism management instruments, the fragility of solidarity economy enterprise initiatives on the part of local communities contributes negatively for the development of local economies, based on tourism. To improve this process, greater involvement and commitment from both the public and private sectors is necessary, to improve the planning models applied and ensure the formation of the community for empowerment.

Keywords: Solidarity economy, Local economies, Integrated planning, Public policies, Tourist territory, Participative management.

Cossa, SDL (2024). *Economía solidaria en el territorio turístico del municipio de Inhambane (Mozambique): un estudio sobre la integración del turismo con las economías locales* (tesis doctoral), Universidad Federal de Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil.

RESUMEN

El principal objetivo de esta tesis es analizar la integración de las actividades locales con los principios de la economía solidaria en los TTMI. El universo de la investigación de campo incluyó la aplicación de un cuestionario a establecimientos de restauración, creadores de música y danza locales y miembros de la comunidad local y la aplicación de entrevistas a empresas de economía solidaria (agricultores, alfareros y pescadores), representantes del sector público y de la Dirección Provincial de Cultura y Turismo de Inhambane; y de forma privada de la Asociación Provincial de Hoteles y Turismo de Inhambane, líderes comunitarios, pequeños comerciantes y vendedores del mercado local y una red de observación no participante y sistemática/estructurada. Para asegurar el análisis de la información, sistematización de ideas, elaboración del informe y conclusión, se adoptó el análisis del discurso, el cual se apoyará en el uso de métodos descriptivos, explicativos y estadísticos. El contenido teórico de la investigación explora cuestiones relacionadas con la cooperación, la gestión compartida y el "yo colectivo" como términos fundamentales para discutir la economía solidaria. Aborda la planificación turística desde una perspectiva de gestión integrada y el proceso de diseño e implementación de políticas públicas turísticas. Toda reflexión se realiza con vistas a analizar los elementos esenciales para la creación de iniciativas de economía solidaria. La mayoría de los participantes en la investigación son mujeres, y las empresas de economía solidaria están compuestas principalmente por adultos y personas mayores con bajo nivel educativo. Los agentes de la economía local son en su mayoría jóvenes, con una importante presencia de personas con niveles de educación primaria y secundaria, además de un porcentaje considerable de personas con educación superior. En TTMI existen algunas actividades locales integradas con los principios de la economía solidaria, sin embargo, aún quedan algunos obstáculos por superar. La participación de la economía local en la planificación turística es débil, el proceso de desarrollo de políticas públicas no permite su integración activa y el bajo nivel de capacitación también constituye un desafío importante, por lo que el modelo de gestión adoptado en el TTMI no asegura la integración de las economías locales en la planificación turística de TTMI. De esta manera, los resultados obtenidos permitieron validar la segunda hipótesis de la investigación, que afirma que un "débil nivel de formación y conocimiento de los diferentes instrumentos de gestión turística, la fragilidad de las iniciativas empresariales de economía solidaria por parte de las comunidades locales contribuye negativamente para el desarrollo de las economías locales, basadas en el turismo. Para mejorar este proceso es necesario un mayor involucramiento y compromiso tanto del sector público como del privado, para mejorar los modelos de planificación aplicados y asegurar la formación de la comunidad para el empoderamiento.

Palabras clave: Economía solidaria, Economías locales, Planificación integrada, Políticas públicas, Territorio turístico, Administración Participativa

SUMÁRIO

1. CONVITE AO TEMA	17
1.1 Justificativa	22
1.2 Objetivo geral da pesquisa	24
1.2.1 Objetivos específicos.....	24
1.3 Organização da tese.....	25
1.4 Metodologia	25
1.3.1 Fases da pesquisa	26
1.4.2 Considerações éticas da pesquisa	31
2. AS INTERFACES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA AO TERRITÓRIO TURÍSTICO.....	31
2.1 Do Conceito a Funcionalidade da Economia Solidária.....	32
2.2 Cooperativismo e associações solidárias no Turismo	38
2.3 Caminhos da Economia Solidária em Moçambique	41
2.4 Breve Contextualização Sobre o Território.....	46
2.4.1 Localização geográfica da área de estudo	50
2.5 Principais Economias Locais De Interface Com o Turismo no TTMI.....	53
2.5.1 Papel dos Coletivos Femininos no Desenvolvimento do Turismo.....	60
3. TURISMO E OS PRINCIPAIS ATORES NA ECONOMIA SOLIDÁRIA	64
3.1 Importância Socioeconômica do Turismo.....	64
3.2 Principais Atores Sociais do Turismo para A Implementação da Economia Solidária.....	73
3.2.1 Integração da Comunidade Local no Planejamento Turístico.....	74
3.2.2 Papel do Governo	78
3.2.3 Setor privado	83
3.3 Políticas Públicas de Gestão de Destinos Turísticos	85
3.3.1 Políticas Públicas de Turismo em Moçambique	91
4. CONSTRUÇÃO PRÁTICA DAS EXPERIÊNCIAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO TTMI.....	96
4.1. Perfil Sociodemográfico.....	97
4.2 Descrição Geral dos Empreendimentos da Economia Solidária do TTMI	101
4.3 Dinâmica Dos Empreendimentos da Economia Solidária no TTMI.....	107
4.3.1 Adesão.....	107
4.3.2 Cooperação.....	107
4.3.3 Autogestão.....	112
4.3.4 Formas de gestão de dinheiro.....	116
4.3.5 Educação e Formação para o Cooperativismo	123
4.3.6 Autonomia e Independência	126

4.3.7 Interesse pela Comunidade.....	127
4.4 Destino da Produção da Economia Local.....	130
5. ENVOLVIMENTO DOS ATORES DO TURISMO NA IMPLEMENTAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO TTMI.....	139
5.1 Participação comunitária na elaboração de políticas públicas	141
5.2 Envolvimento do setor privado no planejamento do turismo no TTMI.....	147
5.3 Envolvimento do governo no planejamento do turismo no TTMI.....	150
5.4 Interface do turismo e a economias local	153
5. CONCLUSÕES.....	160
6. REFERÊNCIAS	163
Apêndices	173

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Roteiro Metodológico da Pesquisa	29
Tabela 2 Conceitos-Chave da Estrutura Capitalista Global e Solidária	33
Tabela 3 Princípios da Economia Solidária	37
Tabela 4 Valores Agregados Proporcionados pela Cooperação	40
Tabela 5 Características Comparativas Entre as Associações e Cooperativas	45
Tabela 6 Principais Marcos do Desenvolvimento Cooperativo em Moçambique	45
Tabela 7 Principais Associações Agrícolas no Município de Inhambane	54
Tabela 8 Contribuição das Viagens e Turismo em Moçambique	69
Tabela 9 Potenciais Efeitos Econômicos do Turismo	72
Tabela 10 Fatores de Sucesso e Fracasso no desenvolvimento do Turismo em Pequenas Localidades	77
Tabela 11 Tipologias de Políticas Públicas	87
Tabela 12 Estrutura Organizacional de Desenvolvimento do Turismo Em Moçambique	91
Tabela 13 Principais Instrumentos Legais de Desenvolvimento de Turismo Em Moçambique	94
Tabela 14 Indicadores Alcançados a Partir Do Princípio do Interesse pela Comunidade	129
Tabela 15 Principais desafios e Propostas de Solução dos Empreendimentos de Economia Solidária TTMI	148
Tabela 16 Ações do Governo para o Estímulo às Economias Locais	151
Tabela 17 Desafios e Soluções do Processo de Criação e Implementação de Políticas Públicas no TTMI	152

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Localização do Município de Inhambane	51
Figura 2 Pesca artesanal e destino do pescado nas praias da Barra e Tofo	56
Figura 3 Distribuição percentual da pesca em Inhambane	57
Figura 4 Diferentes formas de obtenção de renda das mulheres no Município de Inhambane	63
Figura 5 Evolução dos gastos de turistas internacionais em Moçambique	66
Figura 6 Evolução da procura turística em estabelecimentos hoteleiros% (2017-2021)	67
Figura 7 Moçambique e concorrentes: Tendências de Chegadas	67
Figura 8 Moçambique e concorrentes: percentagem de Chegadas e Receitas em África	68
Figura 9 Principais atores de turismo na perspectiva da economia solidária	74
Figura 10 Cadeia de desenvolvimento de turismo	76
Figura 11 Desafios organizacionais na governança turística	80
Figura 12 Funções e responsabilidades das parcerias público-privadas	85
Figura 13 Economias locais que compõem pesquisa	96
Figura 14 Faixa etária dos respondentes dos empreendimentos económicos solidários.	97
Figura 15 Faixa etária dos respondentes das economias locais.	98
Figura 16 Género dos respondentes dos empreendimentos solidários e economias locais	99
Figura 17 Nível de formação dos empreendimentos solidários.	100
Figura 18 Nível de formação dos agentes das economias locais	100
Figura 19 Mapa de localização dos empreendimentos da economia solidária	102
Figura 20 Alpendre da Cooperativa Sonho de Indundo e forno da Cooperativa dos oleiros de Mutamba	106
Figura 21 Alpendre da associação de olaria Josina Machel	106
Figura 22 Fogões e tijolo das cooperativas de oleiros	108
Figura 23 Frequência do trabalho semanal nos CDPA	109
Figura 24 Assembleia Geral do CCP Barra	114
Figura 25 Ocorrência das assembleias nas associações agrícolas	114
Figura 26 Espaço de construção da sala de reuniões do CCP da Barra	117
Figura 27 Sala de reuniões do CCP do Tofo	118
Figura 28 Associações agrícolas que realizam a divisão das sobras	120
Figura 29 Associações agrícolas que realizam a divisão das sobras	122
Figura 30 Formação em gestão de empreendimentos solidários	124
Figura 31 Representatividade dos estabelecimentos de restauração com contratos de aquisição de produtos das economias locais	131
Figura 32 Produtos locais adquiridos pelos estabelecimentos de restauração	132
Figura 33 Produtos artesanatos da área de estudo-praia do Tofo	134
Figura 34 Exemplo de Pescado das praias de Tofo e Barra	135
Figura 35 Produtos do mercado local e pequenos comerciantes	136
Figura 36 Exemplos dos espaços de produção agrícola das economias locais	137
Figura 37 Fluxo das vendas dos empreendimentos solidários	138
Figura 38 Papel dos principais atores do turismo na economia solidária	140
Figura 39 : Participação na planificação turística	141
Figura 40 Consulta pública na criação das políticas públicas para o desenvolvimento do turismo no TTMI	142
Figura 41 Processo de empoderamento das comunidades locais	145
Figura 42 Prestação de contas do turismo para a comunidade local	146
Figura 43 Representatividade dos estabelecimentos turísticos do TTMI em relação a Província	154

Figura 44 Total de estabelecimento de restauração versus total dos estabelecimentos inquiridos.	155
Figura 45 Origem e gênero dos trabalhadores e nos estabelecimentos de restauração da pesquisa	155
Figura 46 Distribuição dos hóspedes na província de Inhambane no ano 2023	156
Figura 47 Origem dos hóspedes no TTMI	157
Figura 48 Percepção das economias locais sobre aplicação dos investimentos turísticos em função das necessidades locais	157
Figura 49 Contributo de turismo para o desenvolvimento das economias locais	159

LISTA DE SIGLAS

AMPCM	Associação Moçambicana para Promoção do Cooperativismo
	Moderno
AVITUM	Associação das Agências de Viagem
APHTI	Associação Provincial de Hotelaria e Turismo de Inhambane
CTA	Confederação das Associações Económicas de Moçambique
CCP	Conselho Comunitário de Pesca
CDPA	Campo de Demonstração de Práticas Agrícolas
DINATUR	Direção Nacional de Turismo
DPCTI	Direção Provincial de Cultura e Turismo de Inhambane
END	Estratégia Nacional de Desenvolvimento
FEMOTUR	Federação Moçambicana de Hotelaria e Turismo
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
INATUR	Instituto Nacional do Turismo
INE	Instituto Nacional de Estatística
KULIMA	Organização para o Desenvolvimento Socioeconómico Integrado
MdP	Ministério das Pescas
MICULTUR	Ministério da Cultura e Turismo
NPCM	de Promoção do Cooperativismo Moderno
PEDTI	Plano estratégico de desenvolvimento de Turismo em Moçambique
PEDTM II	II Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique
PEPI	Plano Estratégico da Província de Inhambane
PEDTPI	Plano Estratégico do Desenvolvimento do Turismo na Província de Inhambane
PMMEs	Pequenas, Médias e Microempresas
SDAE's	Serviços Distritais de Atividades Económicas
TTMI	Território Turístico do Município de Inhambane
UNWTO	World Tourism Barometer
UDAA	União Distrital das Associações Agrícolas
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
WTTC	Word Travel and tourism council
WGD	Woman, Gender and Development

1. CONVITE AO TEMA

O turismo é visto como uma atividade com um impacto econômico positivo, devido ao seu efeito multiplicador e o crescimento econômico em muitos destinos. Contudo, os ganhos econômicos, nem sempre são distribuídos equitativamente entre os seus diferentes atores, dos quais, podemos destacar o setor público, setor privado e a comunidade local. Estes atores devem estar comprometidos com o planejamento e desenvolvimento de destinos turísticos, na perspectiva de que todos eles terão responsabilidades e benefícios deste processo. De acordo com Krippendorf (2001), no âmbito do planejamento integrado do turismo, muitas das vezes as comunidades locais têm se sentido excluídas do processo. O que leva a um certo ressentimento em relação aos efeitos negativos do turismo, e conduzindo cada vez mais a impressão de que as populações são invadidas pelo desenvolvimento e, ao mesmo tempo, dele excluídas.

Baseando-se na abordagem do autor acima referenciado, importa realçar que, muitas vezes, a exclusão das comunidades locais vai para além dos ganhos econômicos. São excluídas dos espaços luminosos, dos locais turísticos, muitos passam diariamente mais não os conhecem, são excluídos das políticas públicas, ou seja, não fazem parte dos espaços onde esses turistas frequentam. Porém, se tornam mão de obra barata, pois até mesmo os cargos de chefia não são ocupados por essa população local. O que cria um ressentimento, que, na prática, reflete-se numa descredibilidade para com os efeitos multiplicadores e os aspectos positivos do turismo, como a geração de emprego e renda e as melhorias gerais de vida, como, por exemplo, a infraestrutura dos lugares.

Portanto, a população invadida pelo exercício do turismo, ou seja, de sua implementação, dá a ideia de algo favorável e em sua maioria não é isso percebido pelos lugares, com destaque para os países do sul, periféricos, tais como o que acontece no município de Inhambane. O lugar é esplendoroso, porém fraca rede de infraestrutura nem para os turistas, nem para a população local, o transporte público é precário, não tem saneamento básico e diversos outros problemas, mas o turismo e os turistas estão lá.

Nas últimas décadas, o turismo experimenta uma expansão contínua e diversificação, tornando-se um dos setores econômicos de maior crescimento e alcance no mundo. Cada vez mais destinos têm investido no turismo, transformando-o como um importante motor chave do desenvolvimento socioeconômico por meio da geração de empregos e negócios, aumento das receitas de exportação e desenvolvimento de infraestrutura (UNWTO 2016, p.2). Por outro

lado, conforme o Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo na Província de Inhambane-PEDTPI (2014, p.7); o turismo tem contribuído para o "(...), o aumento das receitas fiscais, criação de empregos, oportunidades para pequenas e médias empresas, desenvolvimento de competências, a sustentabilidade ambiental, desenvolvimento econômico local, em especial, quando os bens e serviços são produzidos localmente" pode também, trazer efeitos positivos para as comunidades locais a partir do artesanato, gastronomia, arquitetura, tradições, arquitetura e atividades de lazer (Ruschmann 2000, p. 1); garantir a melhoria da qualidade de vida; conscientização e educação da comunidade; participação direta no desenvolvimento da estrutura urbana e regional e aumento da renda no destino turístico (Falcão, 2010), uma vez que os gastos dos turistas representam recursos novos que estão entrando na economia local dos lugares visitados.

O aumento da renda no destino, será maior, quanto menor for a necessidade das localidades de importar bens e serviços para poder atender aos turistas, assim como a necessidade de valorização do lugar onde ocorre o fenômeno turístico. Se o lugar for bom para quem nele vive, se as necessidades básicas da população local forem asseguradas, como cuidados de saúde, habitação digna, acesso a uma boa qualidade de educação pública, e promova um senso de consciência e diálogo em relação aos direitos e deveres de todos, então a população local não terá que depender das migalhas deixadas pelos conglomerados turísticos, que em grande parte atuam apenas nesses espaços enquanto for benéfico para os seus negócios.

Outro ponto a ser considerado está relacionado às iniciativas locais e a produção destinada a atender tanto os empreendimentos turísticos quanto a população, reduzindo assim a necessidade de depender de outros espaços. Por exemplo, em relação à produção de hortifrúti, percebe-se que os turistas interessados sobretudo em *resorts* tendem a preferir marcas conhecidas em vez de consumir produtos locais. Essa preferência impede que os estabelecimentos comprem da produção local, optando por adquirir insumos externos, o que não é benéfico para a comunidade local.

Os impactos de turismo apresentados por Falcão (2010) e UNWTO (2016), importa destacar que os estímulos aos investimentos de infraestruturas são, em especial, materializados nos espaços turísticos, a chamada turistificação, rotas ou caminhos onde o turista passo. Porém, bem próximo a eles, existem os espaços opacos, sem o básico para uma vida digna da população. Nesse caso, Joseph Krippendorf (2001) em Sociologia do Turismo argumenta que em primeiro lugar tem que ser bom para quem vive nele, e por consequência será bom para

quem vem visitar, essa deveria ser a lógica. Portanto, o turismo não gera apenas desenvolvimento e riquezas, produz também impactos negativos principalmente ao nível ambiental, sociocultural e econômico. De acordo com Ignara (2003, p.152), estes impactos podem ressaltar,

o efeito inflacionário do turismo, devido à tendência de elevação dos preços dos bens e serviços como reflexo da procura turística; a dependência exclusiva do turismo por parte de algumas regiões; priorização de investimento em infraestrutura turística em detrimento das infraestruturas sociais e os reflexos negativos a nível ambiental e social.

Em relação à dependência exclusiva do turismo, a questão a ser analisada está justamente na concentração de tempo e recursos em apenas uma atividade econômica, e nesse contexto não se pode afirmar que o turismo seja bom ou ruim, mas como toda monocultura traz consigo contribuições positivas e negativas, não sendo diferente com o turismo, o que deve existir é a integração das atividades econômicas facilitando a integração das fontes, recursos e do desenvolvimento de competências da população local, que poderá ter opções de trabalho, renda e sobretudo dignidade humana.

Face aos impactos do turismo mencionados anteriormente, a adoção de iniciativas de economia solidária pode ser considerada uma alternativa viável para incrementar a renda e promover a sustentabilidade das economias locais relacionadas ao turismo. No entanto, em Moçambique, apesar do significativo potencial para o crescimento do setor turístico, as análises científicas sobre esse assunto são escassas ou praticamente inexistentes.

De acordo com Coraggio (2015), economia solidária é um projeto de ação coletiva, incluindo práticas estratégicas de transformação e reprodução diária destinadas a construir um sistema econômico alternativo que responde à reprodução e desenvolvimento da vida. A economia solidária, pode ser considerada um conjunto de atividades econômicas e sociais, que reúne produção, distribuição e consumo - centradas em lógica distinta dos princípios norteadores do capitalismo, com destaque para heterogestão, baseadas nos princípios da cooperação, autogestão, democracia, entre tantos outros, e desenvolvendo ações que garantam além do emprego e da renda, a dignidade humana para grupos distintos: cooperativas culturais, de turismo comunitário, cooperativas de crédito, moedas sociais, cooperativas educacionais, associações de produtores agrícolas, associações de comunidades tradicionais, clubes de troca, etc., em diversos espaços rurais e urbanos.

Numa análise mais específica do turismo, a economia solidária, caracteriza-se pela capacidade de construção de uma gestão compartilhada e integrada, através de uma planificação conjunta para a construção de bens e serviços de apoio ao turismo como serviços de saúde, estradas, aeroportos, iluminação pública, entre outros, e processo de gestão dos serviços turísticos. Uma vez que permite à população escolher para onde vai o recurso público, e identificar as prioridades. No entanto, em algumas situações, o planejamento dos destinos turísticos nem sempre garante a distribuição equitativa dos ganhos advindos do turismo. Em relação a este aspecto, Santos (2001), ressalta que, no processo de planejamento turístico, as empresas utilizam o território em função dos seus próprios fins, elas têm olhos apenas para os seus objetivos.

O trabalho faz um debate sobre a integração das economias locais no território turístico do Município de Inhambane (TTMI), e como estas economias interagem com o turismo e vice-versa. Este debate tem como base a análise da atuação das organizações populares, cooperativas, associações, a sociedade civil organizada, os empreendimentos sociais, os agentes locais, no desenvolvimento do turismo no TTMI, para tal, fez-se necessário investigar os pescadores, os fazedores de artesanato, agricultores, pequenos comerciantes, fazedores da olearia, fazedores da música e dança local e comunidade local para perceber em que medida esses princípios e práticas estão presentes no cotidiano, em suas ações, pois não encontraremos esses princípios ligados a empresas tradicionais e sim em empreendimentos sociais e solidários. Foi também analisado o papel do Estado e do setor privado na integração as economias locais no desenvolvimento de destinos turísticos.

É importante destacar que no processo de planejamento e integração das economias locais, o Estado, as instituições de ensino e os movimentos sociais, tem um papel fundamental na criação de instrumentos legais que possam incentivar e orientar as práticas da economia solidária. Em Moçambique, instrumentos legais especificamente, os aprovados para iniciativas de economia solidária podem ser considerados vagos, no sentido de que, os existentes geralmente preveem a necessidade de uma gestão integrada entre os diferentes atores de desenvolvimento, mas são raramente aprovados instrumentos legais específicos que garantam a implementação e principalmente o Monitoramento destas iniciativas. Por exemplo de acordo com o Governo de Moçambique (2014, p. 38), na sua Estratégia Nacional de Desenvolvimento 2015-2035, integra o turismo como uma das áreas prioritárias de desenvolvimento, e em relação às estratégias de desenvolvimento do turismo, o documento avança que o setor,

(...) requer o desenho de programas governamentais em apoio à sua promoção, e políticas micro e macroeconómicas eficazes para estimular a produção no sector, baseada na inovação permanente como fator de conquista e garantia dos mercados. A integração dos mercados e a intensificação das trocas intra e inter setoriais, nacionais, regionais e internacionais, bem como a melhoria do acesso das micro e pequenas empresas aos mercados públicos constituem uma das condições de expansão da base produtiva deste sector.

Portanto, o documento antevê a necessidade de integração das pequenas e médias empresas, sem a observância da integração dos empreendimentos solidários. No entanto, as empresas seguem a lógica do capitalismo, são regidas pela heterogestão onde um manda e o outro obedece e por seu turno, os empreendimentos sociais, seguem a lógica da economia solidária, o princípio de autogestão, ou seja, uma gestão compartilhada, onde todos têm voz e voto. Portanto, é nesta última abordagem, onde enquadraríamos as economias locais, como condições de desenvolvimento de base produtiva do setor do turismo.

Outrossim, ainda em relação às fragilidades dos instrumentos nacionais, o II Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique – PEDTM II (2015), realça que nos últimos cinco anos, foram formulados e adotados vários planos de turismo, nos diferentes destinos turísticos de Vilankulos, Inhambane, Sussundenga e Manica. No entanto, existe pouca evidência sobre progresso significativo alcançado na implementação das recomendações contidas nesses planos. Entre os vários fatores, destaca-se o fato de os planos terem se revelado ambiciosos e complexos; falta de capacidade dos protagonistas locais para liderar a implementação; limitada integração dos programas do turismo nos planos de desenvolvimento locais; envolvimento e participação dos operadores privados na execução do plano; e deficiente coordenação e comunicação entre os vários intervenientes responsáveis pela realização das atividades interinstitucionais, e fraco envolvimento da população local, apesar de ser uma das mais interessadas neste processo.

Por outro lado, o turismo é visto como uma atividade com impactos económicos positivos, destacando-se neste caso em particular, a criação de empregos, oportunidades para pequenas e médias empresas e o desenvolvimento económico local. Em relação a estes impactos, faz-se uma analogia com o fato da Província de Inhambane ser caracterizada como um dos principais destinos turísticos de sol e praia em Moçambique, e, em contrapartida, também ser considerada a mais pobre da zona sul do país. Portanto, o desnível entre o posicionamento turístico de

Inhambane e o seu nível de desenvolvimento sócio econômico, a falta de pessoal tecnicamente qualificado de modo a garantir uma coordenação entre o setor público, privado e comunidades dos destinos, a fragilidade de Moçambique no âmbito da criação de políticas específicas sobre a economia solidária no turismo, suscitou a necessidade de desenvolver um estudo que visasse analisar a existência de integração entre a economia solidária e as atividades locais no TTMI, neste sentido que surge o seguinte questionamento,

Até que ponto as atividades locais do TTMI estão integradas aos princípios da economia solidária?

Ao buscar entender em que medida as atividades locais estão alinhadas aos princípios da economia solidária, é essencial levar em conta diversas hipóteses que possam guiar tanto a pesquisa quanto a análise. Essas suposições contribuem para organizar o estudo e destacar os elementos mais significativos que demandam investigação. A seguir, apresentamos algumas hipóteses possíveis:

H1: Apesar do fraco registo de instrumentos legais específicos, que orientam as questões da economia solidária, os diferentes atores do turismo no Município de Inhambane (setor privado, setor público e comunidade local), tem se preocupado com a criação de condições que garantam a planificação e gestão conjunta do turismo no TTMI.

H2: O fraco nível de formação, conhecimento dos diferentes instrumentos de gestão do turismo e a fragilidade das iniciativas de empreendimentos de economia solidária por parte das comunidades locais contribui negativamente para o desenvolvimento das economias locais, com base no turismo

1.1 Justificativa

A gestão de destinos turísticos envolve uma complexa rede de *stakeholders* com diferentes interesses, e para que essa gestão seja eficaz, é importante que esses interesses sejam conciliados de forma equilibrada. Este processo precisa levar em consideração as necessidades e anseios de três grupos principais: o setor público, o setor privado e a comunidade local. Estas parcerias, são fundamentais para uma gestão bem-sucedida e integrada, que por sua vez, conduzem à satisfação das expectativas de todos envolvidos na atividade turística garantindo um desenvolvimento sustentável e um bom posicionamento estratégico. Nesta linha de pensamento, a economia solidária traz subsídios que suportam a necessidade de gestão inclusiva

e partilhada de destinos turísticos. Para garantir uma gestão integrada de destinos turísticos é necessário compreender o nível de participação dos diferentes atores envolvidos na gestão do turismo no Município de Inhambane, podendo ser aplicada "com sucesso através da mobilização e aproveitamento de sinergias entre todos intervenientes" (PEDTPI, 2014, p.6).

Experiência de grupos que conjuntamente optaram pela prática da economia solidária não são recentes, mas, estudos sobre o tema tem ganhado um grande espaço no setor do turismo, devido, principalmente ao seu papel fundamental para alavancar as pequenas e médias empresas, que geralmente tem sido as mais prejudicadas na atividade turística, devido ao seu fraco poder econômico e interventivo no processo de planificação e gestão de destinos turísticos. As principais economias locais identificadas para a pesquisa são os pescadores, fazedores de produtos na base de argila, agricultores, artesãos, pequenos comerciantes, vendedores dos mercados locais, fazedores da música e dança local e comunidade local. Geralmente, estes agentes, tem tido pouco envolvimento direto com o turismo e/ou tem trabalhado de forma isolada, o que pode, de certa forma, enfraquecer a sua estrutura interventiva no setor e consequentemente, os ganhos econômicos advindos do turismo. Ainda assim, em Moçambique e em Inhambane, em particular, poucos estudos foram desenvolvidos e publicados sobre o tema, o que, de certa forma, poderá ser considerado uma lacuna para o desenvolvimento integrado do destino.

A posição estratégica do município de Inhambane, para o desenvolvimento do turismo doméstico e internacional, foi considerada um elemento fundamental para a escolha do local como área de pesquisa. A cidade de Inhambane é considerada como uma das mais atrativas cidades costeiras da África Austral. De acordo com PEDTPI (2014), dos diversos recursos naturais que abundam neste destino, destacam-se a fauna marinha e selvagem, flora, mar, rios, lagoas, assim como um rico patrimônio histórico e cultural, associado a uma excelente localização geográfica o que lhe confere uma vantagem competitiva para empreender no desenvolvimento de turismo de alta qualidade nacional, regional e internacionalmente.

Este posicionamento estratégico do destino turístico, associado ao papel econômico do turismo, também suscitou a necessidade de perceber o nível de distribuição dos ganhos advindos do turismo, olhando particularmente para as economias locais, visto que em muitas situações têm sido as mais lesadas devido ao seu fraco poder interventivo e econômico. Dessa forma, baseando-se em princípios da economia solidária, pretende-se fazer uma análise da integração entre a economia solidária e as atividades locais, no TTMI

Espera-se que os resultados desta pesquisa sejam importantes para os agentes da economia local, assim como para o setor público e privado, na criação de políticas e estratégias para o desenvolvimento integrado dos destinos turístico a partir de práticas de economia solidária e a implementação das práticas de gestão partilhada de recursos, com vista a garantir a melhoria de qualidade de vida das comunidades locais.

1.2 Objetivo geral da pesquisa

Analisar a integração das economias locais aos princípios da economia solidária no TTMI.

1.2.1 Objetivos específicos

- a) Caracterizar o perfil socioedemográfico da economia local da região turística do Município de Inhambane;
- b) Avaliar a integração do turismo no desenvolvimento das economias locais do TTMI.
- c) Descrever o nível de participação das economias locais no planeamento turístico do TTMI;
- d) Avaliar o nível de envolvimento das políticas públicas no fortalecimento das economias locais no TTMI;
- e) Indagar, os impactos positivos e negativos do turismo, sobre a economia local no TTMI;

1.3 Organização da tese

Após definir os objetivos da pesquisa, é fundamental esclarecer como foram alcançados. Para isso, foram estabelecidos os principais pressupostos utilizados para a prossecução da pesquisa, resultando na seguinte estrutura:

O primeiro capítulo, intitulado "Convite ao Tema", delimita o objeto de estudo, discute a relevância do desenvolvimento da pesquisa, estabelece os objetivos da investigação e, por último, apresenta a organização da tese. Em seguida, na metodologia da investigação, se expõem as estratégias metodológicas visando descrever os procedimentos adotados para a realização da pesquisa.

Nos capítulos dois e três, que tratam da fundamentação teórica, aborda-se a economia solidária relacionando ao território turístico, é apresentada a evolução histórica das iniciativas de economia solidária em Moçambique; discute-se o processo de planejamento turístico, levando em conta a colaboração entre os diversos atores envolvidos e o papel das políticas públicas no processo de planejamento integrado do turismo.

Nos capítulos quatro e cinco, são expostos os resultados da pesquisa, estabelecendo uma ligação entre as perspectivas dos autores analisados e os resultados da pesquisa. O foco é compreender o processo de planejamento do turismo no TTMI, examinando a atuação de cada ator e a integração das economias locais nesse contexto.

O sexto, e o último capítulo, expõem-se as conclusões da pesquisa, onde se faz a síntese dos resultados da pesquisa e apresentam-se as reflexões para investigações futuras.

1.4 Metodologia

A metodologia da pesquisa consiste em encontrar soluções para perguntas por meio da utilização do método científico, e elucidar o que o pesquisador deseja desenvolver, desde os embasamentos teóricos até as conclusões a serem obtidas.

O estudo foi conduzido com foco em uma abordagem qualitativa. Segundo Richardson (1999, p. 90), a pesquisa qualitativa “busca entender de maneira detalhada a os significados e as características situacionais apresentadas pelos entrevistados, ao invés de se concentrar na produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos”.

1.3.1 Fases da pesquisa

O prosseguimento para realizar a pesquisa seguirá três fases principais: o planejamento da pesquisa, a fase construtiva e a fase de redação.

1ª Fase: Planejamento da pesquisa

É considerado o primeiro ato construtivo do procedimento científico. Esta fase se baseou na escolha do tema, delimitação da área de estudo, elaboração da pergunta de partida, entrevista exploratória, recolha de informação para o suporte teórico e a elaboração dos instrumentos de coleta de dados. A escolha do tema e da área de estudo foram suportadas pela pesquisa exploratória, e com vista a expressar o propósito da investigação, foi elaborada a pergunta de partida. Para obter informação de suporte da pesquisa foram definidos como técnicas de pesquisa, a pesquisa bibliográfica e documental.

A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida com base na consulta de livros, artigos científicos, teses e dissertações e pesquisa documental, a partir da consulta de políticas e Planos Estratégicos de Desenvolvimento do Turismo e relatórios com dados estatísticos do turismo.

Baseando-se nas abordagens de Richardson (1999), Marconi e Lakatos (2000), foi elaborado o desenho dos instrumentos de coleta de dados necessários para a investigação, designadamente entrevistas semiestruturadas, inquéritos, e observação não participante com base nos seguintes instrumentos:

Roteiro de questionário direcionado aos estabelecimentos de restauração, fazedores da música e dança local e comunidade local; roteiro de entrevista para o setor privado a partir da Associação de Hotelaria e Turismo de Inhambane (APHTI); setor público a partir da Direção Provincial de Cultura e Turismo de Inhambane (DPCTI); líderes comunitários do bairro Josina Machel, que integra a praia do Tofo e Tofinho, e o bairro Conguiana, que integra praia da Barra, empreendimentos econômicos solidários (agricultores, produtores na base da olaria, e conselhos comunitários de pescadores) e para os agentes das economias locais (artesãos, comunidade local, pequenos comerciantes e vendedores do mercado). A amostragem definida para a pesquisa é a não probabilística, por julgamento/intencional

2ª Fase: Construtiva

Esta fase, ajuda o pesquisador a buscar explicações do fenômeno a ser pesquisado, consiste na recolha de dados previamente concebidos através de entrevistas, inquéritos e observação visando obter informação que sustente a investigação. A coleta de dados ocorreu de Junho de 2023 a Fevereiro de 2024, utilizando as principais técnicas de coleta a seguir mencionadas:

- Inquérito por questionário:

Foram aplicados em 22 estabelecimentos de restauração, com o objetivo de entender a relação deste setor com as economias locais, principalmente no que diz respeito à integração dos produtos locais na composição de suas ementas. Além disso, foram aplicados 07 inquéritos aos fazedores da música e dança local, e 30 membros da comunidade local em análise, visando compreender os processos de planejamento e, em particular, elucidar as contradições nos discursos.

- Inquérito por entrevista:

Foi aplicado nos empreendimentos de economia solidária envolvendo 14 associações agrícolas, 01 à Presidente da União Distrital das Associações Agrícolas, 01 à associação de olaria, 02 às cooperativas de oleiros, e 02 Conselhos Comunitários de Pesca (CCP) das praias da Barra e Tofo. Também foi direcionado ao Presidente das Associações de Pescadores do Município de Inhambane, com o objetivo de compreender a dinâmica dos empreendimentos solidários e sua integração no processo de planejamento e gestão do turismo; aplicou-se 01 questionário por entrevista ao Diretor da DPCTI, focando na identificação das principais políticas públicas do turismo, no nível de envolvimento dos diversos atores do setor no desenvolvimento dessas políticas, e na eficácia da implementação das políticas previamente aprovadas no TTMI; e 01 inquérito por entrevistas direcionado ao presidente da APHTI, com o objetivo de analisar a participação do setor privado na gestão do destino, assim como na elaboração e na execução das políticas públicas.

Igualmente, foram conduzidos inquéritos por entrevista a 02 líderes comunitários e 12 artesãos, com o objetivo de coletar informações sobre o grau de integração das comunidades no processo de gestão turística no Município de Inhambane. Também foram analisadas as características socioeconômicas das comunidades locais nos principais destinos turísticos da região em questão, bem como o nível de participação dessas comunidades na divisão de recursos

turísticos. Além disso, foi utilizada a técnica de observação não participante e sistemática, acompanhada pela captura de imagens e vídeos.

3ª Fase: Redacional

Nesta etapa, procedeu-se com a análise das informações, sistematização das ideias, elaboração do relatório e conclusão, tudo com o propósito de aprimorar a pesquisa. Além disso, foram consultadas fontes documentais para embasar o trabalho. Para a concretização desta fase a pesquisa adotou a análise de discurso, conforme mencionado por Pêcheux (1990, p.82 como citado em Rocha, Silva e Oliveira (2022, p.2016)

A vertente francesa desse método oferece ferramentas teóricas e metodológicas que permitem ao analista considerar as condições históricas e ideológicas em que o discurso foi produzido, possibilitando a realização de interpretações e construções de sentido. Em outras palavras, é viável ir além do conteúdo literal de um texto ou discurso, compreendendo como ele gera e transmite significados, sem reduzi-lo a algo evidente naturalizado ou hermético

A análise do discurso permite examinar um conjunto de textos sob diferentes vertentes. Dessa forma, é fundamental ressaltar as principais categorias de análise. A economia solidária é a categoria central a ser analisada, o que justifica a seleção da análise de discurso para investigar a formação de significados e a construção de realidades sociais, levando em conta os elementos que influenciam a formação dessa categoria. Para sustentar essa abordagem, serão utilizados os seguintes métodos.

Método descritivo: descrição qualitativa das estratégias de gestão turística usadas na área de estudo no que tange particularmente a inclusão na planificação e a distribuição dos recursos turísticos;

Método explicativo: com o objetivo de identificar os fatores que possam contribuir para uma gestão partilhada de recursos;

Método Estatístico: baseou-se no uso de teorias estatísticas com vista a apoiar a interpretação dos resultados da pesquisa. Este método se baseará no pacote informático Excel;

A última fase da pesquisa é a conclusão, onde foi realizada uma retrospectiva das grandes linhas de procedimento da pesquisa, suas contribuições e também serão apresentadas as limitações da

pesquisa e as reflexões para investigações futuras. A tabela **Error! Reference source not found.**, apresenta um resumo do roteiro metodológico da pesquisa:

Tabela 1

Roteiro Metodológico da Pesquisa

Problema	Objetivo geral	Objetivos específicos	Técnicas de coleta de dados	Métodos e Técnica de análise
Até que ponto as atividades locais do TTMI estão integradas aos princípios da economia solidária?	Analisar a integração das economias locais aos princípios da economia solidária no TTMI.	a) Caracterizar o perfil socioeconômico dos agentes da economia local da região turística do Município de Inhambane;	-Inquérito por entrevista aos: Empreendimentos de economia solidária, vendedores dos mercados locais, Pequenos comerciantes, e artesãos, - Inquérito por questionário a população local e fazedores da música e dança local	Método descritivo e estatístico
		b) Avaliar a integração do turismo no desenvolvimento das economias locais do TTMI.	Inquérito presencial por entrevistas individuais aos empreendimentos de economia solidária; Observação não participante; e captação de imagens,	Análise do discurso e método descritivo
		c) Descrever o nível de participação dos agentes locais no planejamento turístico do TTMI	-Inquérito por entrevista aos: Empreendimentos de economia solidária, vendedores dos mercados locais, Pequenos comerciantes, artesãos, setor público e privado e líderes comunitários;	Análise de discurso Método descritivo, estatístico

			- Inquérito por questionário a comunidade local e fazedores da música e dança local	
		d) Avaliar o nível de envolvimento das políticas públicas no fortalecimento das economias locais no TTMI;	-Inquérito por entrevista aos Setores público e privado, líderes comunitários, empreendimentos de economia solidária e agentes de economia local	Método descritivo, explicativo e pesquisa documental
		e) Indagar, os impactos positivos e negativos do turismo, sobre a economia local no TTMI;	Inquérito por questionário aos estabelecimentos de restauração	Método descritivo e explicativo
Abordagem da Pesquisa		Qualitativa		
Técnicas de pesquisa		Pesquisa bibliográfica Pesquisa documental		
Categorias / Variáveis de Análise		Economia solidária, Economias locais, Atores do turismo, Políticas públicas, Território turístico, gestão participativa		
Tipo de Amostra				
Amostragem não probabilística: Por Julgamento/Intencional	Agentes da economia local	Empreendimentos de economia solidária	14-Associações Agrícolas	
			3-Grupos coletivos de produtores na base de olaria	
			2-Grupos coletivos de pescadores	
			2-Presidentes das associações agrícolas e grupo de pescadores	
		Economia local	12-Artesãos	
			4-Pequenos comerciantes	
			6-Vendedores do mercado local	
			6-Fazedores da música e dança local	
			30-Comunidade local	

	Setor Privado	1-Associação Provincial de Hotelaria e Turismo de Inhambane 22-Estabelecimentos de restauração
	Setor público	1-Representado pela Direção Provincial da Cultura e Turismo
	Líderes comunitários	2-Josina Machel-praia do Tofo e Tofinho, Conguiana-praia da Barra

Nota. Elaboração própria (2024)

1.4.2 Considerações éticas da pesquisa

A pesquisa realizada baseou-se na legislação ética de pesquisa do Brasil, em conformidade com a Lei LGPD 13709/2018, que trata da proteção de dados pessoais. O objetivo principal foi garantir o respeito, a privacidade e a confidencialidade das informações dos participantes e informantes envolvidos. Seguindo a Resolução CNS nº 510/2016, que estabelece diretrizes éticas para pesquisas nas áreas de ciências humanas e sociais, foi consultado o Comitê de Ética e Pesquisa da UFRN (CEP) para acesso aos documentos necessários, como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, utilizado durante as entrevistas e coleta de dados (vide apêndice G). É importante ressaltar que o estudo faz parte do programa brasileiro (PPGTur), embora os dados e informações coletados refiram-se à realidade de Moçambique, país estrangeiro objeto de análise, baseando-se exclusivamente em dados empíricos primários e secundários. Estes limitaram-se apenas a dar o seu consentimento de forma oral. Durante o trabalho de campo, notou-se uma certa relutância em formalizar através do documento o processo de conversa e diálogo das entrevistas. Esse comportamento pode estar relacionado à falta de costume em pesquisas realizadas em Moçambique. Os participantes se limitaram a expressar seu consentimento verbalmente.

2. AS INTERFACES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA AO TERRITÓRIO TURÍSTICO

Este capítulo apresenta uma análise teórica com o objetivo de relacionar a aplicabilidade da economia solidária ao fomento das economias locais. Para tal, é fundamental discutir o conceito de economia solidária, sua relevância nas economias locais, descrever as principais economias locais no TTMI e explorar como a abordagem da economia solidária se relaciona com o território turístico.

2.1 Do Conceito a Funcionalidade da Economia Solidária

A economia solidária é uma prática desenvolvida há longos anos, e já vem sendo testada em vários países. Na Inglaterra, no século XVIII, durante a Revolução Industrial, por meio de uniões de caráter assistencial que, a princípio, não produziram os resultados esperados. Em 1844, sediada em Manchester, surgiu a Sociedade dos Probos de Rochdale, um grupo de 28 tecelões e 28 libras que, após 12 anos de existência, acumularam um capital de 152 mil libras e já contava com 3.450 sócios. Esta foi considerada a primeira cooperativa do mundo, e dessa reunião, surgiram os princípios do cooperativismo, baseados em um código de conduta moral, ratificados posteriormente em Genebra, no ano de 1895, ocasião em que foi criada a Aliança Cooperativa Internacional (Sousa, 2019). A partir do século XIX iniciativas semelhantes começam a expandir-se em diferentes partes do mundo (Singer, 2002).

A ideia da economia solidária geralmente aplicada em várias terminologias como, empreendimentos sociais e solidários, empresas sociais, cooperativas, associações de produtores, redes de ajuda mútua, economia comunitária, justiça social, entre outras propostas, que são consideradas teorias ligadas a práticas de sobrevivência, teórico-ideológico da boa sociedade, aquelas formas e práticas que geralmente são implantadas em culturas com escalas muito diversas e que não podem ser facilmente enumerados ou classificadas, porque não são reconhecidas e registradas como parte da economia (Coraggio, 2011).

Um dos grandes aspectos, que contribuiu para o surgimento destas práticas, foram as crises econômicas, geralmente resultantes da crise do sistema capitalista, que levou ao fechamento de várias empresas, gerando um alto índice de desemprego, assim como os subempregos, empregos esses presentes em grande escala na atividade turística, tais como: balseiros, barraqueiros, vendedores ambulantes, artesãos entre outros prestadores de serviço sem nenhum vínculo empregatício, fato que criou um quadro dramático para a classe trabalhadora

As economias solidárias recomendam formas de intervenção direta para problemas econômicos espontâneos em vez de remover o capitalismo. Para Aleixo (2014), ao contrário da economia capitalista, que foca na acumulação de capital com base em interesses individuais, a economia solidária se organiza a partir de fatores humanos, promovendo relações onde o laço social é valorizado por meio da reciprocidade e utilizando espaços comunitários para desenvolver suas práticas. “É mais transformadora do que revolucionária; ela se desenvolve baseada na colaboração entre diferentes movimentos e solicitações da sociedade” (BOZ, sd. p.52).

Enquanto o capitalismo cinge-se em políticas individualistas, as práticas solidárias defendem a necessidade de existência de espaços de produção coletivo e ações de gestão compartilhada, compartilhando direitos e deveres, por meio da autogestão, conforme demonstram os principais conceitos-chave capitalistas versus solidários descritos na tabela a seguir:

Tabela 2

Conceitos-chave da estrutura capitalista global e solidária

Visão Capitalista	Visão da Economia Solidária
Globalização	Localidade
Maximização de lucro	Bem-estar social
Ação individual	Ação coletiva
Destruição Natural	Amigo da natureza
Desigualdade	Igualdade
Eficiência	Ética moral
Democracia representativa	Democracia participativa
De propriedade de Estado ou de mercado	Não estatal e não mercantil
Consumo limitado	Consumo responsável
Competição	Colaboração

Nota. Boz, (sd. p. 52)

Diante das crises econômicas resultantes do capitalismo, as organizações, principalmente as não governamentais, começaram a refletir e a pensar nas novas formas de concepção econômica, baseadas na cooperação, autogestão e solidariedade, produzindo valores de uso e práticas de sobrevivência. Tratando-se de um novo paradigma de gestão, houve também necessidade de mudar a abordagem de alguns termos por forma a se ajustar ao novo modelo de gestão, conforme ilustram os exemplos apresentados no quadro anterior.

Em relação ao abandono das práticas capitalistas, Coraggio (2011), aponta algumas circunstâncias inter-relacionadas que contribuíram para o surgimento do discurso da economia solidária, onde destaca a crescente incapacidade do modelo de mercado neoliberal de resolver a questão social; a subsequente incapacidade do Estado em atender a essa enorme necessidade de ação e a percepção de que o mercado exclui massas crescentes de trabalhadores,

desigualdade ou exclusão; persistente vontade social dos movimentos que se autoconvocaram ao Fórum Social Mundial¹ para incluir em sua agenda a busca por propostas alternativas para a economia, abrindo a possibilidade de convergências ideológico e prático da série de posições contestatórias que representam; a vontade política manifestada por alguns países que aderem à ideia de um socialismo do século XXI, no sentido afirmar formas não capitalistas de organização econômica: cooperativas comunitárias, associações, empresas públicas renovadas e a perspectiva de mudança de sentido do sistema econômico como um todo.

Estes movimentos econômicos despertaram uma nova forma social de produção, devido a sua rápida expansão e adesão em diferentes países, visto que, a partir do século XX começou a verificar-se um maior interesse dos pesquisadores, no desenvolvimento de temas sobre a economia solidária, começando a atrair maior atenção e interesse dos diferentes setores governamentais e não governamentais. Portanto, Leal e Rodrigues (2018, p. 210), consideram que "compreender o fenômeno da economia solidária, em relação a seu conceito, características e fundamentos, permite a difusão desse modelo de economia, com potencial para provocar avanços no combate às desigualdades sociais".

A economia solidária consiste em uma abordagem econômica voltada para a reprodução da vida das pessoas, grupos e comunidades. Essa prática se estrutura principalmente em unidades domésticas, sendo fundamental o desenvolvimento de associações autogeridas que destacam a habilidade dos trabalhadores em cooperar, organizar e conduzir de forma independente atividades econômicas essenciais ao funcionamento de qualquer sociedade (Coraggio, 2011).

Para Singer (2002), a economia solidária aparece, como uma forma de busca de novas formas de regulamentação da sociedade, a auto-organização social, envolvendo ações, ao mesmo tempo, econômicas e políticas. Dentre as várias formas de interpretação dessa proposta, existem aquelas que enxergam nessas experiências uma possibilidade do surgimento de outra economia, capaz de substituir o mercado capitalista para criar o mercado de cooperação e solidariedade em empreendimentos de economia solidária. Por seu turno, Barros e Oliveira (2019, p.6), apontam que o desenvolvimento da economia solidária, é direcionada particularmente:

¹ O Fórum Social Mundial é um espaço aberto, e não uma organização ou uma instituição, em que a quase totalidade das atividades são auto-organizadas pelos participantes, os partidos políticos são deslocados do centro da cena para a condição de coadjuvantes e nenhuma assembleia ou resolução final pretende falar pelo conjunto dos presentes (leite 2003, p.12).

pela construção de cooperativas e oscilações de trabalhadores, relaciona-se ao contexto de crise econômica ampla que afeta não só as diferentes economias do mundo, mas também as bases do mecanismo histórico de regulação das sociedades na modernidade, marcadas pela sinergia entre Estado e mercado. Ela tem por vocação combinar uma dimensão comunitária, mais tradicional, com uma dimensão pública, mais moderna em sua ação.

Por outro lado, Goujon (2012), aponta que, apesar de pesquisadores ainda não terem chegado a um consenso, a economia solidária, integra vários setores de atividades, como poupança e financiamento solidário (microcrédito solidário), comércio justo, redes locais de intercâmbio, serviços pessoais, etc. Vincula uma atividade produtiva às necessidades sociais, em vez da rentabilidade; produz bens e serviços com base na participação de mulheres e homens; constrói redes sociais locais, nacionais e internacionais baseadas em consenso e cooperação; e trabalha para a regulação democrática da atividade econômica. Portanto, estes elementos englobam todas as atividades que operam segundo os princípios: de uma propriedade coletiva indivisível, distribuição de riqueza para atender às necessidades das pessoas em vez do capital, liberdade de associação, gestão democrática e tomada de decisão e gestão autônoma.

Pode se depreender que economia solidária é caracterizada pela capacidade de criação de novas formas de organização da produção de forma inclusiva, que ofereça aos envolvidos uma chance de trabalhar com autonomia e de ganhar um rendimento para o seu sustento, para tal, é importante que, os empreendimentos da economia solidária não atuem no mercado de forma isolada, pois, o seu crescimento e fortalecimento é muitas vezes alcançado a partir da união das redes de cooperação. Esta união, é fundamental principalmente para empreendimentos que queiram se introduzir no mercado, pois, a economia solidária, ajuda na sua visibilidade, no intercâmbio dos produtos, a troca, flexibilidade de gestão, a garantia da prática solidária e torna as comunidades mais autônomas. Dentre as diferentes contribuições da economia solidária, Panch et al. (2017, p. 320), realçam que esta economia,

é encorajada nos mecanismos tradicionais de intervenção do Estado em economia, através das políticas de desenvolvimento, à medida que estes começam a formular e implementar por meio de projetos abrangentes que articula várias dimensões de iniciativas local, de acordo com os princípios que sustentam a economia solidária, como justiça social, organização social do trabalho, entre outros.

Em relação às características da economia solidária, Azevedo, Alió e Silva (2016), avançam que o movimento é marcado por 3 grandes características: cooperação, autogestão e a forma de gestão do dinheiro:

A cooperação, defende que não existe uma separação ríspida entre o capital e trabalho, os membros são simultaneamente trabalhadores e proprietários. O poder de decisão não está vinculado a propriedade do empreendimento e sim a democracia onde todos envolvidos tem voz e voto garantidos pelo estatuto elaborado em assembleia onde elaboram os direcionamentos da gestão que estão centrados no princípio de uma gestão social que assegura os membros poder de decisão por meio da voz, participação no processo decisório e no voto, capacidade de votar e ser votado.

A autogestão é a "forma de organização social, política e coletiva, marcada pelo direito de participação igualitária, legítima, ativa e efetiva nas discussões sobre as questões operacionais, organizacionais e financeiras da associação ou cooperativa"² o princípio da igualdade entre os sujeitos, é um elemento essencial na constituição dos empreendimentos econômicos solidários. “Para que a autogestão se realize, é preciso que todos os sócios se informem do que ocorre na empresa e das alternativas disponíveis para resolução de cada problema” (Singer, 2002, p.19).

Por fim, forma de gestão do dinheiro, tenta explicar que na economia solidária, não existe obtenção de lucro, mas sim a conquista das sobras, resultantes da comercialização dos bens produzidos individual ou coletivamente pelos membros dos empreendimentos. Estas sobras, são geralmente divididas por igual e a outra parte destas, é usada para investimentos da associação.

Fazendo uma conjugação dos princípios da economia solidária apresentados por Azevedo, Alió e Silva (2016), com as abordagens de Sousa (2019), Leal e Rodrigues (2018) & Costa e Opuszk (2013), foi elaborada a tabela a seguir, que ilustra de forma mais detalhada os princípios da economia solidária.

² Singer (2002 como citado em Azevedo, Alió e Silva 2016, p4

Tabela 3*Princípios da economia solidária*

Principais princípios	Caraterísticas
Adesão	Ninguém deve ser obrigado a participar de uma cooperativa, bastando apenas aceitar as responsabilidades de sócio previstas no estatuto, Trata-se de um modelo em que os trabalhadores são coproprietários, isso rompe com a sistemática da alienação, que o trabalhador apenas cumpre as ordens de superiores, sem qualquer questionamento.
Cooperação	A cooperação tem em vista a proporcionar experiências compartilhadas com benefícios entre todos. O empreendimento solidário é compartilhado igualmente, garantindo que todos detenham igual poder de decisão, os membros desempenham papéis tanto de trabalhadores quanto de proprietários
Autogestão	As iniciativas autogeridas têm como característica a participação ativa dos trabalhadores na administração. É feita pelos sócios, de tal sorte que na tomada de decisões, os sócios têm igualdade de votação.
Formas de gestão de dinheiro	Os sócios controlam democraticamente o capital de sua cooperativa, eles definem em seus estatutos e assembleias o destino do capital subscrito bem como das sobras, as quais podem ser alocadas para o desenvolvimento da cooperativa, retorno aos sócios na proporção de suas transações com as cooperativas e ainda outras atividades aprovadas em assembleia.
Autonomia e Independência	As cooperativas são organizações que não estão atreladas a nenhuma outra entidade, seja ela privada ou pública.
Educação e Formação para o Cooperativismo	As cooperativas devem manter o aperfeiçoamento constante dos seus sócios, sejam dirigentes ou não, portanto, treinamento no uso de novas técnicas é fundamental para atualização dos seus quadros associativos.

Interesse pela Comunidade	Este princípio reflete que o surgimento da cooperativa ocorre no seio da comunidade e em razão disto firma-se o compromisso de dar retorno a esta comunidade.
----------------------------------	---

Nota. Adaptado de Azevedo, Alió e Silva (2016), Sousa (2019), Leal e Rodrigues (2018) & Costa e Opuszk (2013).

De uma forma geral, os princípios da economia Solidária contrariam aos projetos econômicos capitalistas, os meios de produção são os trabalhadores e as relações de trabalho são garantidas através de ações partilhadas, dando mais ênfase às populações mais desfavorecidas, e garantindo melhores condições de vida a todos envolvidos. A economia solidária é um conjunto de práticas e teorias que promovem a democracia, justiça e o desenvolvimento sustentável para enfrentar a pobreza e as desigualdades sociais. Apesar dos benefícios já aprovados em relação às iniciativas de economia solidária, a sua melhor gestão está suportada pela necessidade de criação de cooperativas, "associações, redes de cooperação, complexos cooperativos, grupos informais, dentre outros,"³ que funcionariam como "uma grande franqueadora múltipla, atuando em qualquer setor, mas que será possuída e comandada pelos próprios franqueados" (Singer, 1999 p.125).

2.2 Cooperativismo e associações solidárias no Turismo

Para interpretar o sentido epistemológico da cooperação, Barros e Oliveira (2019, p.2), afirmam que cooperar não é um "termo de fácil compreensão dada a multiplicidade de situações que recobre, podendo designar tanto uma ação, uma teoria, um meio, uma finalidade quanto uma maneira de viver e de trabalhar juntos, dentre tantas outras possibilidades".

As associações e cooperativas, são consideradas alternativas que se mantêm dando viabilidade econômica a grupos sociais antes excluídos e até reabilitando empresas falidas, que passam a ser gerenciadas pelos seus trabalhadores cooperados, sob autogestão (Arroyo, 2008). No sentido de trazer a diferença entre estes dois elementos, característicos dos empreendimentos de economia solidária, Fabianne et al. (2002 como citado em Medeiros et al. 2017, p.44), considera as associações, como tendo um significado mais amplo,

(...) sendo para tanto, qualquer iniciativa formal ou informal que reúna pessoas físicas ou outras sociedades jurídicas com objetivos comuns, visando superar dificuldades e gerar benefícios para os seus associados. Isso quer dizer que a associação é uma forma

³ Senaes, (2006 citado por Azevedo, Alió e Silva 2016, p.4)

jurídica de legalizar a união de pessoas em torno de seus interesses e que sua constituição permite a construção de melhores condições do que as que os indivíduos teriam isoladamente para a realização dos seus objetivos. Então, é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos, onde vários indivíduos se organizam de forma democrática em defesa de seus interesses.

Por seu turno, Nascimento (2004 como citado em Medeiros et al. 2017, p.44) assegura que o cooperativismo é,

um modelo de inserção econômica que coloca o trabalhador na centralidade do processo produtivo, cujos seres criadores e recriadores assumem uma perspectiva de construtor-humano. Esse modelo é considerado uma forma alternativa e forjada pelos trabalhadores sob os pilares de uma racionalidade flexível e compatível com os princípios da solidariedade e da democracia. Tal sistema apresenta-se como um instrumento político e econômico no âmbito das estratégias de sobrevivência dos seres que buscam obter melhoria na vida dos atores envolvidos nesse espaço de cooperação.

Para BOZ (sd, p. 53). objetivo das cooperativas não é apenas melhorar a vida individual dos trabalhadores, mas também minimizar dependência da economia capitalista como uma iniciativa econômica coletiva. Para o sistema moderno de cooperativas, este processo inclui obter produtos de produtores locais, financiamento por meio de cooperativas e mantendo redes cooperativas dentro de suas próprias redes, tanto quanto o capital permitir

É importante realçar que, em relação, aos critérios de participação dos membros na cooperativa, de uma forma geral, devia aceitar ou acolher “qualquer membro que quisesse associar, porque ele também gera emprego, portanto, se uma economia solidária der certo, ninguém será obrigado a ser empregado para sobreviver, uma vez que sempre terá oportunidade de tentar ser sócio de um empreendimento solidário” (Singer, 1999 p.125). Este sistema, orienta para que todos os membros garantam a sua produção e que os benefícios sejam partilhados de igual modo, sendo que,

os ganhos são retidos para garantir a distribuição pelos trabalhadores. Se houver sobras líquidas, uma parte vai para os fundos obrigatórios (5% para o Fundo de Assistência Técnica e Educacional e 10% para o Fundo de Reservas), e o restante deve ser reinvestido no negócio ou redistribuído entre os associados (Sousa, 2019, p.2).

O que acontece de fato é que se paga todas as despesas e no que sobra, são realizadas as retiradas dos sócios, em função do trabalho desenvolvido por cada pessoa, se um trabalhou mais que o outro é justo que tenha uma retirada maior. Além dos aspectos claramente apresentados sobre o sistema de cooperativas e suas vantagens, é fundamental mencionar que a sua implementação também está ligada à perspectiva do governo, assim sendo, é fundamental estes “estejam abertos para a criação de políticas de Estado claras e orientadoras para este processo, pois, se a economia solidária visa consolidar e atingir dimensões significativas, ela se tornará competidora do grande capital em diversos mercados” (Singer 1999, p.139).

Em relação a estes critérios de gestão das cooperativas, Singer (2002), reforça afirmando que o sucesso de gestão deste tipo de iniciativas é guiado por alguns princípios como, a primazia do trabalho sobre o capital na cooperativa; o princípio da porta aberta, que permite às cooperativas expandir número de sócios, abrir filiais e obter ganhos de escala essenciais para o seu crescimento; princípios de juros determinados, permite investir todos os dividendos excedentes a favor dos trabalhadores, este princípio garante uma remuneração aplicada na cooperativa para as sobras poderem beneficiar os sócios das cooperativas. Portanto, tanto nas cooperativas assim como nas associações, a cooperação é a base da economia solidária, caracteriza-se pela tomada de decisões com base no coletivo, permitindo um controlo social sobre os seus membros, as atividades são geridas de maneira democrática pelos sócios, que são, ao mesmo tempo, donos e usuários do serviço, todos são proprietários do capital e tem a responsabilidade de garantir a produção, sendo que os resultados das vendas são geralmente distribuídos conforme o trabalho de cada membro. Os valores procedentes do sistema de cooperação, são apresentados detalhadamente por Arroyo (2008, p. 80) na tabela a seguir:

Tabela 4

Valores agregados proporcionados pela cooperação

Valor	Benefícios	Estratégia Operacional	Resultados
Confiança	Transações mais seguras, satisfação com o atendimento	Eliminação de etapas de controle excessivo	Redução de custo de transação e maior agilidade
Credibilidade	Respeito e reconhecimento	Garantia de qualidade e demais termos do contrato	Estabilidade e sustentabilidade de longo prazo

Partilha	Conhecimento acumulado se multiplica socialmente	Compra conjunta de insumos, marketing articulado, formação e treinamento em parceria, demandas políticas	Maior poder de barganho e pressão, menor custo de marketing e treinamento e acesso a políticas públicas
Relacionamento	Pluralidade e complementaridade	Negociação, articulação em redes	Fidelização
Identidade	Objetivos comuns	Interação institucional permanente	Enraizamento cultural
Solidariedade	Maior aquecimento econômico e qualidade de vida	Inclusão permanente de agentes e instituições, compras locais prioritárias	Ampliação da base de sustentação, maior produção e consumo

Nota. Elaboração própria com base em Arroyo (2008, p. 80)

Os empreendimentos ligados à economia solidária constituem alternativas de inserção social, na perspectiva de garantir o desenvolvimento de uma nova sociedade que preze pela justiça e igualdade social, no sentido de trazer iniciativas importantes de resistência ao desemprego e desenvolvimento de outras formas de sociabilidade.

Portanto, em relação aos empreendimentos que pretendam trabalhar isoladamente, Singer (1999), chama atenção para a questão de mercado, que é quase sempre crucial para novos produtores, pois não são conhecidos e em geral não dispõem de clientela formada, e atuando em mercados já saturados, a concorrência domina os preços, tornando muito difícil sua sobrevivência. Devido a estas dificuldades, a economia solidária é considerada como sendo a solução mais racional para a consolidação dos empreendimentos, é uma estratégia usada para que o sistema de produção tenha um posicionamento significativo no mercado, criando melhores condições de trabalho principalmente dos pequenos produtores.

2.3 Caminhos da Economia Solidária em Moçambique

Partindo de princípio que a economia solidária é um termo internacional que expressa diversas práticas, adaptáveis a cada contexto, conforme, os valores universais solidários e democráticos, Goujon (2012), considera que se pode assumir que exemplos de economia solidária não são abordados uniformemente, nas diferentes partes do mundo. Por ser um processo de democracia participativa, cada região propõe e desenvolve as modalidades de tomada de decisão que considera mais apropriadas, para garantir o alcance de resultados positivos.

Experiências de prática e consolidadas da economia solidária em Moçambique, são incipientes ou quase nulas, o mesmo se verifica em relação à criação e aprovação de instrumentos legais que possam regular este tipo de iniciativa, sendo que, das experiências existentes, maior parte delas tem se verificado no sector da agricultura.

Em vários países africanos dominados por regimes colonialistas, o movimento cooperativo ou associativo surgiu antes da independência,

em Moçambique, a primeira organização profissional do tipo sindical, surgiu a 1 de agosto de 1898 com estatutos aprovados, conforme a Portaria 514 – A de 31 de Dezembro do mesmo ano (...) o grupo propunha-se a realizar o estudo e defesa comum dos interesses económicos da classe; a utilização de todos os meios conducentes ao melhoramento e desenvolvimento das condições morais e sociais dos seus associados; o incitamento da instrução e auxílio fraterno entre os sócios procurando conseguir lhes colocações quando desempregados (Neves, 2008, p. 114)

As cooperativas principalmente dos camponeses no período colonial eram criadas com maior intervenção do Estado para satisfazer a sua base social, e tinham como apoio para concretização do controle os régulos, que desempenhavam um papel importante na criação e desenvolvimento da associação, eles trabalhavam como espécies de presidentes da associação (Adam, 1986).

Os movimentos, geralmente constituídos por camponeses e operários no período colonial, “funcionavam sem ordenamento jurídico formal, uma vez que as suas ações serviam ao interesse do Estado colonial” (Adam, 1986). No período colonial, as organizações civis tinham a sua missão de fortalecer o Estado na dominação do povo moçambicano. Após a independência de 1975, o Estado era impulsor do interesse público, com a política do sistema socialista que durou até 1992, com a introdução do sistema multipartidarismo, o período democrático começa a verificar o surgimento das associações comunitárias independentes dos sistemas políticos (Rocha & Zavale, 2015).

Depois da independência de Moçambique, para garantir divisão equitativa dos recursos por todo o país, a política das associações passa a se suportar com base na estratégia de desenvolvimento adotada pelo Estado, a responsabilidade de criação e manutenção das cooperativas estava sob responsabilidade do Governo, a estrutura de autogestão era inconsistente, o que, conseqüentemente se refletia negativamente sobre os seus rendimentos. Portanto, segundo Ngulube, (2014, p.13), este período, era caracterizado por um,

(...) sistema econômico centralizado e influenciado pelo modelo de organização social e econômica vigente, o Socialismo. A produção das zonas rurais, feita em parte pelas cooperativas agrárias, abastecia as cooperativas de consumo nos centros urbanos e contribua para a estabilização da oferta dos produtos alimentares e dos preços. Essa produção abastecia ainda as indústrias, gerando, tanto no campo como nas zonas urbanas, emprego e renda.

A partir desta altura as organizações de sociedade civil criadas por iniciativas privadas começam a preocupar-se cada vez mais com a necessidade de responder às necessidades coletivas, que garantiram a participação de cidadãos nos movimentos associativos, e começam a ser produzidos instrumentos que orientavam o processo de formação e gestão das associações.

No ano 1991 foi aprovada a Lei n.º 8/91 de 18 de julho que regula o direito da livre associação e Decreto n.º 21/91 de 3 de outubro, sobre o reconhecimento da associação. Estes documentos preveem o reconhecimento das associações e abrem espaço para a criação de associações de natureza não lucrativa.

Este foi considerado um grande marco em relação à criação de um novo modelo de empresas com necessidades coletivas, baseado na economia de mercado. Ainda assim, até o período da assinatura dos acordos da paz em 1994 a maioria das cooperativas tinha se vinculado às empresas estatais, de tal forma que, foram aparecendo algumas cooperativas desestruturadamente, pois segundo (Nguluve, 2014), ao nível do ordenamento jurídico moçambicano, a legislação previa um modelo de cooperativa do tipo tradicional confuso e pouco abrangente, pois alguma legislação, para além de estar em claro desuso, desenhava um modelo de cooperativas que se baseava numa economia centralizada, não harmonizada com economia de mercado adotada pela atual constituição da República de Moçambique.

Em 2009, foi aprovada a lei n.º 23/2009 que prevê a promoção de cooperativas modernas, boa governação, negócios cooperativos e o desenvolvimento sustentável em Moçambique. A aprovação deste instrumento foi bastante significativa para o desenvolvimento socioeconômico das iniciativas baseadas no cooperativismo, permitindo o financiamento com os resultados produzidos.

A partir deste momento, inicia-se a verdadeira era do cooperativismo moderno em Moçambique. Para abordar as fragilidades observadas na gestão das cooperativas, um conjunto de organizações começou a implementar diversas reformas legais voltadas para as organizações

de produtores rurais, que foram reformuladas e reestruturadas sob uma nova denominação, Núcleo de Promoção do Cooperativismo Moderno (NPCM) constituído por Associação para Promoção da Agricultura Comercial, Associação de Fruticultores do Sul de Moçambique, União Nacional de Camponeses e por este período, começa a surgir o debate nacional sobre os modelos cooperativos e a promoção de uma nova lei cooperativa (Nguluve, 2014). No entanto, por esta altura, percebe-se que este avanço ainda não respondia efetivamente aos princípios da economia solidária, pois, falar de cooperativas não nos remete necessariamente a economia solidária, existem muitas cooperativas criadas apenas com o objetivo de redução da carga tributária e de incentivos governamentais para tais grupos, mas de longe seguem os princípios da economia solidária.

Em 2010, numa perspectiva mais virada a economia solidária, foi criada a Associação Moçambicana para Promoção do Cooperativismo Moderno (AMPCM), é uma organização da sociedade civil, criada através do BR n.º 15 II Série de 14 de abril de 2010, com Autonomia Administrativa, Financeira, Patrimonial e sem fins lucrativos, que está engajada em promover a abordagem de desenvolvimento no país como forma viável e sustentável de produzir e distribuir a riqueza de forma mais justa e equitativa (Nguluve, 2014).

A AMPCM teve um papel crucial na evolução das cooperativas em Moçambique, focando na incorporação dos princípios fundamentais do cooperativismo dentro dessas iniciativas. Entre as diversas atividades realizadas pela associação, é notável o lançamento da brochura chamada Boa Governança nas Cooperativas Moçambicanas, a promoção dos variados instrumentos que regulam as cooperativas e a elaboração do rascunho que resultou na aprovação da legislação pertinente às cooperativas.

Desenvolvida com base em modelos atuais do mundo, a 30 de abril de 2009, foi aprovada I série n.º 38 da Lei 23/2009 (lei das cooperativas), promulgada no dia 28 de setembro de 2009 e publicada no Boletim da República no dia 28 de setembro de 2009. Esta lei foi desenvolvida com objetivo de integrá-la no grupo das leis consideradas inovadoras do cooperativismo.

Ao falar da evolução histórica da economia solidária em Moçambique, termos como associações e cooperativas, foram usados com frequência principalmente na fase inicial do surgimento das iniciativas coletivas em Moçambique, razão pela qual, com base na tabela a seguir, estão destacadas as principais diferenças entre os dois termos:

Tabela 5*Características comparativas entre as associações e cooperativas*

Caraterísticas das Cooperativas	Caraterísticas das Associações
Sociedade de pessoas com fins lucrativos, os proprietários são donos do capital e beneficiários dos ganhos	Sociedade civil e sem fins lucrativos
As tomadas de decisão são feitas em coletivos	No caso de dissociação, o patrimônio acumulado, deve ser destinado a outra instituição semelhante, conforme instrumentos legislativos
Os cooperados são donos da cooperativa, utilizam seus serviços e deles se beneficiam	O associado é participante da sociedade e as sobras são reservadas para sociedade.
Garante a distribuição dos benefícios e ganhos aos usuários proporcionalmente à sua participação no negócio	Em muitos casos os associados não são os beneficiários da ação do trabalho da associação

Nota. Baseado em Sousa (2019) e Muñoz (2012).

Para uma melhor interpretação sobre avanços verificados em Moçambique, em relação à evolução do movimento das cooperativas, foi elaborado um esquema, com vista a ilustrar os principais marcos deste processo, conforme mostra o quadro a seguir:

Tabela 6*Principais marcos do desenvolvimento cooperativo em Moçambique*

Período	Principais Marcos
Colonial (Antes de 1975)	Associações constituídas por camponeses
	Fraco ordenamento jurídico
	Cooperativas ao serviço do Estado
Pós-independência (1975-1994)	Associações comunitárias independentes ao sistema político
	Cooperativas sob responsabilidade do Estado
	Inconsistente autogestão das cooperativas
	Aprovação da lei 8/91 de 18 e Julho
	Surgimento de cooperativas modernas

2009 até atualidade	Aprovação da lei 23/2009
	Surgimento de organizações e associações em pro do coletivismo

Nota. Elaboração com base em (Sousa, 2019; Muñoz 2012; e Nguluve, 2014).

Com base na bibliografia consultada sobre a evolução da economia solidária, entende-se que Moçambique ainda enfrenta vários desafios para consolidar estas práticas, de modo a garantir autonomia suficiente entre os membros, e contribuir para redução do desemprego e pobreza em diferentes comunidades. Outro aspecto não menos relevante, particularmente no que concerne à especificidade da presente pesquisa, é que há uma necessidade de expansão das iniciativas da economia solidária para diferentes sectores do trabalho, principalmente os que lidam diretamente com o turismo.

2.4 Breve Contextualização Sobre o Território

É difícil trazer uma abordagem genérica sobre o conceito do território, a sua interpretação é muitas vezes confundida com o espaço, e algumas discussões levadas a cabo sobre o assunto tem se preocupado em perceber a precedência dos dois termos, para uns o espaço precede o território e para outros o contrário.

Figueira e Dias (2011), definem o território como sendo o espaço compartilhado por todos os habitantes, ou seja, é o resultado das atividades econômicas que nele se realizam, é identificado como uma área municipal com espaços urbanos e rurais, com uma forte presença institucional representada pela administração pública local. Para esclarecer esta dicotomia Santos e Silveira (2006), avançam que o território é a extensão apropriada e usada, ou ainda pode ser considerado como sendo o nome político para o espaço de um país. Neste sentido, por mais que o espaço territorial esteja sujeito a várias transformações, em termos práticos sempre permanecerá o mesmo, uma ou várias nações, um Estado, ou ainda um espaço. “Assim, o território, é um elemento fundante para a compreensão das relações sociais contemporâneas no desenvolvimento do turismo, principalmente considerando o Estado como norteador do direcionamento das ações de fomento ao turismo” (Coutinho & Azevedo, 2019, p. 658)

Para o foco do tema em estudo, interessa-nos fazer uma análise do território, na perspectiva do uso do território, que segundo Santos (2010, como citado em Coutinho e Azevedo 2019, p. 658) o território pode ser visto como sendo o

produto da sociedade definido por meio de suas relações. O seu uso pode ser definido, dentre outras possibilidades, pela implantação de infraestruturas, denominados de sistema de engenharia, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade. Entretanto, como se trata do uso do território pela atividade turística e não existe turismo sem deslocamento e fluxos, é evidente que haja modificações no espaço.

As características do território estão ligadas ao dinamismo da economia e da sociedade, englobando a distribuição das atividades agrícolas, industriais e de serviços, além do conjunto normativo que abrange a legislação fiscal e financeira (Santos, 1987; Silveira, 1997, como citado em Santos e Silveira, 2006, p. 21).

A abordagem acima apresentada, traz uma visão mais clara do uso do território, evidenciando as principais variáveis usadas para o estudo, que pretende analisar a integração das economias locais olhando para o papel dos agentes sociais e políticos no processo do uso do espaço territorial. Esta visão, de certa forma, coaduna com algumas das características do desenvolvimento turístico municipal ou local apresentadas por Figueira e Dias (2011), que prevê a necessidade de participação de todos os atores sociais e econômicos do território e a necessidade das ações políticas de desenvolvimento turístico municipal serem integradas e integradoras.

O território tem como suporte os recursos naturais, e através destes, intervém a ação humana, geralmente baseando-se em políticas definidas em cada local. A conjugação destes dois aspectos resulta na constituição do território, ou seja, a conjugação dos recursos naturais e a ação exercida sobre eles é que dá vida e o sentido da identidade do local. Deste modo, Santos e Silveira (2006), trazem na sua abordagem o termo configuração do território, definido como sendo o conjunto de sistemas naturais, herdados por uma determinada sociedade, e dos sistemas de engenharia, isto é, a significação real objetos técnicos e culturais historicamente estabelecidos, advém das ações realizadas sobre elas.

Ainda assim, Santos (2001, p.96) reforça que o território não pode ser visto apenas como resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de objetos criadas pelo homem, é uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence, quando se fala de território deve-se entender que se está falando de um território usado por uma população. A partir deste ponto de vista, Santos e Silveira (2006, p. 247), apontam que o território tem sido revelador de grandes diferenças, no que concerne a sua

distribuição e uso dos seus recursos, neste sentido, as discussões conceituais do território devem tomar em conta a,

interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza e seu uso, a ação humana, isto é, trabalho e a política, (...) nele deve-se considerar os fixos, isto é, o que é imóvel e geralmente constituídos por ordem política ou social e os fluxos, o móvel, formado por elementos públicos e privados em proporções que variam segundo países.”

A reflexão acima apresentada nos remete às principais categorias de análise envolvidas no processo de gestão de território, que permitem avaliar relação entre o poder, governo e território neste sentido, partindo de uma visão mais detalhada sobre as referidas categorias de análise, Silva (2009), afirma que as múltiplas faces do poder se manifestam em estruturas político-econômicas, que de uma forma direta e indireta interferem no poder local. O poder torna-se a relação do processo de uso do território, materializado pelas formas de atuação dos atores sociais locais. Sendo assim, poder é uma relação estabelecida entre interesses divergentes com fins específicos de utilização do território. Os conflitos gerados pelo uso do território também são formas de poder, embora muitas vezes o poder esteja em risco. O poder é a objetivação política do território utilizado para se atingir determinado objetivo, e um de seus recursos é o convencimento do outro.

Em relação ao governo e o Estado, sob ponto de vista de seus conceitos, o controle do Estado e do governo no território, vai além deles, não fica restrito ao direito do Estado e do governo, mas depende de um conjunto de forças que atuam no território modificado, de acordo com seus interesses, as políticas territoriais, exigindo uma nova análise sobre o papel dos governos locais no plano territorial. A sociedade na qual um governo exerce seu domínio legal se encontra em conflito quando direitos sociais são usurpados, uma vez que, quando aparece a palavra governo, de imediato faz-se uma interligação com norma (Silva, 2009).

Olhando para a perspectiva da economia solidária, o papel do governo, as políticas públicas e a intervenção social, são relevantes para reflexão da distribuição e uso do território. Estas abordagens, trazem um ponto de vista mais claro sobre uso do território, evidenciando, desta forma, as principais variáveis usadas para o estudo, que pretende analisar a integração entre a economia solidária e as atividades locais, olhando para o papel dos agentes sociais e políticos no processo do uso do espaço territorial. Esta visão, coaduna de certa forma, com algumas das

características do desenvolvimento turístico municipal ou local apresentadas por Figueira e Dias (2011, p.34), que prevê a necessidade de participação de todos os atores sociais e econômicos do território e a necessidade das ações políticas de desenvolvimento turístico municipal serem integradas e integradoras.

Ainda na vertente da economia solidária, o uso e distribuição de recursos territoriais, pressupõe-se que seja feita equitativamente. Por esta via, para garantir uma melhor percepção do papel da gestão territorial na vertente da economia solidária, Santos (2001), partindo de um exemplo da constituição dos impérios da antiguidade, afirma que, apesar de serem fundados, cada um com base em técnicas diferentes, não impediam a sua coexistência nem a possibilidade de cooperação na diferença. Por meio da regulação, a compartimentação dos territórios, na escala nacional e internacional, permite que sejam neutralizadas as diferenças e mesmo as oposições sejam pacificadas, mediante um processo político que se renova, adaptando-se às realidades emergentes. Portanto, as diferenças entre os agentes de constituição do território não limitam a possibilidade de cooperação entre elas.

Pode se assumir que a visão apresentada pelo autor se assemelha ao cenário dos destinos turísticos, onde participam, também, vários atores no processo de gestão turística, mas geralmente cada um deles tem se preocupado mais, com os fins particulares em detrimento dos coletivos. Portanto, independentemente das particularidades dos interesses destes atores, pelo fato de partilharem o mesmo território, há necessidade de criar um equilíbrio na ocupação e no seu uso.

A abordagem do território turístico remete-nos ao destino turístico, que pode ser considerado um espaço geográfico, com potenciais recursos que transformados em produtos e serviços permitem a ocorrência do fenômeno turístico. O destino é, desta forma, um território alterado para responder às necessidades da procura. Isto é, “(...) um complexo onde se estabelece uma relação sistêmica de recursos, infraestruturas e serviços que garantem um processo de produção e consumo com vista a satisfazer as necessidades turísticas (...)” (Cunha, 2006, p. 197). Alguns dos aspectos que integram as características dos destinos turísticos são o fato do destino estar baseado numa determinada área geográfica; existir uma oferta coerente de produtos e serviços, a comercialização ocorrer de uma forma integrada e existência de autonomia na decisão (Silva, 2009).

Todo o fenómeno turístico ocorre em um espaço, ou território geográfico definido, onde diferentes agentes trabalham de forma isolada ou não, para a criação e oferta do produto turístico. Desta forma, pretende-se também neste ponto, fazer uma ponte entre o território e o destino turístico numa perspectiva da economia solidária, pois, a comercialização do produto turístico integradamente, quando bem planificada, nos orienta a prática dos princípios da economia solidária. Em relação a este aspecto, Amato (2008), aponta a necessidade de planificação turística integrada, ao considerar que os diferentes atores do turismo têm maior capacidade de sobreviver à instabilidade do ambiente do que as empresas isoladas, em virtude da ação conjunta e de sua capacidade de adaptação, intrínseca à própria forma organizacional em rede. Por outro lado, da planificação integrada, podem advir algumas vantagens como a redução de custos das transações, melhor lucratividade, inovação e aumento da capacidade para atuações conjuntas.

2.4.1 Localização geográfica da área de estudo

A presente pesquisa será desenvolvida no município de Inhambane, a capital administrativa da província de Inhambane, é “banhado pelo Oceano Índico e pela Baía de Inhambane com uma área de cerca de 192 km²” (Conselho Municipal da Cidade de Inhambane, 2009). Encontra-se localizado na região sul de Moçambique e ocupa uma parte da zona costeira da província de Inhambane. Situa-se entre as latitudes 23° 45' 50" (Península de Inhambane) e 23° 58 ' 15" (Rio Guiúá) Sul, e as longitudes 35° 22' 12" (Ponta Mondela) e 35° 33' 20" (Cabo Inhambane) Este, cobre uma parte continental e duas ilhas (Nhantumbo, 2007, P.16).

Por sua vez, Moçambique, é uma nação localizada na Costa Oriental de África, possui uma área de 799.380 km², dos quais 13.000 km² são de águas interiores, que se estende entre os Rios Rovuma (paralelo 10° 27' S) e Maputo (paralelo 26° 52' S) e os meridianos 30° 12' e 40° 51' latitude Leste. (CESO, 2011, p.1). A figura a reflete a localização do município de Inhambane e os respetivos bairros.

Ambiente favorável: Implementação limitada de políticas eficazes; corrupção; processos burocráticos e altos custos de fazer negócios; a necessidade de infraestrutura de apoio adequada (por exemplo, transporte, educação, comunicação, saúde pública, eletricidade);

Econômico: Altos custos com impostos, taxas governamentais; poucos empregos de boa qualidade e bem remunerados, com condições de trabalho dignas;

Social e cultural: A presença de uma cultura rica por si só não é suficiente para garantir uma atividade turística sustentável. É um desafio evitar e mitigar os impactos sociais e culturais negativos do turismo. Treinamento vocacional em hospitalidade e outras habilidades de apoio são vitais e são desafiadores em destinos emergentes com recursos humanos e infraestrutura limitados.

Ambiental: planejamento adequado, juntamente com gestão de conservação e sistemas de gestão ambiental (por exemplo, resíduos, energia, uso de recursos) difícil de alcançar. Ecossistemas frágeis (por exemplo, montanhas, zonas costeiras) e espécies ameaçadas requerem atenção.

Por seu turno, (Spenceley e Batey, 2011), afirmam que uma grande dificuldade em entender a dinâmica do setor de turismo em Moçambique é fato dos dados serem limitados e inconsistentes, nem o MITUR, nem o Instituto Nacional de Estatística (INE) públicos números regulares ou consistentes de chegadas turísticas. O Banco Mundial, Programa de Área de Conservação Transfronteiriça têm feito esforços para melhorar a coleta e análise de dados de chegadas de turismo, mas existe uma compreensão limitada, dificuldade na coleta de dados nas províncias, e verifica-se um certo nível de falta de interesse na cooperação entre o setor privado e as agências de coleta de dados sobre como as informações serão usadas.

CESO (2011), associa também a estes constrangimentos o fraco nível de planificação e de administração integradas; a falta de envolvimento da população local, particularmente em termos de propriedade, emprego, investimento, desenvolvimento de Pequenas, Médias e Microempresas (PMMEs) e o melhoramento de habilidades profissionais; a necessidade de incentivo do Investimento Direto Estrangeiro como sendo fulcral para o crescimento futuro do sector. Um crescimento equilibrado do índice de desenvolvimento econômico e do investimento por parte do sector empresarial moçambicano é fundamental; o fraco nível de parcerias entre o sector privado e público e comunidades é identificado como assunto

primordial e apontado como estratégia que deverá ser incorporada nos futuros programas do sector;

2.5 Principais Economias Locais De Interface Com o Turismo no TTMI

O turismo é uma atividade que pelo seu carácter transversal interage com muitos sectores sócios económicos, podendo contribuir para o desenvolvimento económico dos diferentes atores que lidam direta o indiretamente com a atividade. Sendo a comunidade local um dos atores da atividade turística, pretende-se no presente ponto, identificar as principais economias locais que interagem com o turismo no município de Inhambane, e descrever de forma sintética como e onde elas se desenvolvem. Para tal, foram identificados 8 grupos de economias locais que interagem com o turismo no TTMI, nomeadamente a agricultura, pesca, artesanato, pequenos comerciantes, vendedores do mercado local, produtores na base da olaria, comunidade local, fazedores da música e dança local.

Agricultura

Em Moçambique e em Inhambane em particular, a agricultura é uma das principais atividades económicas da comunidade local, caracterizando-se essencialmente pela agricultura de subsistência ou familiar.

A relação entre o turismo e agricultura familiar, ocorre por meio da oferta de produtos agrícolas, incluindo vegetais e frutas, provenientes das áreas de cultivo das comunidades rurais, e pode servir como um mecanismo para reduzir o desenvolvimento desigual e a polarização territorial nas localidades turísticas. A agricultura é praticada, de grosso modo, pelos agregados familiares localizados nas zonas rurais e o turismo é representado pelo investimento estrangeiro que está desvinculado dos agregados familiares aí localizados. Este aspeto põe em causa a vertente de desenvolvimento endógeno e contribui na solidificação de perspectivas *top down* (cima baixo), onde os agregados familiares e as comunidades em geral tornam-se passíveis “telespectadores” das transformações das respetivas zonas e sem muito a fazer para o desenvolvimento das mesmas (Azevedo, Gota & Artur, 2016).

Estudo desenvolvido por Azevedo e Campos (2016), aponta que para o desenvolvimento da atividade agrícola no município de Inhambane, as comunidades organizam-se em grupos de trabalho. Estes grupos são constituídos por 25 associações, das quais apenas 6 encontram-se oficializadas, conforme ilustra a tabela a seguir:

Tabela 7*Principais associações agrícolas no Município de Inhambane*

Nº	Associação	Líder	Bairro
1	Associação 7 de abril	Saíde Amélia	Marrambone e Siquiriva
2	Associação 7 de setembro	Andrade F. Muchanga	Muéle 1
3	Associação 25 de junho	Xadrique Cumbane	Muéle 1
4	Associação 04 de outubro	Alberto Guila	Guitambatuno
5	Associação de Conguiana	Armando	Conguiana
6	Associação kuvuneca	Samuel Muenhe	Chamane
7	Associação das Zonas Verdes	Bernardo Musselafo	Muéle 1
8	Associação de Camponeses 24 de julho	Samuel Laquene	Siquiriva
9	Associação Comunitária Agropecuária 15 de outubro	Joana Zefanias	Salela
10	Associação Agropecuária de Marrambone	Caetano Manuel	Marrambone
11	Associação 8 de março	Maria Celina	Chalambe
12	Associação Ngungulu	Joaquim Matsinhe	Nhapossa
13	Associação Bakula	Tomás Guila	Chamane
14	Associação A hirimene	Daniel	Liberdade 2
15	Associação Vukane	Pedro Chefo	Salela
16	Associação 3 de fevereiro	Paulo Francisco	Muelé 1
17	Associação 1 de maio	Carlota Diogo	Nhamua
18	Associação Katalela	Joao Corneta	Muelé 3
19	Associação Irmãos Unidos	Arão Damião	Muelé 3
20	Associação Pembane	Pedro Armando	Conguiana
21	Associação Tsembeca	Rafael Muando	Josina Machel
22	Associação Graça Machel	Lúcia Fernando	Muelé 1
23	Associação Ril	Eriqueta Joao	Muelé 1
24	Associação Guiminanene	Maria Joao	Nhapossa
25	Associação Agrícola dos Correios	Flora Jacinto	Marrambone

Nota. Elaborado com base em Azevedo e Campos (2016) e dados da Presidente da União Distrital das Associações Agrícolas (2024)

Conforme ilustra a tabela acima, a maioria das associações não é oficializada, apresentando como justificativa principal as dificuldades financeiras enfrentadas para garantir a legalização da documentação necessária, falta de informação e apoio técnico para o efeito.

Pesca

O sector das pescas em Moçambique possui um grande potencial de crescimento e capacidade de impulsionar a economia, com potencial para retornos significativamente maiores do que os existentes e maior contribuição para a redução da pobreza. As comunidades pesqueiras são muitas vezes pequenas, isoladas e pobres. Apesar dos pescadores artesanais produzirem 85% da captura anual, apenas 10% da mão-de-obra do sector está empregada no processamento e comercialização, indicando oportunidades econômicas substanciais pós-captura (The World Bank, P.1,2, Sd). De acordo com o MINISTÉRIO DAS PESCAS, (MdP, 2010 p. 10, 11). Estima-se que o sector das pescas contribua atualmente com 2% para o PIB. No seu conjunto, a produção pesqueira, incluindo a pesca marítima e de águas interiores bem como a produção de aquicultura, ascende a mais de 151 mil toneladas anuais de pescado, o que representa uma contribuição económica na ordem de USD 452 milhões A pesca artesanal assume uma grande relevância na segurança alimentar do país, não apenas nos distritos costeiros, onde se localiza dois terços da população, mas também nas regiões do interior. O censo de 2007 estima em cerca de 334.000 profissionais e outras pessoas que dependem direta ou indiretamente da pesca artesanal (...), destes, 280.000 são pescadores artesanais, usando maioritariamente redes de arrasto de praia, linhas de mão e redes de emalhe de superfície

De acordo com MdP (2013.p.17), com base no inquérito aplicado aos agregados das famílias dos pescadores de 2011, o aumento dos rendimentos refletiu-se também no aumento do poder de compra tendo o seguinte impacto: posse de bens (bicicletas, telemóveis, relógios e rádios), melhoramento em 51,6% das condições das suas habitações (19.7% dos agregados têm casas cobertas com material convencional (chapas de zinco, Laje, lusalite e telha) 31.9% dos agregados familiares usam material convencional para construção das casas (blocos de cimento, tijolos, blocos de adobe e madeira/Zinco), contra os 48,4% usando casas de capim, 41.9% dos agregados familiares bebem água potável, a pesca permite realizar despesas familiares (educação, alimentação no período de baixos rendimentos agrícolas), etc. Na esfera da pesca artesanal operavam cerca de 1.100 organizações de base comunitárias, abrangendo 315 associações de pescadores, 353 grupos de poupança e crédito rotativo e 415 de outras formas

de organização comunitária, dedicadas à gestão participativa das pescarias e a construção de escolas, postos de saúde e fontes de água potável.

No município de Inhambane, os pescadores artesanais, do ponto de vista da estrutura socioeconômica, são divididos em proprietários de artes convencionais e de embarcações de pesca; pescadores artesanais desprovidos de meios, dos quais uma parte atua como marinheiros e outros como assistentes de pesca, arrumadores, apanhadores de moluscos. Caracterizam-se principalmente pelo uso de mão-de-obra familiar, com embarcações de porte pequeno, como canoas e barcos a vela, a maioria dos pescadores recorre ao uso de artes e técnicas de pesca artesanais, tais como a rede a malha, de arrasto recorrendo a barcos-a-vela ou sem os mesmos (Rungo 2021, p. 19). A produção é em parte consumida pela família e outra comercializada no mercado local, sendo que pesca é sua principal fonte de subsistência.

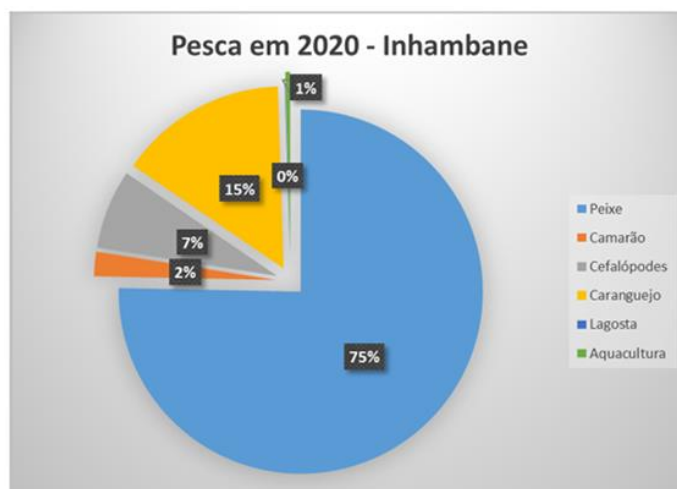
Figura 2

Pesca artesanal e destino do pescado nas praias da Barra e Tofo



Nota. Dados da pesquisa (2024)

Na baía de Inhambane, pratica-se uma pesca que é, em sua essência, artesanal. Isso se deve ao fato de que a maioria dos pescadores utiliza métodos e equipamentos tradicionais, como as redes de malha e a pesca de arrasto, empregando barcos com ou sem vela. A pesca artesanal na baía de Inhambane representa uma importante oportunidade de emprego para os jovens, além de ser uma fonte significativa de renda e sustento alimentar para as comunidades locais (Rungo, 2021). A figura a seguir descreve a quantidade de pescados ao nível da província de Inhambane em 2020.

Figura 3*Distribuição percentual da pesca em Inhambane*

Nota. Plano Estratégico da província de Inhambane –PEPI (2021, p.84)

De acordo com a ProAzul⁴ (2022 citado por PEPI 2021, p. 84), o turismo e a pesca, em Inhambane, são grandemente identificados pela economia azul⁵. A quantidade de pesca em Inhambane corresponde a 9,2% da quantidade nacional, o peso das pescas no PIB nacional é de 2,86% enquanto em Inhambane é de 0.03%.

Apesar do esforço feito, no sentido da criação de associações e de um movimento que vise a criação de práticas coletivas, os pescadores artesanais, de modo geral ainda se mantêm na situação de pobreza, estas causas são apontadas pelo MdP, (2010,p. 15), como sendo o fato das comunidades de pescadores artesanais ter uma fraca capacidade de resolução dos problemas enfrentados em matéria de saúde, abastecimento de água potável, educação e alfabetização, questões relacionadas com as profissões de pesca e de participação na gestão das pescarias artesanais de que depende a sua subsistência; Baixo rendimento proporcionado pelas atividades de pesca artesanal e piscicultura; Rede de comercialização de produtos da pesca e de insumos pesqueiros com falhas, fato que prejudica diretamente o desenvolvimento das atividades de pesca artesanal e valor acrescentado ao pescado ser ainda irrelevante, impedindo a retirada de benefícios da cadeia de valor; Acesso ao crédito formal é praticamente impossível, fato que impede a evolução de uma pesca de subsistência e aquicultura de pequena escala para uma

⁴ Pro ProAzul, é um mecanismo financeiro do Governo que trabalha em parceria com os diferentes sectores do Estado, sector privado e a sociedade civil para que recursos estratégicos e financeiros sejam alinhados com iniciativas efetivas de exploração sustentável das águas interiores, mar e linha costeira criado pelo decreto 91/2019 de 27 de novembro. (<https://www.proazul.gov.mz/quem-somos/>)

⁵ Economia Azul se baseia no uso sustentável dos oceanos e seus recursos, voltado ao crescimento econômico, à segurança alimentar, à geração de emprego e na preservação do meio ambiente marinho (Patil et al. (2016, citado por Silva, 2019, p.401)

pesca e aquicultura comerciais; e Capacidade institucional de promoção do desenvolvimento da pesca artesanal ainda insuficiente por parte das instituições para o efeito mais vocacionadas.

Portanto, é importante ressaltar que os baixos rendimentos que caracterizam a pesca artesanal podem e devem ser transformados por meio de iniciativas concretas, a fim de colocar em prática a economia solidária. Isso pode ser realizado por meio oficinas de mobilização, de diagnósticos participativos e construções de planos de ações que envolvam a comunidade e o público em questão.

Artesanato

O artesanato é outro sector que congrega outros atores da cadeia produtiva do turismo. No TTMI, os artesãos, vão desde os carpinteiros navais e artesãos das redes de pesca, alfaiates e costureiras dedicadas a produção de roupas típicas, principalmente as de praia, os fazedores das esculturas de madeira, objetos de palha, os que trabalham com conchas. A maior parte deste grupo é residente nas proximidades das praias, e esta é uma das principais atividades para o sustento familiar.

As praias de Tofo e Barra, possuem um local onde os artesãos expõem os seus produtos, contudo, importa aqui referir, que se tratando de destinos turísticos de referência, as condições são consideradas precárias, necessitando de uma estrutura sólida que possa responder às necessidades do destino. De uma forma geral, os negócios têm sido de família e as responsabilidades são divididas por cada membro.

Pequenos comerciantes e vendedores de mercado

As atividades desenvolvidas por pequenos comerciantes, caracterizam-se maioritariamente pelo setor informal. Elas são divididas em dois grupos: comércio de produtos de mercearia e de vegetais e frutas.

O comércio de produtos de mercearia é maioritariamente composto por pessoas do sexo masculino, sendo que as mulheres se dedicam mais a venda de vegetais e fruta que se encontram disponíveis nos mercados locais. Os principais consumidores destes produtos são os consumidores locais e para os estabelecimentos próximos às praias verifica-se um consumo significativo de turistas, principalmente os do turismo doméstico.

Produtores na base da olaria

Esta atividade é desenvolvida em grande escala no distrito de Jangamo, portanto, fora do perímetro definido para a pesquisa. Ainda assim, devido ao elevado uso desta matéria-prima nos estabelecimentos turísticos e hoteleiros do município de Inhambane, achou-se pertinente integrar este grupo na pesquisa, no sentido de perceber as relações de comércio entre os produtores e o turismo, processo de produção do tijolo e os principais ganhos advindos do turismo.

Comunidade local

A visão do contributo do turismo para o desenvolvimento local é bastante discutida em diferentes estudos. No entanto, é evidente que nem todos os participantes desse processo desfrutam de seus benefícios. Deve-se pensar na comunidade como a parcela mais suscetível nesse contexto, pois muitas vezes não possui o conhecimento adequado para participar ativamente do planejamento e administração dessa atividade.

A participação da população na organização do turismo, desde o seu planejamento, garante os melhoramentos sociais possibilitando à população os benefícios gerados, na medida em que ela passa a ser participante do desenvolvimento ao invés de apenas espectadora de uma atividade turística organizada externamente e alheia às necessidades locais (Vitório & Alves 2010, p. 4).

Portanto, é essencial destacar a importância da comunidade local na tomada de decisões relativas aos destinos turísticos, uma vez que a sua percepção sobre o processo de planificação e gestão desses destinos é crucial para valorizar o estudo em questão.

Fazedores da música e dança local

A dança é uma forma muito significativa de expressão na sociedade, transmitindo as crenças, desejos e opiniões de diferentes grupos sociais. Nos locais turísticos, as danças locais são exploradas como um dos atrativos principais para promover a imagem e cultura do local, sendo um elemento crucial para o desenvolvimento sustentável do turismo. Em Inhambane, a cultura é um dos principais atrativos para os turistas, onde além das variadas formas de expressão cultural, a dança e a música locais têm grande importância. Para avaliar como essa expressão influencia o TTMI como destino turístico, é crucial analisar o grau de envolvimento na planificação turística e sua contribuição no processo.

2.5.1 Papel dos Coletivos Femininos no Desenvolvimento do Turismo

Em Moçambique a mulher desempenha um papel importante no desenvolvimento econômico das suas famílias. Uma das principais atividades desenvolvidas pelas mulheres no município de Inhambane é a agricultura, ainda assim, o papel social da mulher está associado à sua virtude na busca incansável de ações e/ou atividade para o sustento das suas famílias. Desta forma, ao fazer um estudo sobre as economias locais, achou-se pertinente fazer uma abordagem sobre o papel da mulher para o desenvolvimento local, mas também pela influência que ela desempenha para desenvolvimento de práticas que lhe remetem a ações de coletividade que é um dos princípios da economia solidária.

A mulher desempenha um papel importante para o desenvolvimento das comunidades rurais dos países em desenvolvimento, “as relações de gênero para além de condicionarem o desenvolvimento econômico, são um fator determinante e diferenciador da distribuição do trabalho, do rendimento, da riqueza, dos fatores produtivos e dos recursos naturais” (Narciso & Pedro, 2008, P.3).

De acordo com a Muyoyeta (sd), na década de 1970, tornou-se muito claro que as mulheres estavam sendo deixadas de fora de desenvolvimento. Sua existência, status e posição na sociedade para o desenvolvimento, era quase nula. Os debates sobre mulheres e homens não foram apenas sobre as teorias do papel das mulheres, mas também abordagens práticas adotadas para garantir o desenvolvimento das mulheres. De uma forma geral, as necessidades das mulheres foram divididas em duas categorias: necessidades práticas e estratégicas. As necessidades práticas são aquelas que tratam de assuntos de natureza prática, como saúde, água e educação e as necessidades estratégicas lidam com a mudança do *status* de mulheres e incluem políticas e medidas para lidar com questões como a divisão sexual do trabalho, violência doméstica e aumento participação das mulheres na tomada de decisões.

Geralmente as posições relativas dos homens e das mulheres na sociedade são muito influenciadas pelos mecanismos culturais que definem a distribuição dos bens econômicos e recursos produtivos. Em Moçambique este papel é influenciado pelas diferenças culturais. A zona sul do país é predominada pela descendência patrilinear (caraterizada por laços de parentesco e linhagem paterna) onde o homem é o provedor de todos os recursos da família e autoriza a mulher para o uso dos mesmos e em caso de morte do marido, a viúva perde todos os bens a favor da família do marido. A zona centro e norte do país é caraterizada por uma

linhagem matrilinear, verifica-se uma situação inversa da primeira, pois, esta linhagem fortalece o papel da mulher na sociedade, em caso de morte do marido, os bens passam para a geração da família a mãe e em situação de divórcio os filhos continuam fazendo parte da família da mulher. Estas diferenças e linhagem são bastante impactantes em relação ao papel da mulher no desenvolvimento social, ficando, muitas das vezes, sujeita a situação de vulnerabilidade.

Com vista a melhorar as relações do gênero, ao longo dos anos, a abordagem prática para os desafios do desenvolvimento relacionado com as mulheres é alterado em resposta às críticas e melhor compreensão da dinâmica relativa ao crescimento (Muyoyeta, s.d.). Em Moçambique o movimento feminino está associado à “criação do Destacamento Feminino, que se deu durante a luta anticolonial, em 04 de março de 1967, onde contavam com a participação inicial de 25 mulheres que integraram as Forças Populares da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)” (Rocha, 2021 p.19), a ala feminina do partido no poder desde a independência de Portugal em 1975 e mais tarde, à Organização da Mulher Moçambicana, (OMM).

A criação do destacamento feminino durante a luta de libertação, manteve ativa a participação das mulheres nos quadros da Frente. Recebiam treinamento político e militar e participavam diretamente na guerra anticolonial. Operaram como peças fundamentais no desenvolvimento de melhorias nos campos como da saúde, da educação e do saneamento básicos nas zonas de libertadas, através das campanhas de mobilização junto à população (...) a atuação deste grupo, foi importante para o desenvolvimento de uma nova visão dos homens sobre as mulheres, (...), até 1973, o único corpo organizacional existente exclusivamente de mulheres dentro da FRELIMO era o Destacamento Feminino (Rocha, 2021 p.21).

Este grupo organizado de mulheres deu início a emancipação feminina. Com efeito, durante a ideologia socialista da FRELIMO as mulheres tinham garantias de estarem livres de discriminação e muitas delas aderiram à luta de libertação contra o regime colonial, chegando a ocupar altos postos. Durante a guerra civil que rebentou depois da independência, a visão ideológica da FRELIMO era articulada e implementada através por parte da Organização da Mulher Moçambicana (Asdi, 2007). Nesta fase, muitas outras associações foram surgindo visando a defesa da mulher em diferentes campos de ação.

A partir dos finais dos anos 80, surgiram muitas organizações de defesa da mulher, das quais algumas delas eram de carácter mais *genérico* como Associação Moçambicana de

Defesa da Família; Associação Moçambicana Mulher e Educação; Associação Moçambicana para o Desenvolvimento; Fórum Mulher; Associação das Donas de Casa; Associação Mulher, Lei e Desenvolvimento; outras que refletiam uma intenção de afirmação em *ramos executivos e administrativos* como a Associação Moçambicana das Mulheres de Carreira Jurídica; Associação das Mulheres Empresárias e Executivas; Associação das Secretárias de Moçambique; outras mais vocacionadas para o *trabalho rural* e agrícola como a Associação Moçambicana para a Mulher Rural; e ainda outras que, sem serem exclusivamente vocacionadas para as mulheres, adotaram elementos de defesa dos estatutos da mulher, como por exemplo a Associação Moçambicana para o Desenvolvimento Rural; União Nacional de Camponeses; União Geral de cooperativas e Organização Rural de Ajuda Mútua (Muteia, 2014, p.12).

Muyoyeta (s.d.), aponta que ao nível do governo moçambicano, as ações para promover a igualdade de gênero tem sido atribuídas a diferentes instituições, tendo iniciado com Secretariado Nacional para a Ação Social no Ministério da Saúde, e que gradualmente foi sendo atribuída a outras instituições estando atualmente sob responsabilidade da Direção Nacional da Mulher, responsável pela definição e promoção de diversos programas concebidos para prestar apoio material bem como para empoderar as mulheres. Embora a Direção Nacional da Mulher implemente algumas atividades, a sua função primária é manter ligações com organizações da sociedade civil e outros parceiros ativos neste campo e coordenar intervenções sensíveis ao gênero. No início da década de 1990, o pluralismo político e os acordos de paz de 1992 resultaram num rápido crescimento da sociedade civil. Muitas organizações da sociedade civil foram estabelecidas para abordar uma vasta gama de problemas que afetam as mulheres. Ao mesmo tempo, muitas associações e organizações de mulheres também se profissionalizaram, tendo-se muitas delas afiliado ao Fórum Mulher, fundado em 1992.

Associado a este papel social da mulher, é importante referir que de acordo com Asdi (2007), 80% da população economicamente ativa depende da agricultura e da pesca, verificando-se neste grupo uma esmagadora maioria de mulheres que se dedicam à produção de alimentos para consumo familiar enquanto os homens são responsáveis por culturas de rendimento comercial. Portanto, Ibraimo (2007, p. 2) considera que,

na maioria dos países em desenvolvimento, as mulheres tendem a realizar várias atividades que consistem não somente na produção como também na reprodução, a gestação e cuidado das crianças, cuidado dos idosos e do resto da família, preparação

dos alimentos, buscar água e lenha, cuidar da higiene da casa, etc. e atuação na comunidade a partir da participação em atividades realizadas pela comunidade.

No município de Inhambane as economias locais são desenvolvidas a partir de associações coletivas e/ou mulheres que individualmente servem ao turismo nas diferentes formas de produção, com destaque para a pesca, agricultura e artesanato. No entanto, de modo geral, estes grupos têm enfrentado alguns constrangimentos que limitam criação de uma estrutura sólida e consolidada de ações coletivas no âmbito da economia solidária. Destes constrangimentos, destaca-se o baixo nível de escolaridade, pois, “das cerca de 800.000 pessoas analfabetas, 60% são mulheres;⁶” a primazia ao espírito individualista em detrimento do coletivo fazendo com que a produção continue sendo feita na escala familiar e não comercial; falta e recursos produtivos e “falta de formalização e operacionalização de sinergias de modo que estas possam ser integradas nos planos de trabalho dos diferentes parceiros (Asdi, 2007, p.18). As figuras a seguir ilustram algumas das práticas de sustento diário das mulheres do Município de Inhambane:

Figura 4

Diferentes formas de obtenção de renda das mulheres no Município de Inhambane



Nota. Dados da pesquisa (2022)

Para que as atividades desenvolvidas pelos coletivos femininos melhorem significativamente a qualidade de vida dos residentes, por um lado, é importante que as redes de produção se tornem cada mais consolidadas e tenham o apoio do governo na criação e implementação de políticas protecionistas e formação dos envolvidos. Por outro lado, de acordo com Asdi (2007, p.18), é

⁶ (Muteia, 2014, p.13)

pertinente a criação de políticas que estimulem um crescente protagonismo da mulher na criação e dinamização de associações e cooperativas; que promovam a sua integração em posições de liderança nas mais diversas áreas econômicas, políticas e sociais; que estimulem a libertação máxima de sua visão estratégica, criatividade, delicadeza e espírito empreendedor; e que garantam a sua integração em todos os ramos essenciais para o desenvolvimento rural (agricultura, comércio, indústria, saúde, educação e outros serviços).

Apesar das limitações que vão sendo impostas a mulher devido ao seu papel social, em particular em Moçambique importa referir que estas, tem por natureza, espírito de partilha e solidariedade, quando comparada aos homens, de tal forma que, por sinal, apesar as limitações acima descritas, estas tem desenvolvido algumas iniciativas de poupança (*xitique e care*),⁷ que pela natureza da sua funcionalidade enaltecem as iniciativas de apoio mútuo. Portanto, olhado para o papel da mulher em Moçambique, na área de estudo, em particular no desenvolvimento das economias locais é necessário estimular as práticas solidárias no seio das mulheres, cabendo aos órgãos de gestão o destino a criação de políticas e condições que estimulem e garantam a consolidação das referidas ações/práticas.

3. TURISMO E OS PRINCIPAIS ATORES NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Neste capítulo, pretende-se abordar o papel econômico do turismo no desenvolvimento dos destinos turísticos. Nesta abordagem, far-se-á uma interface dos processos de planificação dos destinos turísticos, onde se dará maior enfoque para a necessidade da integração das economias locais, o papel do setor privado, papel do governo e do setor público e uma reflexão sobre as políticas públicas que versam sobre as práticas da economia solidária no país.

3.1 Importância Socioeconômica do Turismo

Nas últimas décadas o turismo tem sido objeto de expansão e diversificação que o transformou em um dos setores de mais rápido desenvolvimento da economia mundial. Alexova (2015, p.1 como citando Organização Mundial do Turismo, *Tourism Towards 2030*) afirma que de acordo com a estimativa de longo prazo das tendências futuras do turismo,

⁷ Xitique São mecanismos de poupança diária, semanal ou mensal praticado maioritariamente por mulheres como forma de poupar dinheiro para recebê-lo acumulado e care, é um mecanismo de poupança por um período pré-definido orientado por um conjunto de regras das quais cada integrante tem a obrigatoriedade de gerar juros, e o valor total é recebido no final de cada ciclo, definido pelos membros do grupo.

o número de turistas internacionais no mundo para o período 2010-2030 deverá crescer em média 3,3% ao ano. Isso significa aproximadamente 43 milhões de turistas a mais a cada ano, pois até o ano de 2030 é esperado que esse número chegue a 1,8 bilhão. Além disso, espera-se que a tendência de crescimento mais rápido das economias emergentes em relação às desenvolvidas continue no futuro.

Em relação à participação de mercado das economias emergentes, dados revelam que aumentou de 30% em 1980 para 45% em 2015, e deve chegar a 57% em 2030, o equivalente para mais de 1 bilhão de chegadas de turistas internacionais (UNWTO, 2016).

Para muitos países, o turismo é uma fonte vital de ganhos e um importante contribuinte para a economia, segundo a WTTC (2021), o setor contribui para o desenvolvimento socioeconômico, a criação de empregos, a redução da pobreza, a promoção da prosperidade e um impacto social positivo significativo, incluindo o fornecimento de oportunidades únicas para mulheres, e jovens. Os benefícios de Viagens & Turismo vão muito além de seus impactos diretos em termos de PIB e emprego; com ganhos indiretos se espalhando por todo o ecossistema e as ligações da cadeia de suprimentos para outros setores.

Estudos revelam que apesar do papel relevante do turismo, esta atividade é também é afetada por fatores externos que podem influenciar negativamente o setor. Para Buhalis e Costa (2006), os fatores estão associados aos crimes; conflitos étnicos e religiosos; doenças contagiantes; desastres naturais; agitação ou escândalos políticos; encerramento de fronteiras; corrupção; atentados terroristas; calamidades naturais e guerras.

Relacionado os fatores acima mencionados, no período de 2019 a 2021 o turismo sofreu bastante devido aos impactos da COVID-19, tendo passado por uma redução drástica das viagens internacionais e os respectivos ganhos advindos desta atividade. Em relação a este aspecto, dados da WTTC (2021, p.1) indicam que

(...) em 2019, Viagens e Turismo foram um dos maiores setores do mundo, respondendo por 10,4% do PIB global (US\$ 9,2 trilhões), 10,6% de todos os empregos (334 milhões) e foi responsável pela criação de 1 em cada 4 de todos os novos empregos em todo o mundo. Além disso, os gastos de visitantes internacionais totalizaram US\$ 1,7 trilhão em 2019 (6,8% do total das exportações, 27,4% das exportações globais de serviços). Como resultado do COVID-19 e das restrições em curso à mobilidade internacional, o setor de Viagens e Turismo sofreu perdas de quase US\$ 4,5 trilhões,

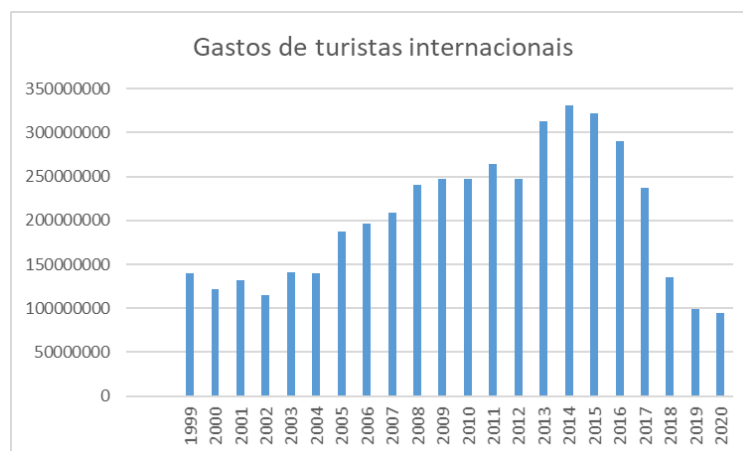
com sua contribuição global para o PIB caindo 49,1% em relação a 2019 para atingir apenas US\$ 4,7 trilhões em 2020; em relação a um declínio de 3,7% do PIB da economia global. Os gastos dos visitantes domésticos diminuíram 45%, enquanto os gastos dos visitantes internacionais caíram 69,4%.

Este dado demonstra que o turismo interno, mesmo diante de crises de saúde ou de qualquer natureza, necessita de um maior estímulo. Muitas vezes, os destinos e os governos locais priorizam o turista estrangeiro, negligenciando a população local ávida por vivenciar novas experiências e contribuir ativamente para o desenvolvimento econômico e a geração de emprego e renda. Isso ficou evidente durante o auge da pandemia de COVID-19 e é algo que merece reflexão.

Apesar desta queda, de acordo com a UNWTO “World Tourism Barometer”, (2022), o turismo internacional tem se recuperado da crise do COVID-19 em um ritmo forte. Por exemplo, de janeiro a março de 2022, os destinos receberam quase três vezes mais chegadas de turistas internacionais do que no mesmo período de 2021. Portanto, as chegadas internacionais do turismo aumentaram significativamente no primeiro trimestre de 2022, mas o turismo internacional permaneceu 61% abaixo dos níveis de 2019, contudo, espera-se uma recuperação gradual ao longo de 2022, com perspectivas para atingir 55% a 70% dos níveis e 2019. Para trazer uma visão mais clara destas flutuações é apresentado o gráfico a seguir, que espelha a situação específica de Moçambique:

Figura 5

Evolução dos gastos de turistas internacionais em Moçambique



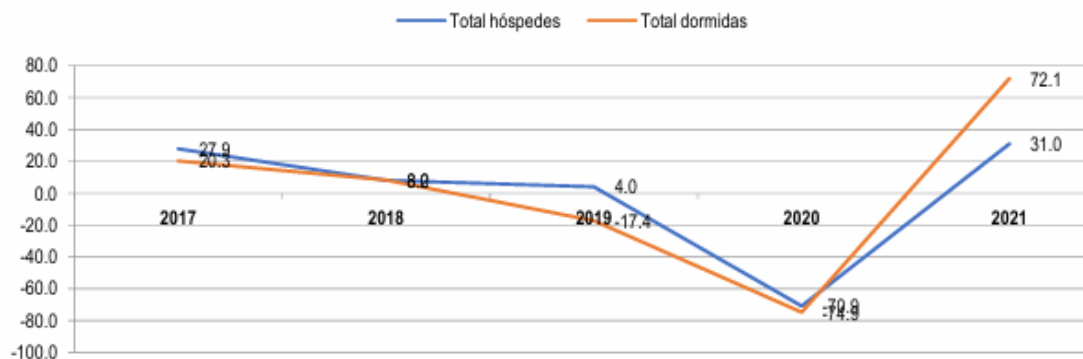
Nota. The World bank data (2022)

O gráfico mostra as flutuações que o turismo moçambicano vem registrando em termos de gastos internacionais. Estes dados, revelam que a partir de 1999 o turismo começou a registrar um

crescimento acentuado, tendo atingido o seu pico entre os anos 2013 a 2016. Diferente da maior parte dos destinos internacionais. Na província de Inhambane, a demanda por serviços turísticos, como hospedagem e alimentação, diminuiu de 2017 a 2019. Em 2020, houve uma queda significativa na procura, ficando abaixo do esperado. No entanto, em 2021, houve um aumento considerável na busca por esses serviços.

Figura 6

Evolução da procura turística em estabelecimentos hoteleiros% (2017-2021)



Nota. INE (2021, p.21)

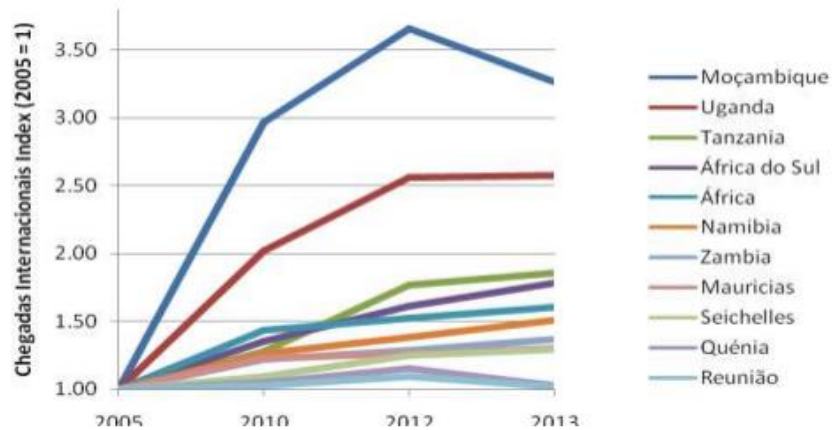
Em 2021, houve um maior número de hóspedes nacionais (58%) em comparação com os estrangeiros. Apesar disso, a maioria dos pernoites foi feita por hóspedes estrangeiros numa percentagem de 54% (INE, 2021, p.14)

Moçambique começou a registar uma queda a partir de 2017, fato que poderá estar associado a instabilidade política que se regista no país. Também associado aos impactos da COVID-19, em 2020 os gastos de turistas internacionais, reduziram-se de forma mais significativa, tendo registado valores abaixo dos obtidos em 2001.

A seguir apresentaremos as figuras 7 e 8 que mostram Tendências de Chegadas a Moçambique em relação aos concorrentes e a percentagem de Chegadas e Receitas em África, uma análise de Moçambique e concorrentes.

Figura 7

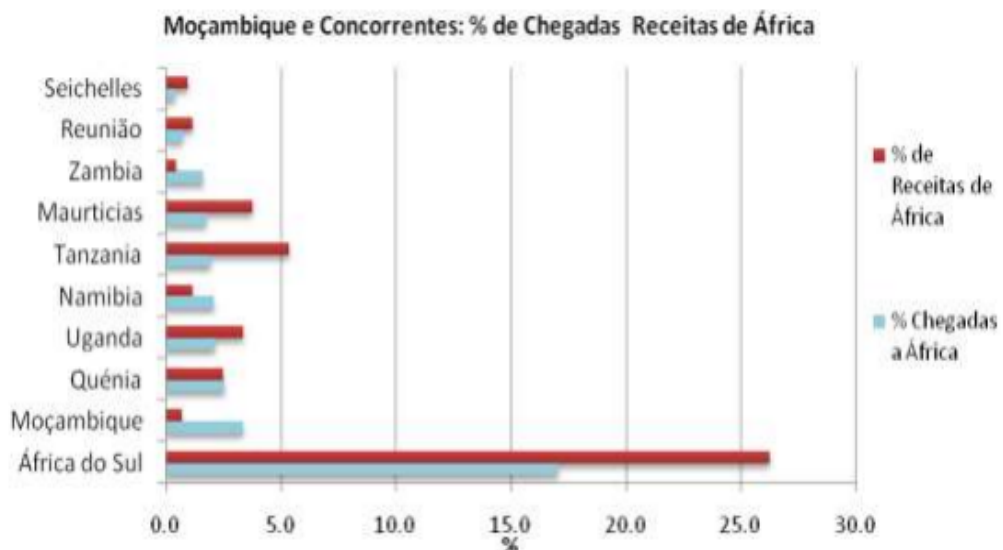
Moçambique e concorrentes: Tendências de Chegadas



Nota. OMT (2014 citado por MITUR 2015, p.10)

Figura 8

Moçambique e concorrentes: percentagem de Chegadas e Receitas em África



Nota. OMT (2014 citado por MITUR 2015, p.10)

As estatísticas apresentadas nas figuras 7 e 8 são de certa forma questionáveis, pois, ao analisarmos a situação das chegadas de visitantes, Moçambique ultrapassa todos os concorrentes, no entanto, em relação à percentagem das receitas o cenário é diferente. Segundo MITUR (2015, p.11), essa discrepância pode ser em parte elucidada pelo fato dos turistas, especialmente aqueles oriundos de países vizinhos, realizarem viagens frequentes de curta duração, e muitos deles chegam por via terrestre, trazendo seus próprios alimentos e os preparando de forma individual. Com vista a trazer uma análise mais detalhada sobre a

contribuição econômica do turismo, é apresentada a tabela a seguir, com base nas variáveis dos postos de trabalho, contribuição da economia e os gastos dos visitantes domésticos e internacionais, que também reflete o contexto moçambicano:

Tabela 8

Contribuição das viagens e turismo em Moçambique

Contribuição das Viagens e Turismo em Moçambique⁸		
2019	2020	2021
Contribuição na economia total		
6.2% (68,48 bilhões de meticais)	4.2% (45,38 bilhões de meticais) Mudança econômica -1.2%	4.1% (45,6 bilhões de meticais) Mudança econômica +2.2%
Criação de postos de emprego		
671,1 (000s) 5.1% do total de postos de trabalho	530,1(000s) 4.1% do total de postos de trabalho Mudança econômica (-21%)	532,4(000s) 4% do total de postos de trabalho Mudança econômica (+0.4%)
Gasto dos visitantes-internacionais		
23,1 bilhões de meticais 20.6% do total das exportações	8,7 bilhões de meticais 10.1% do total das exportações	6,6 bilhões de meticais 6% do total das exportações
Gasto dos visitantes-Domésticos		
37,9 bilhões de meticais	29,8 bilhões de meticais Mudança econômica -22.12%	33,3 bilhões de meticais Mudança econômica +11.5%

Nota. WTTC (2022).

Um dos fatores que contribui para medir impacto econômico do turismo é a renda gerada pela atividade e os postos de emprego. Com base nos dados da tabela acima apresentada, depreende-se que nos anos 2020 e 2021, a semelhança do turismo internacional, por consequência da pandemia do COVID-19, Moçambique também registou uma redução do contributo do turismo para a economia local, mas, por outro lado, os dados também indicam que as viagens domésticas, revelaram ser uma alternativa para a melhoria da renda advinda do turismo. Assim, estes dados evidenciam a potencialidade do turismo interno em contribuir significativamente para o desenvolvimento local, sem descartar as contribuições do turismo internacional, embora o foco não precise se limitar a ele. É desta forma que as ações devem ser pensadas, planejadas

⁸ A contribuição das viagens é descrita em metical (moeda Moçambicana, atualmente um metical corresponde a 63 dólares

e articuladas, em todos os âmbitos, sejam eles públicos, privados, educacionais, institucionais e, evidentemente, com a participação concreta da comunidade local em todas as etapas de diálogo.

De acordo com WTTC (2021, p. 11), as férias domésticas e regionais, atividades ao ar livre vão reinar a curto prazo e as empresas e destinos turísticos já vão se adaptando a esta procura. Apesar de ainda não se conhecer a durabilidade desta tendência, o setor de Viagens e Turismo tem a oportunidade única de repensar e atualizar os modelos de negócios vigentes, em parceria com as comunidades locais. Saúde e segurança são primordiais nesta nova era. O PIB de Viagens e Turismo na África caiu 49,2% em 2020, em linha com a média global. Enquanto os gastos domésticos caíram 42,8%, os gastos internacionais tiveram uma contração mais acentuada em 66,8%. Em termos de perdas de emprego, a África sofreu desproporcionalmente mais do que outras regiões, com uma redução de 29,3% dos empregos (7,2 milhões).

Os modelos de gestão turística em parceria com as comunidades locais tendem a ser a gestão prevista para o futuro, podendo despertar mudanças sociais, culturais e ambientais, mas para tal, cabe a cada destino a criação e aplicação de políticas eficazes para o efeito. Para Aref, Redzuan e Gill (2009), compreender e avaliar os impactos do turismo nas comunidades locais é importante para manter a sustentabilidade e o sucesso a longo prazo da atividade turística. Por outro lado, sugere-se o turismo contribua também para,

o desenvolvimento das comunidades, associações e outras organizações da economia popular e solidária se for consolidada como estratégia de desenvolvimento territorial, pela série de elementos não só econômicos, mas principalmente culturais e sociais que contém, e que potencialmente possa intervir na estruturação de uma proposta abrangente desde seu planejamento e sua execução e até mesmo no monitoramento e avaliação. Também foi referido que o turismo tem de ser desenvolvido a longo prazo, se contemplar a sustentabilidade ecológica, a viabilidade económica e a equidade social e ética (UNESCO Regional Bureau for Science and Culture in Europe 2009, como citado em Díaz, Ponce e Veja, 2018, p.70)

A atividade turística tem sido considerada como uma proposta alternativa de desenvolvimento territorial ou regional. Cañada e Gascón (2007 como citado em Portuguez et al. 2012, p.22), afirmam que,

a contribuição do turismo ao desenvolvimento vai depender de onde se quer chegar, isto é, a um crescimento económico tradicional, medido através de indicadores convencionais, incorporando o destino no contexto global do turismo, ou a um desenvolvimento mais humano, com oportunidades para faixas mais amplas da população e proteção ambiental, utilizando ferramentas para um desenvolvimento prudente da atividade, ou a uma transformação social.

Portanto, para o turismo contribuir para o desenvolvimento das comunidades locais é importante que estas participem ativamente na planificação e exploração da atividade turística e que haja partilha de benefícios do plano de desenvolvimento de turismo. Neste âmbito, Gonçalves (2003, p. 192), destaca que a inclusão da comunidade local tem sido relevante no processo de decisão para o avanço do turismo. No entanto, observa-se a escassez de informações acerca das abordagens de participação local e sua adaptação às circunstâncias específicas.

De modo geral, o turismo tem desempenhado um papel importante no avanço económico dos destinos, sendo visto como um indicador de crescimento. Esse impacto pode ser observado por meio da geração de empregos, do aumento de rendas variadas e da preservação cultural, entre outros aspectos principalmente quando priorizados em benefício dos mais desfavorecidos. No entanto, no que se refere à comunidade, pesquisas indicam que o desenvolvimento económico promovido pelo turismo estará atrelado às condições estabelecidas para assegurar a diversificação das atividades produtivas na região.

Na busca por turismo, os destinos se submetem às dinâmicas do mercado, revelando em certos lugares a contradição de um modelo turístico que, ao invés de promover o desenvolvimento humano e trazer benefícios para as comunidades locais, intensifica a pobreza e acumula riqueza nas mãos de poucos. Neste sentido, não é o turismo em si que incentiva o desenvolvimento de uma região atrasada, mas sim a dinâmica do desenvolvimento local que pode converter o turismo em uma atividade favorável ou não a este processo (Faria, 2012, p.24).

Por outro lado, Gonçalves (2003), considera que numa lógica de cooperação, as parcerias regionais também podem facilitar o desenvolvimento a custo razoável, para além de possibilitar a formação de sinergias territoriais em termos de estratégias a seguir no desenvolvimento de produtos combinados que podem contribuir para o aumento da atratividade.

Desta forma, pode-se perceber que o desenvolvimento proporcionado pelo turismo num determinado destino dependerá das políticas e o modelo de gestão aplicado nesse destino e só será notável se os mesmos, forem distribuídos ou beneficiarem a maioria da população. Portanto, estes benefícios podem ser distribuídos em diferentes níveis e áreas socioeconômicas conforme ilustra a tabela a seguir:

Tabela 9

Potenciais efeitos econômicos do turismo

Área de impacto	Níveis de Consequência
Emprego	<i>Número de empregos:</i> O turismo é uma indústria de trabalho intensivo onde os empregos são particularmente acessíveis às mulheres. O emprego indireto também pode ser gerado a partir da renda reinvestida localmente obtida pelas pessoas através do turismo.
	<i>Baixos salários:</i> As opções de emprego podem ser servis, com baixos salários e baixas qualificações, com pouca oportunidade de avanço e treinamento da população local
	<i>Perdas sazonais de empregos:</i> variações nos horários de férias, clima ou atrações temporais podem levar a empregos perde durante as baixas temporadas
Desenvolvimento de negócios locais	<i>Abastecimento do setor do turismo:</i> procura de uma vasta gama de produtos e serviços de apoio (por exemplo, agricultura, lavanderia, transporte, artesanato, mobiliário, construção) atividade empresarial e negócios, desenvolvimento para apoiar o turismo pode ser estimulado (Lea, 1988).
	<i>Demanda dos turistas:</i> os turistas podem desenvolver preferências por produtos de destino durante as férias que continuam quando voltam para casa, estimulando a demanda internacional por determinados produtos
	<i>Redução de vazamentos:</i> propriedade local de empresas de turismo e oportunidades para essas empresas comprar suprimentos localmente reduz o vazamento. Vazamento é o efeito em que uma porção de os ganhos cambiais gerados são repatriados (por exemplo, através de lucros de proprietários estrangeiros, importações de equipamentos, materiais, bens de capital e de consumo)
	<i>Melhoria dos padrões de vida:</i> a atividade turística pode fornecer estratégias complementares de subsistência, especialmente para a população rural pobre - que raramente depende de uma atividade ou fonte de renda
	<i>Custos de oportunidade:</i> o turismo pode ser incompatível com outras indústrias geradoras de receita, como agricultura ou mineração. Além

Economia diversificada	disso, pode não ser a ferramenta mais adequada para o desenvolvimento econômico em uma área particular
	<i>Dependência do turismo:</i> Se a economia local não for diversificada, os fornecedores de serviços e produtos são vulneráveis e em risco se houver uma queda de visitas no destino
	<i>Distribuição desigual de benefícios:</i> os benefícios são muitas vezes acumulados por uma pequena elite em vez das pessoas mais pobres.
Infraestruturas	<i>Investimento:</i> refere-se a atração de investimento privado para financiar infraestrutura e apoiar negócios de desenvolvimento de destinos turísticos que beneficiem a população local.
	<i>Impostos:</i> Os impostos governamentais acumulados com o turismo fornecem fundos para aumentar o investimento em infraestrutura em escolas, unidades de saúde, estradas e serviços como educação, policiamento e saúde.
Ambiente e cultura	A atividade turística pode fornecer receitas a organizações que podem ser destinadas às comunidades locais e à conservação.

Nota. Adaptado de Pincele e Batey (2011, p. 3)

3.2 Principais Atores Sociais do Turismo para A Implementação da Economia Solidária

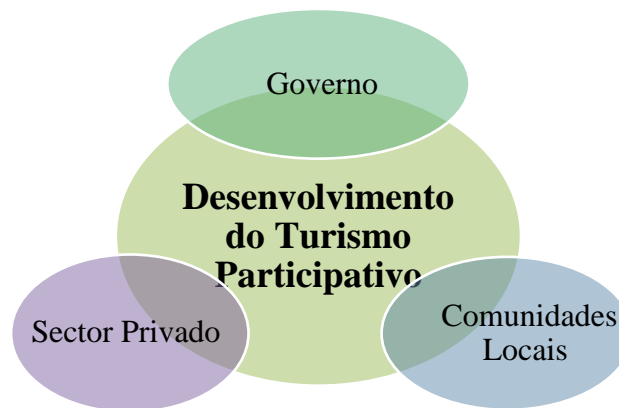
O turismo é uma atividade transversal, transportando consigo diferentes atores que participam no processo de planificação e desenvolvimento da atividade turística. Estes atores, desempenham um papel importante para o desenvolvimento de territórios turísticos, exigindo cooperação entre eles. Para tal, Orgaz (2013 como citado em Díaz, Ponce e Veja, 2018, p.70), propõe que sejam criados mecanismos para a distribuição dos benefícios do turismo entre a população participante, haja regulamentações para a proteção das empresas locais de possível concorrência desleal por empresas nacionais ou internacionais e instrumentos que assegurem que o turista paga um preço justo.

A garantia dos benefícios acima referidos, é assegurada pelo “cruzamento de três pilares, governo, setor privado e comunidade” (Bernadetha et al, 2019 p. 221), que por sua vez, também considerados os elementos-chave para a análise da presente pesquisa. Nesta análise, será dado maior enfoque para o processo de integração das comunidades locais na planificação e decisão do setor, o papel do governo e setor privado para o desenvolvimento do turismo no geral e em Moçambique em particular, cuja cooperação irá apoiar para o sucesso e desenvolvimento do turismo sustentável de base comunitária no destino. A figura a seguir, apresenta claramente os

principais atores de turismo e a sua inter-relação no desenvolvimento do destino turístico com base nos princípios da economia solidária:

Figura 9

Principais atores de turismo na perspectiva da economia solidária



Nota. Elaboração própria (2022)

A participação da comunidade é a componente importante nos esforços para aumentar a independência e o processo de empoderamento, o governo deve envolver o setor privado na implementação de políticas, a contribuição de especialistas, trabalhadores qualificados e doações de fundos, ferramentas e tecnologia, garantindo também, o envolvimento da comunidade ao longo deste processo. A seguir será descrito de forma mais detalhada o papel de cada um destes atores.

3.2.1 Integração da Comunidade Local no Planejamento Turístico

O turismo baseado na perspectiva da economia solidária é uma alternativa ao declínio social e econômico e coloca como prioridade a atitude perante a natureza, as tradições e os interesses das comunidades locais. É uma fonte de novas mensagens e esperanças no espaço público, bem como de novas ideias para a afirmação de modelos sustentáveis de desenvolvimento local e regional, preconizando uma gestão democrática, da força de trabalho, dos recursos naturais, produtivos garantindo a sustentabilidade socioambiental.

O desenvolvimento responsável do destino, coloca o humano e a interação com os humanos no centro do turismo, desta forma, a participação da população local nas várias etapas de um determinado produto turístico, o respeito pelas pessoas, cultura e natureza, bem como uma

distribuição mais equitativa dos lucros da atividade turística são as bases do turismo solidário sustentável. Nesta base de ideias, Alexova (2015), considera que 95% da receita turística permaneça na economia local, pois, este grupo, atrai turistas para seus destinos, e é responsável por garantir o bem-estar aos turistas que os visitam.

A participação das comunidades locais é muito importante para sustentar a atividade turística. No processo de planejamento do destino, deve-se garantir o seu envolvimento para elaboração de políticas que atendam as suas necessidades e preocupações. No entanto, é fundamental que a mobilização não dependa nem do governo, nem do setor privado. A comunidade local precisa se sentir empoderada para reivindicar seu espaço, sua voz. A academia, tem um papel crucial nesse processo de mobilização e fortalecimento dessas comunidades, somente assim poderemos ter espaços turísticos mais equitativos para todos os atores do turismo.

Com a integração das comunidades locais no processo de gestão do turismo, espera-se que possa contribuir para várias dimensões do desenvolvimento comunitário, meio ambiente e capacitando as organizações sociais para gerenciar os recursos turísticos, pois, os membros da comunidade estariam envolvidos no processo de gestão com base no conceito de que todos são proprietários dos recursos e atores do turismo, e corresponsáveis para a criação de um turismo responsável, conservar o meio ambiente e distribuir renda de forma justa, trazendo, de certa forma um certo empoderamento das comunidades sobre os destinos.

O empoderamento é, na verdade, um esforço ou processo para melhorar a capacidade das comunidades locais, para conseguirem identificar os problemas existentes em suas áreas, descobrir potenciais existentes, analisar os pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças, planejando dessa maneira ações que poderão contribuir para o desenvolvimento local. (Bernadetha et. al. 2019).

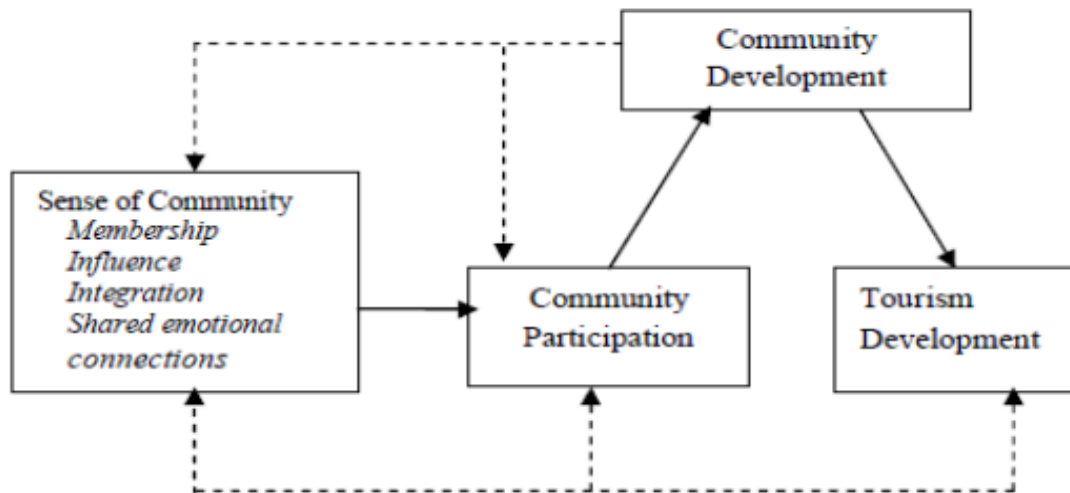
Observa-se também que um turista responsável pode fazer a diferença nos destinos turísticos, sendo assim, os turistas que realizam viagem solidária, viajam individualmente ou se organizam em pequenos ou médios grupos. Normalmente, eles são curiosos, possuem uma renda disponível significativa, têm um conhecimento geral mais amplo e, durante as férias, esperam aprender mais sobre o país visitado e sua população local. Os programas turísticos incluem diversas atividades e são direcionados para a construção, formação e autodesenvolvimento dos participantes de uma forma que não prejudique o meio ambiente e não ofenda a moral da população local, os principais fornecedores de serviços são os proprietários de hotéis familiares,

casas e quartos de hóspedes, chalés, mosteiros, guias de montanha e cavaliariças, fabricantes de produtos artesanais originais, etc. (Alexova, 2015)

Para elucidar o papel do envolvimento comunitário no processo de planejamento e gestão de turísticos, Phillips & Pittman (2008 como citado em Shariffuddin e Azinuddin (2016), desenvolveram um modelo que mostra o nível de participação da comunidade no desenvolvimento do turismo, o qual chamaram de cadeia de desenvolvimento do turismo.

Figura 10

Cadeia de desenvolvimento de turismo



Nota. Phillips & Pittman (2008) citados por Shariffuddin e Azinuddin, (2016)

O modelo acima apresentado, explica como a relação do sentido da comunidade, que se espelha a partir dos atributos da *adesão, influência, integração, emoções compartilhadas, conexões*, pode contribuir para a participação e desenvolvimento da comunidade e, no final, liderar o desenvolvimento do turismo. Com este modelo, o autor tenta mostrar que o sentido da comunidade pode gerar motivação, que por sua vez estimula a participação ativa nas atividades do destino, o que irá gerar resultados significativos para o desenvolvimento do turismo. Portanto, é importante que as partes envolvidas para o desenvolvimento do turismo, estimulem o sentido da comunidade, para tal, o sector público precisa desenvolver ações de qualificação e sensibilização das comunidades sobre o fenômeno turístico, pois, a sua incompreensão pode gerar desinteresse da comunidade no processo participativo de desenvolvimento turístico local; visão depreciativa do turismo e atitude de resistência e receio ao seu desenvolvimento, comprometendo a imagem do destino turístico; frustrações locais e perda da credibilidade no

desenvolvimento turístico; falta de preparação para atuação direta ou indireta no turismo, refletindo na qualidade dos serviços e da receptividade dos turistas.⁹

Apesar dos estudos defenderem a necessidade do envolvimento da comunidade local para o desenvolvimento turístico, Shariffuddin e Azinuddin (2016), apresenta três dimensões que limitam a participação das comunidades locais em países em desenvolvimento, como as Limitações Operacionais, que se caracterizam pela centralização de administração do turismo, falta de coordenação e falta de informação; As Limitações Estruturais que incluem atitudes dos profissionais, falta de experiência, dominação da elite, falta de sistema legal apropriado, falta de treinamento de recursos humano, custo relativamente alto de participação da comunidade e falta de recursos financeiros e por fim, as Limitações Culturais, que se caracterizam pela apatia e baixo nível de conscientização na comunidade local. Estas limitações envolvem crenças ideológicas, forças políticas, arranjos administrativos e redistribuição de riqueza, bem como a interpretação do poder em países em desenvolvimento.

No processo de gestão de destino é importante que se criem estratégias que minimizem os efeitos das limitações acima descritas para que o destino não recaia ao fracasso de um processo de gestão participativa. A tabela a seguir mostra claramente os aspectos que poderão contribuir para o sucesso ou fracasso dos destinos, em função do modelo de gestão a ser aplicado:

Tabela 10

Fatores de sucesso e fracasso no desenvolvimento do turismo em pequenas localidades

Fatores de sucesso	Fatores de fracasso
O turismo é desenvolvido de acordo com a vocação da comunidade, fortalecendo a liderança local e acompanhando as comunidades anfitriãs com assistência, modelos de gestão e treinamento	Projetos e atividades são impostos a partir de perspectivas e objetivos, e são gerenciados a partir de uma instituição externa que não gera senso de apego.
Os resultados do projeto são declarados em função de potenciais impactos realísticos	Projetos são vendidos esperando resultados milagrosos, o que acaba gerando muita expectativa
Os investimentos locais e externos são feitos antecipadamente. O esforço despendido e dinheiro são medidos em termos econômicos, sociais e ambientais	Apenas os investimentos econômicos externos são considerados como entrada e só os indicadores econômicos é que são considerados medir os resultados
Os projetos são desenvolvidos com uma visão de longo prazo, com políticas	Projetos são desenhados como elementos isolados que não consideram a posição das

⁹ Hanai (2009), citado por Santos e Cândido (2012, p.12)

consistentes, objetivos realistas e ações que aproveitam o posicionamento das localidades no sistema local, regional e global.	localidades dentro do ambiente e são construídos e geridos de forma arbitrária
Investimento é orientado para a criação de experiências aos anfitriões e visitantes e fortalecer vocação, sentido de lugar e identidade.	O investimento está concentrado no desenvolvimento da estrutura, serviços ou atividades sem um conceito governante criado pelas comunidades e considera a satisfação dos visitantes como principal objetivo.
Os projetos consideram ações específicas para criar cadeias, favorecendo o consumo de produtos locais, introduzindo tecnologias verdes e atividades específicas que melhoram o desenvolvimento local e cuidem do meio ambiente	Os projetos estão focados apenas no atendimento direto ao turista e estão ligados apenas aos benefícios diretos do turismo, distribuição de benefícios, deixando de lado cuidados ambientais.
As partes interessadas locais podem compartilhar atividades de lazer relacionadas a desenvolvimento do turismo, melhorando a qualidade de vida e as ligações entre anfitriões e convidados,	As atividades de lazer são implementadas para uso exclusivo de turistas, deixando de fora a população local, criando ressentimento na comunidade anfitriã
As regras de cortesia e comportamento são estabelecidas com equidade para anfitriões e visitantes, fortalecendo o respeito mútuo e o ambiente.	Restrições de desempenho e regras de cortesia são estritamente estabelecidas para os comportamentos dos anfitriões, ao mesmo tempo que permite aos turistas abusar de sua posição de cliente

Nota. Zorrilla (2010 como citado em Zorrilla, 2015)

3.2.2 Papel do Governo

Ao abordar o tema sobre o governo na gestão de destinos turísticos, existem alguns elementos sempre entrosados neste processo, estamos a falar da governança, governo e o Estado. Ademais, a governança é muitas vezes confundida com o governo (Oliveira et al., 2022; Coutinho & Nóbrega, 2019).

Portanto, em jeito de introdutório a este tema, será feita uma abordagem geral sobre estes elementos, trazendo a relação entre eles no processo de gestão. “A discussão de governança em turismo ainda é incipiente com um olhar crítico e profundo que considere as relações, processos e resultados sobre seus desdobramentos, e como essas relações podem influenciar as decisões” (Coutinho & Azevedo 2019, p.656).

O conceito de governança, além da organização da administração pública, passou a refletir novas oportunidades, abrangendo as necessidades tanto da comunidade quanto do setor privado.

Dos benefícios que a governança turística traz para os destinos turísticos aponta-se a,

eficiência, a eficácia, a equidade, a transparência, a accountability, a cooperação e a legitimidade da participação social nas decisões coletivas por meio da democracia política com a representação de diversos interesses. Tais benefícios têm sido largamente difundidos e se tornado a tônica dos discursos políticos, sociais e empresariais (Hall, 2011 Velasco Gonzalez, 2013 Nóbrega & Figueiredo, 2014 Wan & Bramwell 2015 Valente, Dredge & Lohmann, 2015 Qian et al. 2016 Tretin ,2016 como citado em Coutinho & Nóbrega (2019, p.2),

Bursztyn e Bursztyn (2012), associando a governança ao governo, consideram a governança como sendo algo que está além do conceito usual de governo. Tanto a governança, assim como o governo, são mecanismos de gestão pública, mas enquanto o governo se circunscreve a atividades fundadas sobre uma autoridade formal e um poder de polícia que asseguram a implementação de políticas, a governança se apoia em objetivos partilhados que não demandam necessariamente os mesmos fundamentos do poder estatal. Neste sentido, trazendo uma abordagem mais generalista, Trindad, César e Vianna (2019, p.655), apontam que,

as instâncias de governança constituem espaços de articulação dos atores sociais e de proposição, análise e monitoramento de políticas, planos e projetos na área do turismo sustentável. A cooperação entre organizações torna-se fundamental na estruturação da governança local em busca de um padrão sustentável de desenvolvimento e na busca por competitividade para as empresas

As abordagens acima apresentadas, levam-nos a percepção de que a governança é um processo planificação conjunta que integra diversos atores do turismo no processo de gestão de destinos, envolvendo ações ativas, participativas caracterizadas pela “coordenação, colaboração e cooperação”¹⁰ em todos os processos de tomada de decisão. Esta interação traz a necessidade da abordagem de redes sociais na governança turística, que de acordo com Coutinho e Nóbrega (2019, p.65),

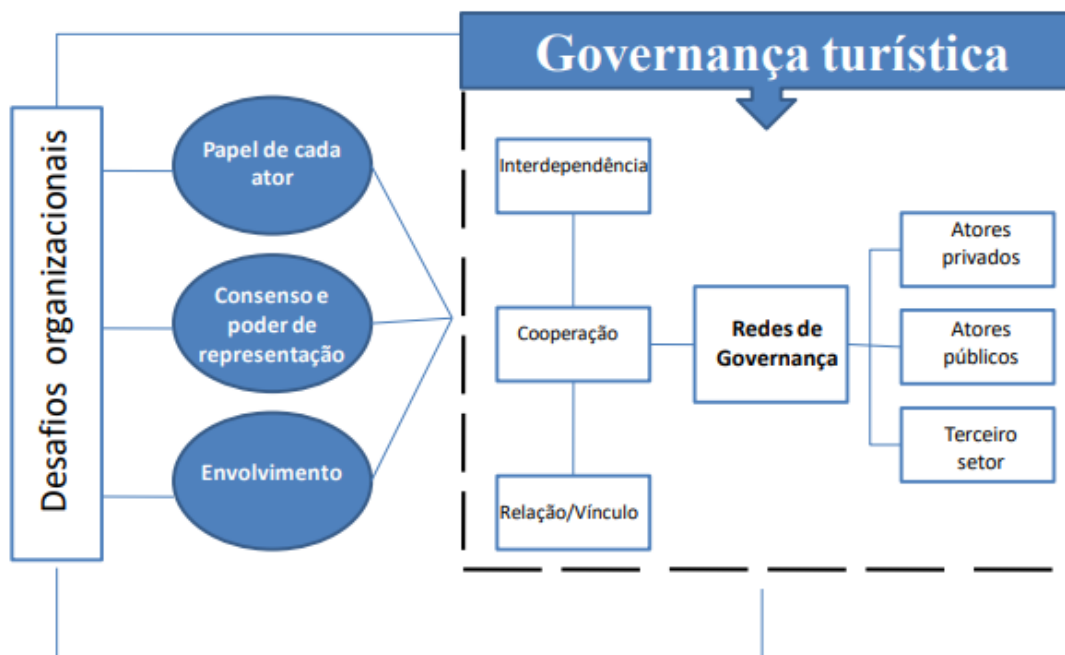
¹⁰ Tretin (2016 como citado em Coutinho e Nóbrega, 2019, p.65)

caracterizam-se por atores independentes, que mantêm relações, logo, requer o desenvolvimento de habilidades e competências especiais de cada sujeito. Seguindo este pressuposto, todos os atores teriam o mesmo objetivo e sinergia e possuem através da potencialidade deste agrupamento almejar o fortalecimento da região turística. Além disso, precisa contar com um entorno favorável, para que essas redes se estabeleçam e possibilitem o desenvolvimento local.

Para estes autores, a cooperação entre os vários atores o turismo nos processos de gestão continua sendo um grande desafio devido ao seu caráter antagônico caracterizado por um lado de integração, diálogo e aproximação, e de outro, a competição, individualismo e intolerância, beneficiando os grandes grupos econômicos. Estes desafios estão sistematizados na figura a seguir:

Figura 11

Desafios organizacionais na governança turística



Nota. Coutinho e Nóbrega (2019, p.66)

Os desafios acima descritos, caracterizam-se de três formas principais, o primeiro são os desafios na sociedade contemporânea organizacionais na governança turística, onde, o envolvimento de cada ator dentro da rede é definida por meio do seu empoderamento e nível de interesse da problemática definida; o entendimento do papel de cada ator dentro da rede, uma vez que as estruturas de governança, foram criadas como estruturas administrativas

impositivas, e o consenso e poder de representação de cada um dentro da rede para o entendimento comum, evitando sobreposição de poderes e interesses pessoais dentro da rede (Coutinho & Nóbrega 2019, P.67).

Por outro lado, o envolvimento de diferentes atores na criação de políticas e gestão de destinos ao “processo de institucionalização”, para eles, este processo destaca as práticas que os atores tentaram estabelecer, bem como seus efeitos. Portanto, a abordagem institucional ajuda a destacar o comportamento dos atores em diferentes momentos dos atos normativos do governo no campo do turismo. Há evidências de que este processo tem levado a inovações sociais ao nível regional, aumenta os impactos positivos do turismo e melhora a competitividade e eficiência operacional (Pimentel & Pimentel 2018, Emmendoerfer, Silva & Lima 2011 como citado em Knupp, Gonçalves e Magnus, 2021 p.43)

A coisa pública serve como um meio pelo qual o Estado atua, tendo o governo como responsável pela administração desses recursos, além de assegurar a ordem e a segurança proporcionadas pelo Estado.

Em relação ao estado, associado ao governo, iniciamos a nossa reflexão baseando-se no preceito de que o governo é o responsável pela gestão do recurso público e este, por seu turno, é o meio pelo qual o Estado atua. Neste caso, a administração dos negócios do Estado é realizada pelos governos que tem características de renovação em determinado período, mas que deve atuar em nome do Estado (Coutinho & Nóbrega e 2019). Esta renovação, quando não articulada devidamente faz com que os interesses do Estado sejam atendidos apenas durante o tempo em que determinado governo permanece na administração, e este comportamento possibilita a constituição do personalismo dos governos. A não operacionalização contínua dos interesses do Estado ocorre porque geralmente, quando novos gestores assumem o cargo, tem tido dificuldade de dar continuidade de executar atividades anteriores, fazendo com que as ações do Estado acabem ficando voltadas apenas para os interesses da administração, principalmente do gestor que esteja em frente do processo. Se estas ações ocorressem numa situação inversa, estaríamos diante de um processo de gestão, que garante a busca da coletividade das ações e do bem comum, independente de gestor e cargo político (Dias e Matos, 2012 Araújo et al. 2016, Coutinho, 2015 como citado em Coutinho e Nóbrega, 2019)

Diante da situação acima apresentada, Dias e Matos (2012) comunga a ideia de que independentemente do cenário de gestão, o Estado deve assumir quatro papéis: regulador,

facilitador, aliado e apoiador nas decisões públicas. Estes papéis, por sua vez, não devem ser desenvolvidos de forma isolada, é importante que sejam pensados como um conjunto de fatores para atender os diversos interesses existentes no jogo político.

Para que a atuação do governo traga resultados favoráveis nesse processo, é fundamental que ele assuma o papel de coordenador das ações públicas e promova a articulação entre os diversos atores, principalmente em situações de conflito. Assim, no que diz respeito às iniciativas de economia solidária, é incumbência do governo elaborar políticas, leis e estratégias que orientam e garantem um planejamento integrado no setor do turismo. Pois, de acordo com Lima (2006 como citado em Santos e Candido, 2012, p. 6),

os benefícios associados à atividade turística, dentro de uma economia bem planejada, são consequências da cooperação e integração entre o ator público e o ator privado, em que o governo tem o papel de implantar uma infraestrutura física básica adequada como saneamento, transportes, programa de educação ambiental para comunidade local e os turistas, segurança, educação nas regiões turísticas, dentre outros, e o setor privado deve desenvolver os serviços turísticos de qualidade, além de ambos os atores buscarem interagir e envolver a população local, que terá o papel de contribuir para proporcionar a sustentabilidade e qualidade da atividade turística.

Portanto, dado ao poder do governo, no desenvolvimento de destinos turísticos no geral, é importante discutir de forma aprofundada o seu nível de intervenção nos processos de gestão. Por esta via, Rodrigues (2010), afirma que, no âmbito do desenvolvimento das políticas públicas, o governo desempenha um papel fundamental, na medida em que, por um lado, permite perceber porque o governo não está agindo sobre determinado problema e por outro, ajuda também as causas e consequências das decisões políticas, pois desta forma é possível avaliá-las, uma vez que afetam diversos aspectos da vida cotidiana, pois o Governo retira dinheiro da sociedade pelos tributos pagos pelos cidadãos, regula comportamentos e conflitos, organiza mercados e distribui benefícios e diversos serviços à população. Para a OMT (2005 como citado em Santos e Cândido 2012, p.6-7),

Também, faz parte das funções de gestão pública do turismo a elaboração e implementação de planos de marketing do turismo para a destinação, de programas de educação e treinamento para o turismo, seja para a comunidade participar efetivamente do turismo, seja para a adequação do comportamento de turistas na destinação aos

valores e costumes locais, também deve privar pela vitalidade do setor turístico, bem como o monitoramento do alcance dos objetivos do planejamento da atividade na localidade e sua readequação e a reação às situações de crise que possam acontecer

O desenvolvimento do destino turístico, é de certa forma resultante do papel das políticas públicas desenvolvidas pelo governo. Contudo, esta é uma situação constante, visto que, em algumas sociedades, as políticas públicas nascem de segmentos privados, onde a classe empresarial é quem define as políticas públicas de desenvolvimento do turismo. Neste processo, o setor privado atua como sendo aquele que têm poder para influenciar na formação e execução de políticas públicas quando pressionam o governo a tomar determinadas ações (consumidores, os empresários e às organizações não governamentais), e o setor público é aquele que têm o poder de decidir, está envolvido na produção e execução de políticas públicas; onde podemos encontrar os gestores públicos, juízes, parlamentares, organizações e instituições do governo (Araújo, 2010 Hall & Jenkis 2007, como citado em Azevedo, Nhantumbo e Banze, 2017).

Ficou evidente que, por meio das políticas públicas, o Governo tem a responsabilidade de garantir o desenvolvimento da atividade turística, por forma a gerar benefícios e oportunidades para as comunidades locais e para melhor percepção deste processo, a seguir será feita uma abordagem sobre as políticas públicas do turismo no geral e em Moçambique em particular.

3.2.3 Setor privado

O reconhecimento dos destinos turísticos não seria possível se dependesse unicamente das ações do governo, sem a colaboração do setor privado, organizações não governamentais e das comunidades locais. Neste sentido, Coutinho & Nóbrega (2019 p. 64), apontam que,

o setor privado é o ator dotado de capacidade financeira e no turismo faz-se referência ao empresariado que incentivam o crescimento da atividade por meio de seus investimentos privados e por isto, há um direcionamento de planos e programas de apoio ao desenvolvimento do setor com foco nestes atores

Bennett (1991 como citado em Pereira, 2011, p.41), define o setor privado como organizações e indivíduos que trabalham fora do controle direto do Estado e consistem em empresas e negócios que são organizações privadas com e sem fins lucrativos.

O setor privado é o ator que envolve aqueles que tem poder para influenciar na formatação de políticas públicas quando pressionam o governo a tomar determinadas ações. Fazem parte deste

setor, os consumidores, empresários, trabalhadores cooperações nacionais e internacionais, centrais sindicais, mídia, organizações não governamentais (Domingos, 2012 p.29). Este sector desempenha um papel preponderante no desenvolvimento do destino turístico, e em particular no seio das comunidades locais, devido ao suporte que dá ao processo de gestão com vista a garantia da qualidade e investimento ao nível local.

Esta ideia, é também apoiada pela International Finance Corporation (IFC, 2011, p.7-12 como citado em Barros, 2020, p.6) ao considerar as empresas privadas como motores de melhores performances de indicadores de desenvolvimento económico e social, na medida que geraram empregos, pagam impostos (que apoiam as operações do governo) e fornecem serviços essenciais (infraestrutura, transporte, telecomunicações, água, energia, saúde, educação e finanças), importantes para o crescimento e a melhoria da vida das pessoas.

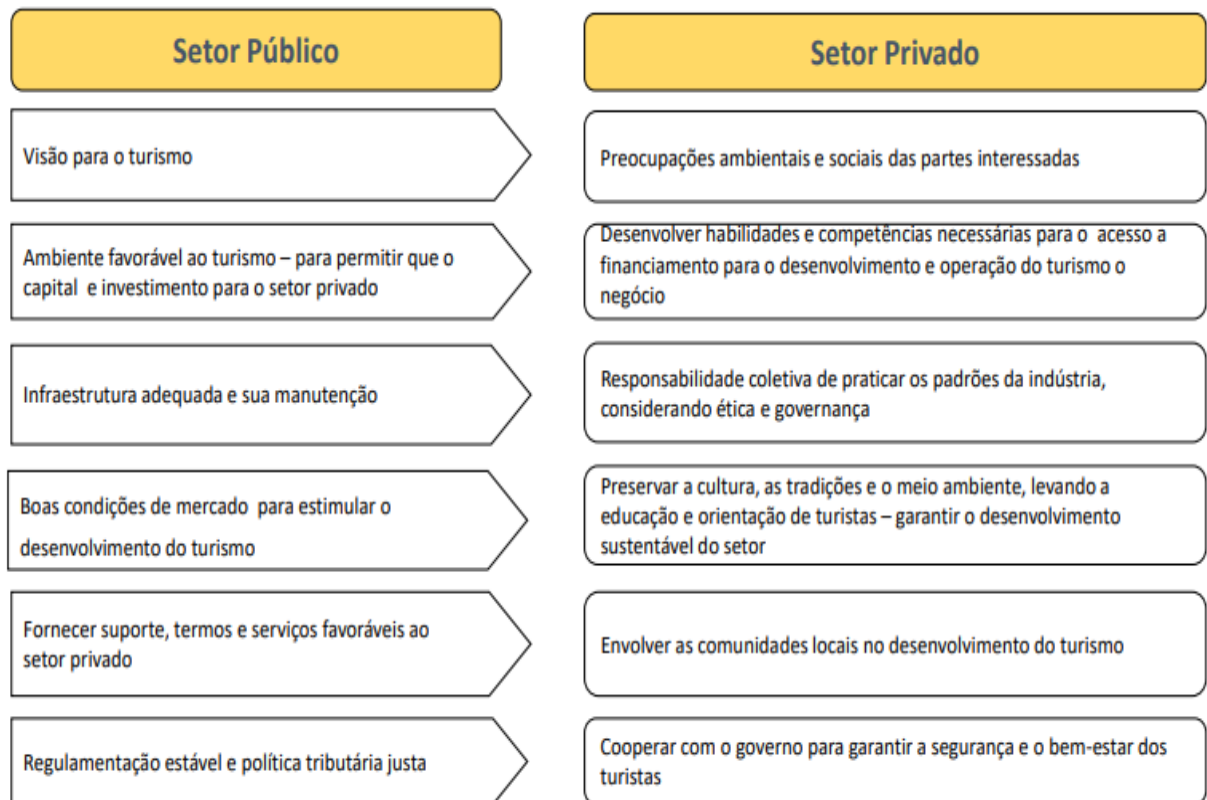
Para melhor operacionalização destas ações, torna-se necessário que o sector privado, em coordenação com o sector público crie estratégias de atração de investimentos para o destino, estimular o consumo de produtos da comunidade local, capacitar os recursos humanos para melhor servir ao destino, garanta a criação de estratégias de marketing e o cumprimento das normas legislativas do destino. Neste âmbito, Pereira (2011), apresenta pilares principais de responsabilidade social que podem ser aplicados ao sector do turismo, a responsabilidade económica, que inclui o fato de que as empresas de turismo são entidades económicas projetadas para fornecer bens e serviços aos membros de uma sociedade ou comunidades; O segundo pilar é a responsabilidade legal, onde se espera que o sector privado obedeça às leis e regulamentos estabelecidos pelos governos federal, estadual e local como regra básica; O terceiro pilar são as responsabilidades éticas que incluem padrões, normas e expectativas que retratam o que diferentes partes interessadas (turistas, funcionários, comunidade em geral) consideram como justo;

Associado a responsabilidade do sector privado no desenvolvimento do destino, Kliksberg (1994 como citado em Domingos, 2012, p.29), aponta que a sua ação, é a condição primordial, no processo de desenvolvimento local, alegando que esta, se concretiza com a participação comunitária na tomada de decisão democrática que se manifesta de 3 formas, participação, que implica compromisso, voluntário ao trabalho, formação de organizações como associações, cooperativas, etc. E a obtenção do poder, sendo que o controle da comunidade não pode estar na mão de elementos externos, implicando autossuficiência económica e independência política.

De uma forma geral, o sucesso do setor privado tem se baseado numa forte colaboração com o setor público, a partir das parcerias público-privadas, onde cada uma das partes assume responsabilidades específicas, conforme ilustra a figura a seguir:

Figura 12

Funções e responsabilidades das parcerias público-privadas



Nota. Adaptado de Makgopa (2018, p.3 como citado em Aggarwal & Suklabaidya, 2017)

A figura acima apresenta um resumo das características de cada modelo de PPP. O Estado cria as condições de trabalho e o setor privado garante a operacionalização de forma sustentável. Portanto, o modelo de PPP facilita a relação entre o Estado e a empresa, com o objetivo de reunir experiência, habilidades e recursos dos parceiros que se complementam na execução de um projeto do setor público.

3.3 Políticas Públicas de Gestão de Destinos Turísticos

Durante a construção da história da humanidade, a relação entre território, política e cultura era feita de forma mais aberta. A economia e a cultura dependiam do território, mas a comunicação sobre o uso do espaço era transparente e direta, os moradores tinham sentido de autonomia sobre o espaço que lhe pertencia, produziam o suficiente para a sua subsistência, tornando a

intermediação quase nula. A partir do século XIII, o surgimento das máquinas proporcionou ao homem um menor esforço de produção, transporte e comunicação, alterando as relações entre as sociedades, a vida tornou-se cada vez menos subordinada ao aleatório e exige do homem cada vez mais comportamentos previsíveis. Esta previsibilidade assegura uma visão mais racional dos lugares e do mundo, e conduziu a uma organização sócio técnica do trabalho, do território e do fenômeno do poder. Por outro lado, a globalização também veio agudizar as fracas relações, acabando com a noção de solidariedade (Santos, 2001).

Estas mudanças nas relações entre as sociedades, pelos motivos acima apresentados, agudizou as discussões do conceito de política, que, geralmente, tem sido dependente do contexto em que são feitas as abordagens, situação política, social ou mesmo da região. Portanto, a política “é considerada como uma administração de um grupo político, que se denomina Estado, ou a influência exercida nessa administração,”¹¹ onde o poder de gestão é atribuído ao Estado.

Numa outra abordagem, mais generalista do conceito, Texeira (2002, p.2) define políticas públicas como sendo,

diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Nem sempre, porém, há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas.

Assim sendo, a formulação de políticas de turismo e de planejamento turístico adequado é a forma encontrada para minimizar os impactos negativos do turismo” (Santos & Gomes 2007, p.4). As políticas públicas visam “responder a demandas, principalmente dos setores marginalizados da sociedade, considerados como vulneráveis; [...] e promover o desenvolvimento, criando alternativas de geração de emprego e renda como forma compensatória dos ajustes criados por outras políticas de cunho mais estratégico, ou seja, econômico” (Texeira 2002, p.3). Nesta ordem de ideia, pode-se assumir que a política,

¹¹ (Weber, 1959, Falcão, 2004 como citado em Santos e Gomes, 2007, p. 4)

determina que tipo de produto turístico pode ser oferecido e que produto deve ser oferecido, em função de questões culturais, religiosas, de infraestrutura, de meio ambiente; quais tipos de turistas devem ser atraídos, de que forma o turismo deve ser comercializado; quem deve conduzir os negócios turísticos, se a empresa é pública ou privada, ou uma associação de ambas, se deve ser privilegiado o turismo nacional ou o estrangeiro (Lanzarine & Barreto 2014, p. 189).

Elaborar uma política pública significa definir quem decide o quê, quando, com que consequências e para quem. Para que as políticas sejam consideradas públicas, é necessário considerar a quem se destinam os resultados ou benefícios, e se o seu processo de elaboração é submetido ao debate público, daí a necessidade da integração ativa da sociedade civil nas questões de interesse geral, necessidade do debate público, da transparência, da sua elaboração em espaços públicos e não nos gabinetes governamentais (Texeira, 2002).

É válido salientar que as políticas públicas de um modo geral, como também as de turismo, estão condicionadas a pressões sociais e políticas, não só da sociedade, mas de setores que veem na prática da atividade meios de obterem lucro com sua exploração. É interessante que a política pública não seja concebida de forma isolada, mas sim com articulações e dinamismos em que as decisões tomadas sejam o início de um processo mais amplo. Outro aspecto sobre as políticas públicas de turismo é que estas passaram a ser formuladas quando a atividade turística já acontecia, ou seja, só começaram a ter status de relevância quando produziram efeitos econômicos significativos, o que explica algumas ações imediatistas do setor (Gomes & Azevedo, 2019, p.6)

Para garantir uma melhor percepção do processo de implementação e tipo de atuação das políticas públicas serão apresentados na tabela a seguir os principais tipos de políticas públicas:

Tabela 11

Tipologias de políticas públicas

Tipo de Políticas Públicas		
Crítérios	Classificação	Caraterísticas
Quanto à natureza ou grau da intervenção	Estrutural	buscam interferir em relações estruturais como renda, emprego, propriedade, etc. b)
	Conjuntural ou emergencial	objetivam amainar uma situação temporária, imediata

Quanto à abrangência dos possíveis benefícios	Universais	para todos os cidadãos
	Segmentais	para um segmento da população, caracterizado por um fator determinado (idade, condição física, gênero, etc.)
	Fragmentadas	destinadas a grupos sociais dentro de cada segmento
Quanto aos impactos que podem causar aos beneficiários, ou ao seu papel nas relações sociais	Distributivas	visam distribuir benefícios individuais; costumam ser instrumentalizadas pelo clientelismo; b)
	Redistributivas	visam redistribuir recursos entre os grupos sociais: buscando criar equidade, retiram recursos de um grupo para beneficiar outros, o que provoca conflitos;
	Regulatória	visam definir regras e procedimentos que regulem comportamento dos atores para atender interesses gerais da sociedade; não visariam benefícios imediatos para qualquer grupo.

Nota. Adaptação própria com base em Texeira (2002, p.3)

A adoção de um ou outro tipo de política pública depende do modelo de gestão adotado por cada destino. Contudo, para garantir uma maior abrangência e equilíbrio no uso do território turístico, evidencia-se o papel do Estado para criação de políticas e regulamentos que possam orientar o uso dos diferentes espaços de forma integrada.

Swarbrooke (2000), aponta que nos países emergentes há uma tendência dos governos em dominar o desenvolvimento do turismo. Embora agindo de boa-fé, a sua intervenção tem revelado alguns impactos negativos, o enfoque tem geralmente sido o de estimular as grandes operadoras turísticas estrangeiras e os grandes empreendimentos a desenvolver turismo à custa de pequenas empresas locais; uma boa parte da política do governo em matéria do turismo, é extremamente centralizada, dando a população local pouco poder de decisão; alguns governos mostram pouca consideração pelos direitos da população local, chegando até a recorrer a projetos violentos para criação de projetos turísticos; os países emergentes são altamente dependentes das companhias multinacionais, que agem sem entraves, e sobre as quais eles têm pouco ou nenhum controle; e com frequência, a corrupção tem enfraquecido o planejamento do turismo, causando a aprovação de projetos inadequados.

Para Cunha (2013, p. 424), “a natureza e o papel regulamentador e fiscalizador do Estado, através da adoção e aplicação de normas legais, dependem do sistema político mais ou menos

liberal ou mais ou menos intervencionista”. A intervenção do Estado é necessária para assegurar que os benefícios associados ao turismo sejam maximizados e eventuais problemas sejam minimizados em favor da economia, sociedade e ambiente, bem como para o interesse a longo prazo da própria indústria do turismo. “Para o caso de destinos turísticos, que são dominados por empresas privadas e empresas de pequeno porte em vários setores, incluindo transporte, acomodação e atrações, o setor público tem um papel fundamental a desempenhar para um desenvolvimento bem-sucedido do turismo em determinada localidade” (Moutinho, 2000, p. 3).

Por outro lado, em relação às funções do governo, Lickorish et al. (1997 como citado em Cunha, 2013, p. 422), apontam a necessidade de formulação de políticas e aprovação de estratégias de desenvolvimento; regulamentação, inspeção e proteção dos consumidores; providência de um fórum consultivo como base para a coordenação do governo e entre este e os setores públicos e privado; ação fiscal; estabelecimento de condições favoráveis ao crescimento do setor privado; fornecimento de estatísticas e informações técnicas e econômicas; e promoção de destinos nacionais no estrangeiro.

No processo de elaboração de políticas públicas é sempre necessário lembrar que o turismo é resultante de um fenómeno sócio espacial, que não pode ser estudado, ordenado e planeado de forma separada. Este fenómeno envolve diversos grupos de agentes sociais (turistas, empresários, poder público, trabalhadores diretos e indiretos, e população residente nos destinos turísticos, entre outros), resultando na turistificação de partes do espaço, produzindo territórios descontínuos, que se organizam a partir da lógica reticular das redes. Contudo, devido a complexidade do fenómeno turístico e o papel económico do turismo, participação conjunta, acaba por afastar duas principais categorias de análise deste processo, o território e o lugar, pois, nestes territórios de turismo, se pode observar territorialidades distintas convivendo e disputando a transformação dos espaços apropriados a partir de lógicas específicas, nem sempre convergentes. Este aspeto, impede que a atividade turística contribua plenamente para um processo gerador de melhorias na qualidade de vida das sociedades e desenvolvimento do local (Soares & Azevedo, 2020, p. 5),

Por outro lado, para Fratucci (2014 como citado em Soares e Azevedo, 2020), o poder público ao agir e ordenar o desenvolvimento do turismo, a partir da sua dimensão económica apresenta uma contradição, pois o poder público, enquanto agente social responsável por orientar os

rumos de uma sociedade em um determinado território, vem atuando, através da elaboração e implementação de políticas públicas de turismo, de modo parcial, privilegiando as demandas e interesses do capital financeiro, em detrimento das demandas e interesses dos demais agentes sociais também envolvidos com o fenômeno turístico. Sousa (1995 apud Azevedo; Figueiredo; Nóbrega; Maranhão, 2013, p. 20 como citado em Gomes e Azevedo, 2018 , p.5), apontam como outras fragilidades do governo, o Corporativismo, cuja lógica é autoproteção dos funcionários em detrimento dos objetivos finalísticos das instituições; Morosidade nas decisões; Ausência de política de qualificação, inibindo a formação de quadros competentes e provocando cortes e fluxos de informações; tomada de decisões orientada por critérios clientelísticos ou afetivos; reduzida flexibilidade das ações, não permitindo a incorporação de elementos que favoreçam os processos avaliativos. No entanto, “há que se enfatizar que para que a participação se realize, a educação deve ser libertadora” (Soares & Azevedo 2020, P.4)

Para evitar esta disputa, é importante que o Estado não perca o controle do funcionamento do mercado mediante a aprovação de normas legais que estabelecem o quadro de funcionamento legal das atividades turísticas e da fiscalização da sua aplicação, tais como: regulamentação da atividade hoteleira e das agências de viagens, leis da defesa dos consumidores e de proteção do ambiente, regulamentação das atribuições e funcionamento dos órgãos públicos (Cunha, 2013, p. 424). Para Swarbrooke (2000,) tem a função de representar a comunidade e o interesse público em sua totalidade, atuando, supostamente, em nome de toda a população. Assim, ao se dar início à implantação e à implementação do turismo em uma determinada região, a atuação do Estado se torna essencial. É sua responsabilidade regulamentar e implementar medidas e políticas que promovam o desenvolvimento da atividade turística, de modo que esta, se torne um motor de progresso.

O outro elemento envolvido neste processo de elaboração de políticas públicas do turismo é a sociedade civil, caberá a ela, cobrar ao Estado, articular, provocar, criar estratégias de formulação de um diagnóstico participativo e estratégico com os principais atores envolvidos e definição de alternativas, recursos, estratégias de implementação, cronogramas, e parâmetros de avaliação. Portanto, todos os atores envolvidos neste processo, devem garantir a sustentabilidade, democratização, eficácia, transparência, participação, qualidade de vida dos destinos turísticos (Texeira ,2002). Contudo, é também fundamental estabelecer um diálogo com as instituições de ensino, especialmente com as Universidades, que desempenham um papel essencial na produção de conhecimento, análise crítica do setor, envolvimento e fortalecimento da comunidade por meio de ações de formação, pesquisa e extensão.

3.3.1 Políticas Públicas de Turismo em Moçambique

Moçambique é dotado de um grande potencial turístico assente na qualidade e originalidade dos seus atrativos baseados nos recursos naturais e no perfil cultural multifacetado. O Turismo constitui uma aposta do Governo de Moçambique, tendo sido definido como um dos quatro sectores prioritários para a diversificação da economia nacional e dinamização do desenvolvimento económico do país (MITUR, 2016, p.11). Para dar vassão a esta prioridade do país, embora em passos consideravelmente lentos, o governo tem continuado a engajar esforços a partir da elaboração de documentos legislativos e regulamentares do turismo e estrutura organizacional do sector.

O órgão máximo de gestão do turismo em Moçambique é Ministério do Turismo, criado pelo Decreto Presidencial n.º 1/2000, de 17/1, que extingue o Ministério de Indústria, Comércio e Turismo e Cria o Ministério do Turismo. Sua principal responsabilidade e a direção, planificação e execução das políticas nos domínios das atividades turísticas; setor hoteleiro e similar; áreas de conservação para fins do turismo e Inspeção do turismo. A nível local, o Ministério do Turismo é representado pelas direções provinciais do turismo. Em janeiro de 2004, o Ministério do Turismo estabeleceu Direções Provinciais de Turismo em todas as províncias do país, com exceção da Província e Cidade de Maputo (Azevedo, Nhantumbo & Banze, 2017). Para orientar as atividades do sector em 2003 foi aprovada Política de Turismo e Estratégia de sua Implementação e em 2004 foi aprovado o primeiro Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique. Em relação à estrutura organizacional e desenvolvimento do turismo em Moçambique, importa referir que congrega órgãos do Estado a vários níveis e entidades privadas conforme ilustra a tabela a seguir:

Tabela 12

Estrutura organizacional de desenvolvimento do turismo em Moçambique

<i>Setor Público</i>	
Órgão	Objetivo
Ministério da Cultura e Turismo (MICULTUR)	É o órgão central do aparelho do Estado que, de acordo com os princípios, objetivos e tarefas definidos pelo Governo, coordena, dirige e planifica a execução das políticas e estratégias nas áreas da cultura e turismo.
Instituto Nacional de Turismo (INATUR)	Responsável pela implementação de programas públicos de marketing do destino turístico, promoção da formação na área de hotelaria e turismo, classificação de estabelecimentos turísticos e promoção de investimentos.

Direções Provinciais da Cultura e Turismo (DPCTs)	Órgão que dirige e assegura a execução das atividades no âmbito da Cultura e Turismo ao nível provincial e responsável por orientar e apoiar as unidades económicas e sociais do ramo da Cultura e Turismo
Governo local	Os Governos Distritais e as autoridades municipais são responsáveis pela supervisão e facilitação das atividades do turismo e da gestão do processo de desenvolvimento do turismo ao nível local (distritos e cidades). Os Serviços Distritais de Atividades Económicas (SDAE's) são os órgãos que respondem pelo sector de Turismo nos distritos
Sector Privado	
Objetivo	O que é constituído por uma gama de unidades económicas de diversas dimensões atuando nas esferas de transporte, alojamento, restauração, entretenimento e intermediação.
A interlocução com o Governo é feita através da Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA), da Federação Moçambicana de Hotelaria e Turismo (FEMOTUR), que congrega uma série de associações de hotelaria e turismo ao nível nacional e local. Existe ainda a Associação das Agências de Viagem (AVITUM).	

Nota. Adaptado de MITUR (2016, p.13)

Como já foi referenciado em discussões anteriores, processo de planificação e gestão do turismo, deve haver uma participação conjunta entre os órgãos do governo, as entidades privadas e ainda as comunidades locais para que garante um desenvolvimento integrado do destino. Sobre este aspecto, em relação ao destino em estudo, o PEDTPI (2014, p.9), avança que, uma vez que o turismo ocorre ao nível local onde o turista realiza a sua visita e interage com instituições e comunidades locais específicas, é importante que ao nível da província e distritos/municípios de maior atividade turística sejam estabelecidas estruturas adequadas para permitir um desenvolvimento efetivo e integrado do turismo. Com efeito, deve-se incentivar a criação de fórum local de turismo para abordar questões relacionadas com o processo de desenvolvimento local do turismo.

Em relação à participação dos diferentes atores no processo de elaboração de políticas públicas, a pesquisa desenvolvida por Domingos (2012), aponta que, por exemplo, no âmbito da elaboração do primeiro Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique, alguns representantes do governo afirmaram ter sido feita uma auscultação às comunidades locais, sector privado e instituições académicas, contudo nem os operadores, nem as comunidades locais consultadas afirmaram já ter participado do processo, quando muito, alguns agentes económicos afirmaram que tais regulamentos ou leis lhes são apresentados prontos nos encontros regulares com o governo. Por outro lado, outros representantes do

governo também entrevistado sobre o processo e elaboração de políticas públicas no país responderam com muita segurança que, pelo menos, as três primeiras fases de desenvolvimento de políticas públicas têm sido levadas a cabo pelo governo.

Este aspecto representa uma fragilidade no que concerne ao processo e gestão do turismo principalmente no âmbito das economias solidárias, visto que, se a fase inicial, da criação dos instrumentos reguladores apresenta lacunas, maior é a probabilidade do processo de implementação e avaliação, mostrar resultados negativos. MITUR (2015), aponta outros desafios associados a cooperação entre alguns órgãos públicos, dos quais passamos a apresentar a seguir:

- Recursos financeiros limitados e usados de forma menos eficiente: O uso dos recursos não segue os planos de negócio previamente traçados e não são geralmente ligados as estratégias e planos de ação traçados com resultados mensuráveis;
- Fraqueza nas parcerias público-privadas: A colaboração e comunicação entre os sectores público e privado é ainda fraco, levando a duplicação de esforços e resultados fragmentados na gestão e promoção do destino e comunicação sobre a oferta do destino e da marca;
- Leis e regulamentos de boa qualidade, contudo complexos e aplicados inconsistentemente: a maioria das políticas de turismo e guias para planificação e legislação são de boa qualidade, no entanto. Necessário avaliar e monitorar os resultados da aplicação das leis e proceder aos ajustamentos sempre que necessário;
- Falta de clarificação em algumas áreas de atuação do Ministério da Cultura e Turismo (MICULTUR) e suas agências, exemplo, Marketing e Promoção: entre Direção Nacional de Turismo (DINATUR) e Instituto Nacional do Turismo (INATUR); e

Apesar do cenário acima descrito, desde a criação do Ministério do Turismo, no ano 2000 o governo vem produzindo um conjunto de instrumentos legais do sector do turismo, que se encontram resumidos na tabela a seguir:

Tabela 13*Principais instrumentos legais de desenvolvimento de turismo em Moçambique*

Ano	Instrumento	Objetivo
2000	Decreto Presidencial n.º 1/2000, de 17/1.	Extingue o Ministério de Indústria, Comércio e Turismo e Cria o Ministério do Turismo
2003	Política de Turismo e Estratégia da sua Implementação.	Impulsionar a promoção e desenvolvimento do turismo como motor de crescimento e no engajamento dos sectores públicos e privados bem como das comunidades em tornar a oferta de serviços, nesta área, uma realidade.
2004	Lei do Turismo n.º 4/2004 de 17 de junho. 2004	Estabelece diretrizes que orientam atividade turística em Moçambique.
2004	Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique (2004- 2013).	Fixar prioridades específicas, definir produtos e mercados, identificar Áreas Prioritárias para o Investimento em Turismo (APIT) e focalizar os recursos necessários.
2007	Regulamento das agências de viagem e turismo e profissionais de informação turística. Decreto n.º 41/2007 de 30/8	Rege o licenciamento e o funcionamento das agências de viagem e turismo, bem como a autorização do exercício da atividade profissional de informação turística.
2007	Regulamento de alojamento turístico, restauração e bebidas e salas de dança. Decreto n.º 18/2007 de 07/8	Reger as condições e procedimentos para o licenciamento e funcionamento das atividades turísticas, bem como o sistema de classificação, incluindo o órgão regulador e de gestão, o cadastro e o sistema de informação.
2007	Regulamento de animação turística. Decreto n.º 40/2007 de 24/8.	Estabelecer o regime jurídico aplicável ao exercício da atividade de animação turística. 2007
2007	Regulamento de transportes turísticos. Decreto n.º 41/2007 de 24/8.	Estabelece o regime jurídico aplicável ao exercício da atividade de transportes turísticos.
2009	Regulamento das zonas de interesse turístico.	Decreto Estabelecer o regime jurídico da declaração das zonas de interesse turístico (ZIT) e fixa os seus efeitos, sem prejuízo das normas específicas
2016	Decreto n 49/2016 de 1 de novembro	Rege as condições e procedimentos para o licenciamento e funcionamento das atividades turísticas, bem como o sistema de classificação, incluindo o órgão regulador e de gestão, o cadastro e o sistema de informação

Nota. Adaptado de Azevedo Nhantumbo e Banze (2017, p. 204-204)

Em relação a estes instrumentos, MITUR (2015), aponta como desafios a este processo a dificuldade de implementação, fiscalização e atualização permanente das normas; leis e regulamentos de boa qualidade, mas de aplicação complexa e inconsistente. A grande parte das políticas, regulamentos e instrumentos de planificação são de boa qualidade, mas complexos e relação institucional pouco efetiva entre o nível central e local. Por outro lado, olhado para a particularidade do tema em análise, apesar de já ter se referido que, de forma geral, existem poucos instrumentos legais no país sobre a economia solidária, esta situação também se verifica no gestor do turismo, abordando questões de cooperativismo de forma muito superficial, daí a dificuldade de implementação destas práticas.

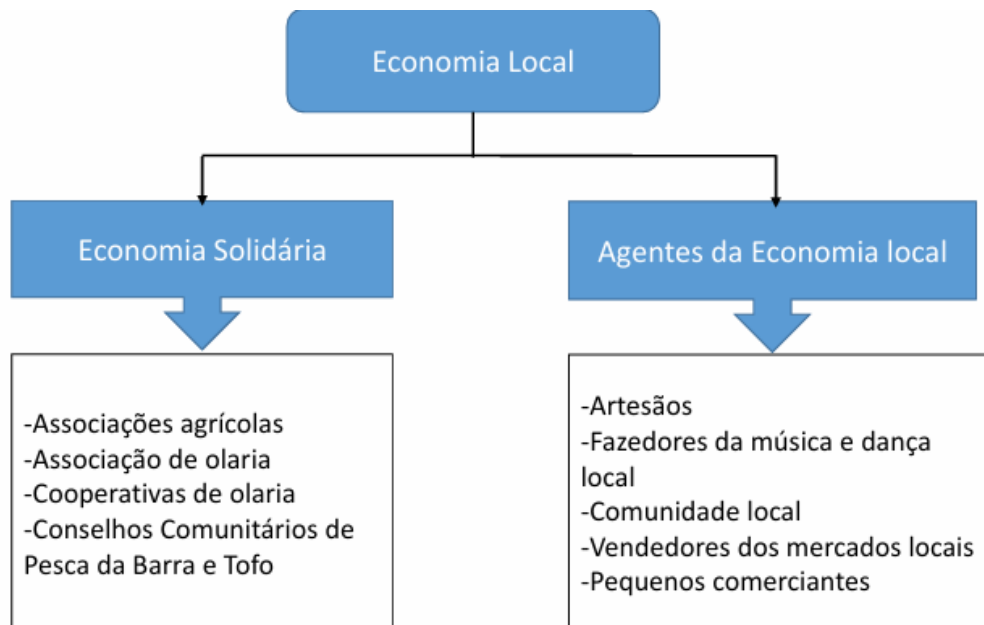
4. CONSTRUÇÃO PRÁTICA DAS EXPERIÊNCIAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO TTMI

Depois de obter os dados essenciais para embasar a investigação, o objetivo neste momento é apresentar, analisar e debater os desdobramentos do estudo de campo. A análise dos dados será respaldada pelas teorias que sustentam a pesquisa, pelas informações provenientes das entrevistas e pelos resultados dos questionários, com o intuito de explorar a integração das economias locais na atividade turística do TTMI.

Visando proporcionar maior flexibilidade, clareza no manejo dos dados da pesquisa e assegurar uma interpretação mais precisa dos resultados obtidos a variável economia local foi dividida em dois grupos (economia solidária e agentes da economia local), conforme ilustra a figura a seguir. A reflexão central será focada na análise da dinâmica dos empreendimentos de economia solidária no TTMI, na integração das economias locais no planejamento do turismo, na sua participação no processo de tomada de decisões e na formulação de políticas públicas, além de discutir as interfaces do turismo as economias locais.

Figura 13

Economias locais que compõem pesquisa



Nota. Dados da Pesquisa (2023)

Os tópicos de análise neste ponto são, a descrição do perfil sociodemográfico tomando como base as características como idade, sexo e nível educacional; seguido da dinâmica dos

empreendimentos de economia solidária sob ótica dos princípios da economia solidária e por fim, a abordagem sobre destino da produção local.

4.1. Perfil Sociodemográfico

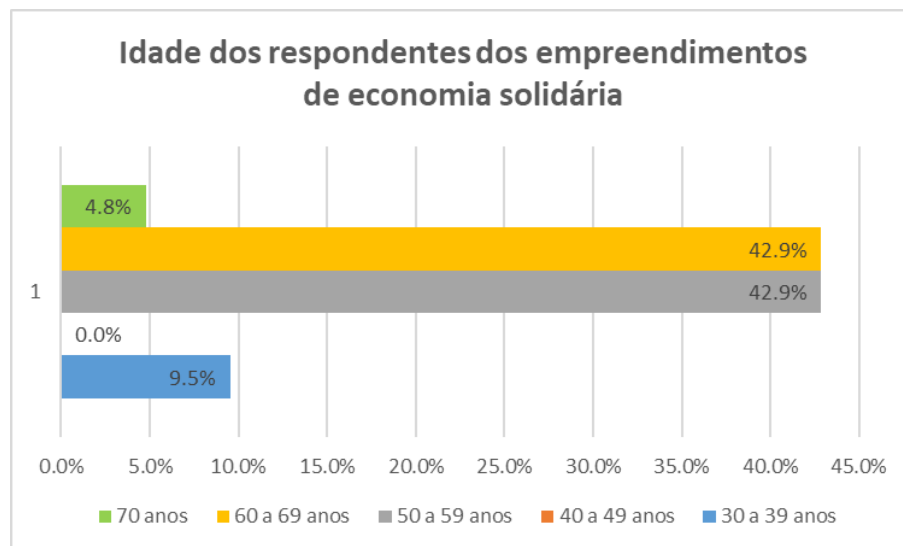
A análise deste perfil tem como propósito obter informações fundamentais para uma melhor compreensão e suporte às variáveis principais do estudo, em particular à dinâmica dos empreendimentos de economia solidária e processo de planejamento turístico. Considerando os diversos grupos envolvidos na pesquisa, a análise do perfil sociodemográfico será feita em duas abordagens distintas. Uma delas será focada nos empreendimentos solidários, os quais compartilham traços em comum, enquanto a segunda agrupará as informações referentes ao grupo de entrevistados identificado como agentes da economia local.

Faixa etária

Como ilustrado na próxima figura, a maioria significativa dos participantes das iniciativas solidárias pertence ao grupo etário de 50 a 69 anos, representando 85,9% do total. Apenas 4,8% têm 70 anos ou mais, enquanto 9,5% estão na faixa de 30 a 39 anos.

Figura 14

Faixa etária dos respondentes dos empreendimentos económicos solidários.



Nota. Dados da Pesquisa (2023)

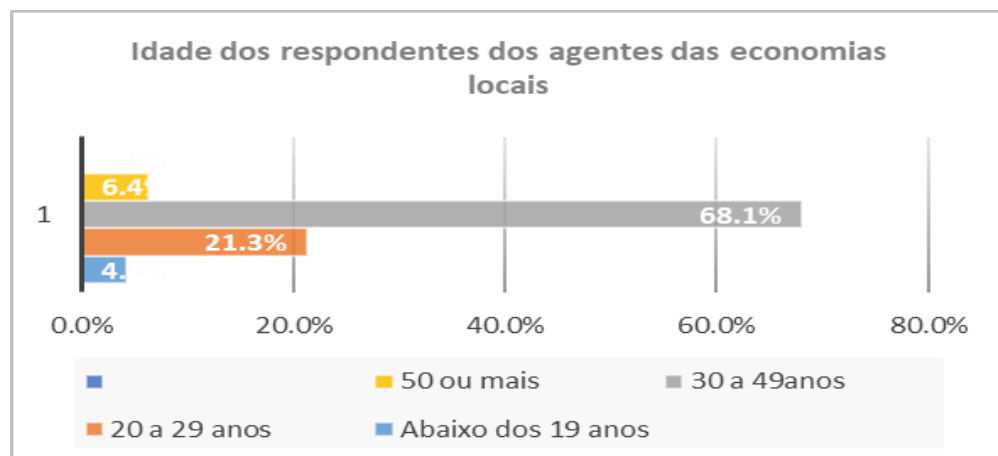
Nos empreendimentos de economia solidários, a faixa etária predominante representa uma preocupação significativa quando associada a produtividade, pois, de acordo com as pesquisas de Daveri & Maliranta (2007 como citado em Rocha, 2012, p.45),

(...) a maioria das pesquisas tem mostrado que os trabalhadores mais velhos estão em desvantagem (comparados aos trabalhadores mais jovens) em profissões que utilizam uma série de habilidades cognitivas (como memória, velocidade etc.), mas têm uma vantagem em profissões que exigem habilidades verbais, capacidade de se comunicar ou experiência gerencial. Além disso, trabalhadores mais velhos parecem ser menos produtivos em setores que são mais inovadores, pois eles têm mais dificuldades em fazer ajustes em tais ambientes que mudam rapidamente do que trabalhadores mais jovens

Conforme indicado por Pinheiro, Ribeiro e Souto (2016, p. 83), é essencial levar em consideração que "os idosos não devem ser tratados como incapazes". Estudos sobre os efeitos do envelhecimento na eficiência têm produzido resultados divergentes. Contudo, ao examinar os atributos das pessoas envolvidas nas iniciativas de economia solidária, esse cenário se torna preocupante, especialmente quando somado ao baixo nível de formação (conforme veremos adiante) e à necessidade de esforço físico para executar as tarefas, evidenciando que um desempenho superior poderá passar pela necessidade de integração dos mais jovens, sem necessariamente excluir os mais velhos, pois a sabedoria adquirida ao longo do anos pode contribuir para vários aspetos, incluindo o desenvolvimento dos jovens.

Figura 15

Faixa etária dos respondentes das economias locais.



Nota. Dados da Pesquisa (2023)

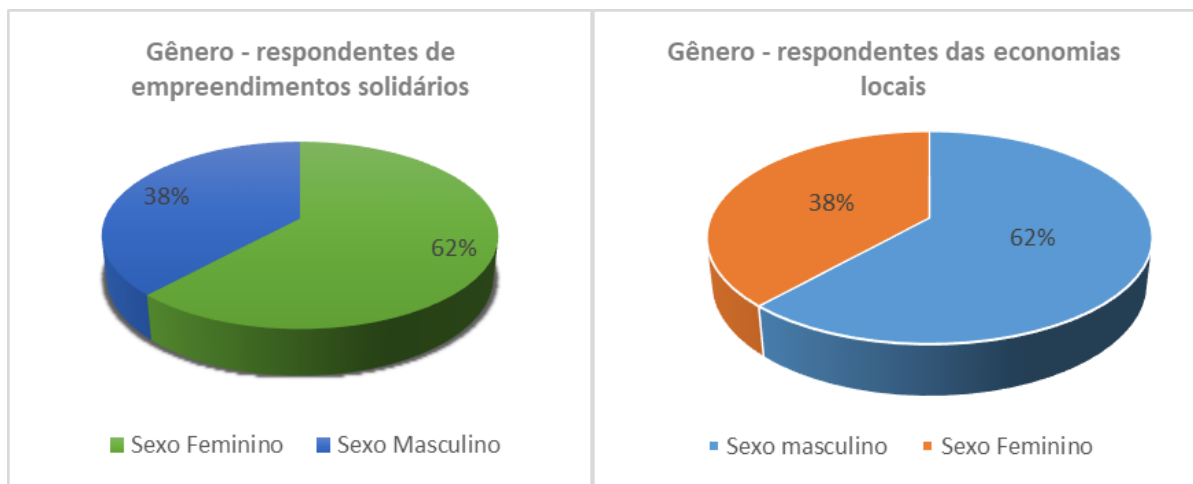
A partir de dados da figura acima, é perceptível que diferente dos empreendimentos de economia solidária, a maior parte dos agentes da economia local, estão na faixa etária adulta, compreendida entre 30 e 49 anos. As faixas etárias predominantes representam indivíduos em plena atividade laboral, estudantes e recém-graduados aguardando sua entrada futura no mercado de trabalho.

Gênero

Em relação ao gênero, o público respondente dos empreendimentos solidários é maioritariamente composto por mulheres, representadas por um percentual de 62% e situação inversa verifica-se nas economias locais onde as mulheres estão representadas em 38% e os Homens 62%.

Figura 16

Gênero dos respondentes dos empreendimentos solidários e economias locais



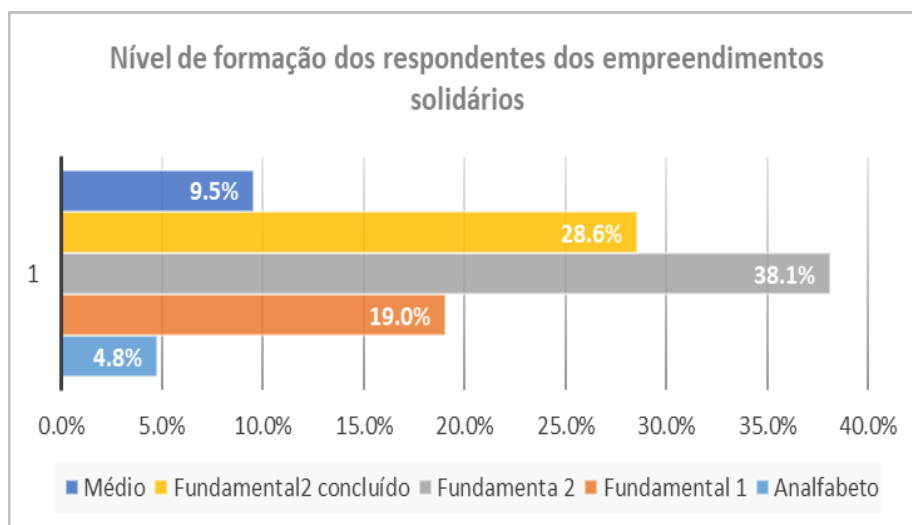
Nota. Dados da Pesquisa (2023)

Nível de formação

A capacitação é uma ferramenta de mudança, indo muito além da teoria, consiste em desenvolver um conjunto de conhecimentos intelectuais no campo cognitivo, visando preparar e potencializar o indivíduo para a vida em sociedade, por isso, sua relevância para o progresso da comunidade. Nos dados apresentados a seguir, constam informações sobre o nível de formação das iniciativas solidárias.

Figura 17

Nível de formação dos empreendimentos solidários.

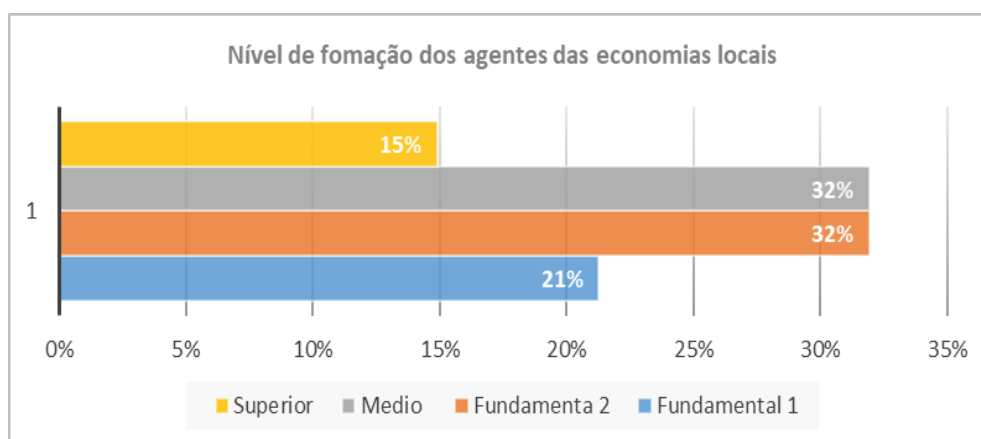


Nota. Dados da Pesquisa (2023)

Os dados mostram que apenas 9,5% dos participantes possuem o nível de escolaridade mais elevado no grupo, que é o nível médio, seguido por 28,6% com ensino fundamental 2 concluído. É relevante notar que esses respondentes são gestores dos empreendimentos das economias solidárias em análise, o que pode impactar a gestão dessas iniciativas. Outro dado a salientar é o registro de 4,8% de participantes analfabetos.

Figura 18

Nível de formação dos agentes das economias locais



Nota. Dados da Pesquisa (2023)

Os dados descritos na figura acima, indicam o grau de formação dos agentes das economias locais, onde 15% dos entrevistados possuem formação superior e 32% possuem formação nos níveis fundamental 2 e médio respectivamente. De maneira geral, esses dados refletem uma

situação favorável em relação à habilidade dos participantes em conduzir uma análise crítica dos aspectos em estudo.

Na preparação do indivíduo, conforme abordado por Paulo Freire em sua obra "Pedagogia do Oprimido", destaca-se a importância da conscientização para promover uma mente libertadora, a "consciência crítica" (Freire, 1987, p.15). Essa abordagem propõe uma educação que seja libertadora, que emancipe as pessoas, ou seja, que dê condições para deixarem de ser tanto oprimidas quanto opressoras. Desenvolver a capacidade de analisar sua realidade e agir para mudá-la, permite a libertação e independência das pessoas, possibilitando que não apenas compreendam suas condições de opressão, mas também participem ativamente na luta por uma sociedade mais justa e igualitária. Ao analisar a natureza da pesquisa, especialmente sob a perspectiva defendida por Paulo Freire, os dados apresentados, em particular nos empreendimentos de economia solidária, orientam uma possível vulnerabilidade de gestão, devido ao fraco nível de formação que os caracteriza. Portanto, para além da formação escolar, a formação política é também necessária, pois, de acordo com a especificidade do trabalho desenvolvido nestes empreendimentos, mesmo que a formação escolar seja baixa, existindo formação política, os sujeitos são capazes de agir a favor das mudanças necessárias para que tenham uma vida digna.

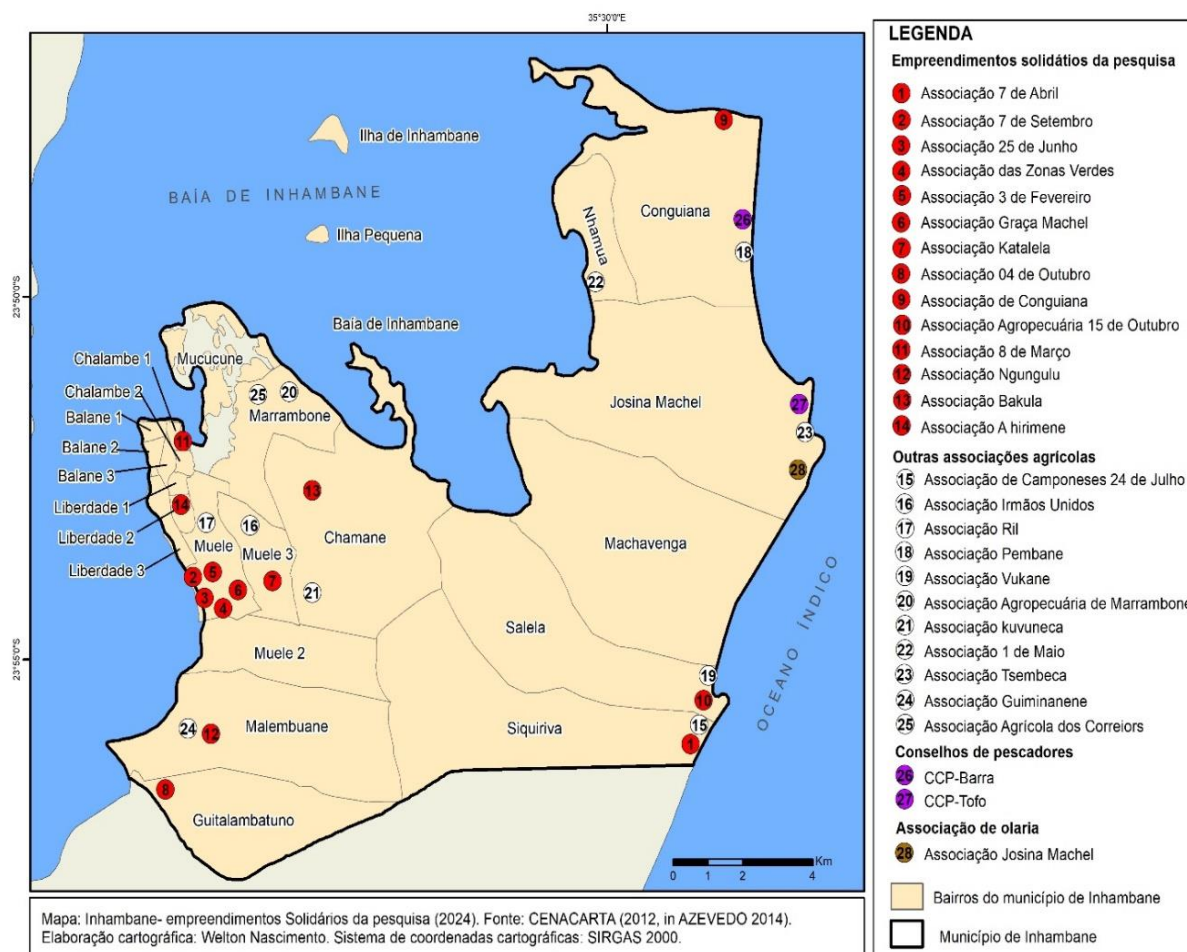
4.2 Descrição Geral dos Empreendimentos da Economia Solidária do TTMI

Com base nos resultados da pesquisa, este ponto analisa a dinâmica de gestão dos empreendimentos solidários em estudo sob a ótica dos princípios da economia solidária. Serão utilizados como base de análise a adesão, cooperação, autogestão, formas de gestão de dinheiro, autonomia e independência, educação e formação para o cooperativismo, e interesse pela comunidade. Pretende-se assim compreender, em que medida esses princípios da economia solidária estão presentes nas ações cotidianas.

A análise foi realizada com base nas vivências coletadas nos empreendimentos de economia solidária da área de estudo, os quais estão organizados em cooperativas, associações, e conselhos comunitários, conforme indicado na figura subsequente.

Figura 19

Mapa de localização dos empreendimentos da economia solidária



Nota. Elaborado por Welton Nascimento (2024)

Na imagem acima, é possível observar que a maioria das associações agrícolas estão situadas perto da baía ou do mar, representando 13 das 25 existentes no município de Inhambane. No que diz respeito às 14 associações agrícolas em estudo, 5 estão situadas no bairro de Muelé, o que as torna a maior concentração deste conjunto, enquanto 6 se encontram próximas do litoral ou da baía. A concentração das associações em locais com características semelhantes impactará na qualidade e tipologia da produção. Os conselhos de pescadores e os grupos de oleiros, devido à tipologia das atividades que desenvolvem, encontram-se próximos aos locais onde possuem os recursos essenciais para suas atividades. Feita distribuição geográfica dos empreendimentos de economia solidária em estudo a seguir, será realizada a descrição geral de cada um deles, cuja tabela com informação complementar encontra-se no (apêndice H.)

Os CCP da Barra e do Tofo, tratam-se de organizações comunitárias de pesca sob forma de associação não legalizada, mas que prosseguem fins lícitos determinados e legalmente possíveis. Ambos estão em processo de legalização, contam com documentos que os autorizam

a pescar em suas regiões específicas: o Despacho Ministerial n° 881/254/MP-DNAP/2008 para o CCP-Tofo e o Despacho N° 308/2021 do Gabinete do Administrador de Inhambane para o CCP-Barra. Estes documentos garantem que os conselhos sigam fins legais e possíveis conforme a legislação vigente. Além destes Despachos, as associações possuem Regulamentos Internos que abordam diversos aspectos, como a periodicidade da realização das Assembleias Gerais e do Comitê de Direção; os quóruns para tomada de decisões; os Fundos e receitas; o processo eleitoral e conduta dos membros.

Atualmente, o município possui 25 associações agrícolas, mas somente 06 estão devidamente registradas. As demais possuem estatutos formalizados, porém não foram publicados no Boletim da República de Moçambique. Em relação a este aspeto, uma questão essencial apontada pelas associações é a falta de entendimento dos membros quanto ao modelo de gestão de empreendimentos de economia solidária e a limitação financeira. A presidente da União Distrital das Associações Agrícolas (UDAA) destacou este aspeto, ao mencionar que

a dificuldade de legalização das associações está relacionada a vários aspetos, um deles, é à falta do Bilhete de Identidade por parte dos membros que gerem algumas associações, documento essencial para dar início ao processo. Além disso, a falta de organização dentro das estruturas das associações tem impossibilitado pagamento da taxa de 300.00 meticais, que é necessária para o registro criminal (...), outro problema enfrentado é que as nossas estruturas do governo não têm criado facilidades para nós, porque olhando para os nossos desafios o que queríamos é que diminuíssem as taxas de legalização das associações ou nos dessem algum apoio.

A preocupação levantada pelas associações agrícolas ressalta a escassa atuação do Governo e a falta de leis protecionistas para esse tipo de empreendimento, o que contrasta com as responsabilidades governamentais destacadas por Trindad, César e Vianna (2019, p. 655). Eles afirmam que "as instâncias de governança são espaços de coordenação entre os atores sociais, análise e monitoramento de políticas, planos e projetos na área do turismo sustentável". As associações demonstram grande disposição e comprometimento em aprimorar suas atividades em benefício da comunidade. Portanto, é responsabilidade do governo capacitar, incentivar e fornecer o devido suporte a essas iniciativas para assegurar a melhoria das condições de vida das economias locais.

Segundo a presidente da UDAA, mesmo havendo muitas associações não legalizadas, as preocupações de todas elas estão contempladas nos planos anuais elaborados e submetidos ao governo local. Além disso, independentemente do vínculo legal, as práticas de trabalho em todas as associações têm sido uniformes, como por exemplo,

quando recebemos um lote de sementes, material agrícola ou convite para participar numa feira agrícola a estratégia de distribuição é feita olhando para todas associações registadas no município, (...) de princípio todas as associações registadas tem um Campo de Demonstração das Práticas Agrícolas (CDPA), onde são desenvolvidas as atividades da associação, mas por vários motivos, de momento algumas não dispõem deste espaço e temos aconselhado a continuar a procurar local ideal e quando possível também intervimos no processo (...) um dos grandes entraves destes campos é que no período de chuva ficam cheios de água e impossibilita a produção.

As cooperativas de oleiros Mutamba e Sonho de Indundo têm como atividade principal a extração de argila para a fabricação e venda de tijolos, vasos, panelas, fogões e outros utensílios domésticos feitos na base de argila. Além disso, têm permissão para realizar outras atividades complementares que sejam legalmente permitidas. Para destacar seus produtos principais, produtos, a Cooperativa de Oleiros de Mutamba foca principalmente na produção de fogões domésticos e ocasionalmente o tijolo, enquanto a outra cooperativa se especializa na fabricação de tijolos. Anteriormente, esses empreendimentos operavam como associações sem registro legal, porém em 2022 passaram a funcionar oficialmente como cooperativas.

Essa alteração ocorreu devido ao projeto em andamento do Ministério de Recursos Minerais e Energia, que tem como objetivo transformar associações em cooperativas. A iniciativa busca preparar os grupos envolvidos na exploração de argila para atuarem em forma de cooperativas. No ano de 2021, estiveram envolvidos dois grupos em Inhambane, que passaram por um processo de capacitação resultando na criação de duas cooperativas. Além da capacitação, essas cooperativas receberam suporte financeiro para sua legalização, aquisição de equipamentos, construção de alpendres e demais materiais necessários para o início das atividades. É evidente, que este tipo de apoio estimula a prática das iniciativas de economia solidária e, conseqüente melhoria das condições de vida. No entanto, neste caso específico, observa-se que a estratégia do governo não foi essencialmente focada no impulso às iniciativas de economia solidária, mas sim em assegurar o controle da exploração de argila e atingir objetivos econômicos derivados dessa atividade. Este fato foi destacado pelo profissional da Direção Provincial de Recursos

Minerais e Energia de Inhambane, ao abordar os motivos por trás da implementação do projeto e explicar que,

o governo fez o levantamento estatístico da atividade artesanal na base de argila em Moçambique. Após esse estudo, foram identificados os grupos a serem incluídos nessa etapa inicial, com o principal objetivo de registrar e controlar a exploração de argila (...). Além disso, busca-se controlar essa atividade, uma vez que as associações não visam lucro. Os grupos apenas pagavam taxas para obter licenças, mas ao se tornarem cooperativas, passam a contar com uma estrutura que possibilita ao governo a cobrança de impostos pela realização da atividade, seguindo os modelos e instrumentos legais aprovados para o efeito.

A fim de obter o entendimento da comunidade local em relação a este tipo de iniciativas, foi consultado um grupo de fabricantes de tijolos que mostrou certa resistência para aderir a grupos similares, devido à incerteza em relação aos resultados do modelo de trabalho e, principalmente a necessidade de se pagar taxas decorrentes da realização da atividade, numa terra que, em suas percepções é propriedade da comunidade local conforme foi mencionado por um dos participantes “(...) nós nascemos aqui, os nossos filhos também, sempre fomos criados pelo trabalho da argila e continuamos a fazer o mesmo para os nossos filhos, (...) se a terra é nossa, logo os recursos também são nossos”. É importante destacar que esta resistência pode também estar associada à tendência do grupo em priorizar o trabalho individual, à falta de informações esclarecedoras sobre o funcionamento das cooperativas. Contudo, de maneira geral, os membros das cooperativas estão satisfeitos com a iniciativa, sentem-se preparados para gerir os empreendimentos solidários e já estão em ação. Abaixo, algumas imagens das áreas de produção de tijolos.

Figura 20

Alpendre da Cooperativa Sonho de Indundo e forno da Cooperativa dos oleiros de Mutamba



Nota. Dados da Pesquisa (2023)

O último empreendimento de economia solidária que fez parte da pesquisa de campo é a Associação Josina Machel, constituída maioritariamente por mulheres. Dos 11 membros, apenas um é do sexo masculino, e o principal propósito da associação é a fabricação de vasos. Legalizada, e à semelhança das cooperativas acima mencionadas, beneficiou de um apoio da Agência do Governo Japonês e da União Europeia. Essa parceria possibilitou o aprimoramento das técnicas de processamento da argila na fabricação de vasos; construção do forno; construção de um alpendre para o desenvolvimento das suas atividades; custeio das despesas para legalizar a associação; compra de uma carroça e bois para o transporte do material de trabalho; além de receber suporte técnico no início de suas atividades, incluindo apoio para participar de feiras locais e interprovinciais. A imagem abaixo exhibe o alpendre e o tipo dos vasos produzidos antes de passarem pelo forno.

Figura 21

Alpendre da associação de olaria Josina Machel



Nota. Dados da Pesquisa (2023)

Feita descrição geral dos empreendimentos de economia solidária que compõem a pesquisa, a próxima etapa consistirá em expor a dinâmica do cotidiano desses empreendimentos com base nos princípios específicos.

4.3 Dinâmica Dos Empreendimentos da Economia Solidária no TTMI

4.3.1 Adesão

A base do princípio da adesão reside na livre e consciente escolha dos indivíduos, que optam por unir-se a empreendimentos de economia solidária por compartilharem valores e objetivos em comum. Essa prática é fundamental para o fortalecimento dos vínculos comunitários, fomentando uma rede de apoio mútuo e colaboração que beneficia a todos os envolvidos. Dessa maneira, as iniciativas de economia solidária podem efetivamente contribuir para um desenvolvimento econômico mais equitativo, favorecendo todos os membros da comunidade.

Todos os empreendimentos de economia solidária em estudo, sejam eles de agricultores, pescadores ou oleiros, adotam esse princípio, oferecendo um senso de pertencimento e empoderamento, visto que os membros têm a oportunidade de se engajar ativamente na construção e no progresso do grupo.

4.3.2 Cooperação

Porto e Opuszka (2015, p.471, citado em Leal e Rodrigues 2018) apontam que a “cooperação possui como escopo, a contribuição para um processo de interação social dentre aqueles que do projeto participam, faz com que exista uma busca constante por um objetivo comum através de ações compartilhadas, pois ao final, o benefício será repartido entre todos”. Na cooperação os sujeitos atuam como um conjunto, constituído a partir das somas das contribuições individuais, de forma coordenada, direcionadas a um objetivo comum. Essas contribuições individuais se organizam na estrutura administrativa, cooperativa através da consensualidade. Todos os empreendimentos solidários em análise, priorizam práticas compartilhadas, características da cooperação, no entanto, existem alguns aspectos a melhorar de modo a garantir e efetiva busca de objetivo comum, alguns dos quais, são a seguir destacados em função do modelo de trabalho desenvolvido em cada empreendimento solidário.

No caso das duas cooperativas de olaria, estão previstos dias claramente definidos para desenvolvimento das atividades em prol da coletividade. Esta prática é sustentada pela presidente da Cooperativa de Oleiros de Mutamba ao afirmar que, “(...) fazemos fogões que

podem ser usados a carvão ou a lenha, (...) quando precisamos de criar o *stock*, uma ou duas vezes por semana temos que vir trabalhar para completar a nossa meta” e o presidente da Cooperativa Sonhos de Indundo reitera a mesma abordagem ao mencionar que, “ (...) temos um área identificada que pertence a cooperativa, onde tiramos a argila, e produzimos o tijolo que deve ser vendido para o bem da cooperativa”. A figura a seguir apresentada mostra os fogões e o tijolo que são o principal produto das duas cooperativas.

Figura 22

Fogões e tijolo das cooperativas de oleiros



Nota. Dados da Pesquisa (2023).

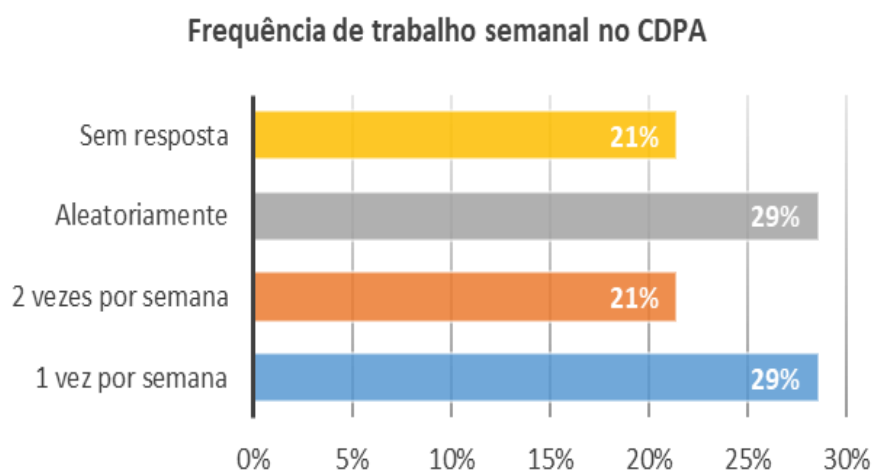
Na Associação Josina Machel, embora todos os membros ainda utilizem as instalações da cooperativa, as atividades atualmente desenvolvidas não estimulam a prática de ações compartilhadas que garantam um benefício comum entre todos os membros. De acordo com a entrevista, essa prática foi adotada no passado, mas atualmente, devido à falta de uma gestão sólida, principalmente na identificação de mercados estratégicos para comercializar o produto, os membros seguem utilizando a infraestrutura da associação para produção individual em vez de coletiva. Isso foi destacado pela secretária da associação ao afirmar que, “a muito tempo, quando íamos às feiras em Maputo e outros lugares vínhamos trabalhar juntas para poder fazer os vasos da venda conjunta, onde no final, o valor arrecadado era dividido por todos, mas agora, cada um identifica o seu dia de trabalho e vem fazer os seus vasos”

Quanto às associações agrícolas, os fatores limitantes para garantir a produção conjunta se verificam desde a falta de espaço para a atividade agrícola, fragilidade do solo onde decorre a produção e falta de comprometimento entre os membros. Entre as 14 associações entrevistadas, a associação "A hi rimene" se destaca por não possuir um Campo de Demonstração das Práticas

Agrícolas (CDPA), conhecido como "machamba da associação", ao contrário das outras 13 associações. No entanto, devido à localização desses campos e a alguns problemas de gestão nos empreendimentos de economia solidária, alguns CDPA não estão funcionando efetivamente. Para permitir uma melhor análise do desempenho destas associações nos CDPA, iremos nos basear na interpretação da figura que a seguir se apresenta.

Figura 23

Frequência do trabalho semanal nos CDPA



Nota. Dados da Pesquisa (2023)

A frequência de trabalho nos locais de produção varia entre as diferentes associações, com 29% que trabalha uma vez por semana e aleatoriamente respectivamente, 21% trabalha duas vezes por semana e outro grupo (também representando 21%) que não respondeu à questão. Esses dados sugerem a possibilidade de haver alguma fragilidade na implementação do princípio da cooperação, decorrente da forma como esses grupos têm se dedicado aos CDPA. Quanto menos tempo for dedicado ao trabalho nos campos de produção agrícola, menor será a produtividade, o que conseqüentemente enfraquecerá a associação. É importante destacar que as associações que se dedicam aos CDPA de forma aleatória, não estabelecem um horizonte específico e temporal para a realização das atividades em benefício do coletivo, o que representa uma ameaça para o empreendimento solidário. Nesse sentido, à semelhança dos que se mostraram indiferentes a questão, os entrevistados expõem os seguintes motivos:

“deixamos de ir a machamba porque havia pouca participação dos membros, (...) falta de clareza, e acusavam o presidente de roubar dinheiro, mas na verdade, o dinheiro era pouco porque a machamba era pequena”

“(...) tínhamos uma machamba, mas agora está falida, havia fraca participação, as culturas precisam de rega e as pessoas nunca estavam disponíveis para trabalhar”

“nos dois últimos anos tivemos problemas de cheias e nunca conseguimos acabar com a água, (...) estamos a tentar identificar um novo local, e agora, sem machamba cada um põe os produtos no seu local”

“(...) já não funciona, paramos por causa da água e ainda não conseguimos outro espaço”

“a água salgada invadiu a machamba e agora só fazemos viveiros”

“produzimos quando nos oferecem sementes ou outro apoio”

Além dos pontos mencionados acima, que se caracterizam principalmente pela fragilidade do local de produção, por estar situado em áreas baixas, a falta de comprometimento entre os membros e a falta de clareza sobre os benefícios da cooperação têm contribuído para uma gradual dissociação dos membros, como expresso por alguns entrevistados "Quando começamos, éramos 35 e agora somos apenas 10" (Associação 7 de Abril). A associação A hi rimene corrobora essa constatação ao afirmar que,

os membros estão a dissociar-se porque não vê vantagem de estar aqui, para o nosso caso em particular apesar de não possuímos a machamba da associação e os produtos serem resultantes da produção individual, o que temos feito é que na hora de venda, havendo oportunidade juntamos todos produtos dos associados e a distribuição do dinheiro faz-se em função do volume dos produtos disponibilizados por cada um (..), vemos esta prática como bom exemplo, mas os membros vão perdendo vontade de se juntar a nós porque não sentem as vantagens. Devíamos ter mais incentivo do governo (...) o que acontece é que no início até nos ofereciam produtos e material para nos ajudar na produção, mas agora mesmo quem não está associado, recebe igual quantidade de produto saindo a ganhar comparativamente a nós, porque, por exemplo a enxada que a associação recebe é para dividir por todos, mas quem tem produção particular se beneficia sozinho

No que diz respeito aos pescadores, a maioria dos membros é dono de um ou mais barcos de pesca. Em certos casos, o dono também é pescador, enquanto que em outros, o dono aluga o barco e depois divide o produto retirado do mar. As regras de trabalho são estabelecidas coletivamente, como destacado pelo presidente do CCP de Tofo ao afirmar que

(...) é responsabilidade de todos nós cumprir as regras que estão no regulamento, por exemplo, devemos controlar a pesca no período de veda, a pesca ilegal, o uso inadequado das áreas da praia e outros aspetos que podem interferir no nosso trabalho e na praia no geral, (...) por isso temos um calendário feito onde colocamos todos os pescadores para fazer o controle”

Apesar destas práticas conjuntas, foi constatado que cada membro dos conselhos dos pescadores tem autonomia na gestão dos ganhos do trabalho. Isso porque, embora os preços de venda dos mariscos sejam estabelecidos em conjunto, os ganhos são administrados individualmente, ou seja, cada associado é responsável por pescar, encontrar potenciais clientes e fazer a distribuição e venda de seu próprio produto, mantendo apenas o preço acordado. Portanto, é necessário melhorar a gestão das atividades, para que possam permitir a obtenção de renda a partir da produção coletiva. Em relação a este aspeto, baseando-se na abordagem de Leal e Rodrigues (2018) ao mencionarem que o objetivo da cooperação é facilitar a interação social entre os envolvidos, na busca de esforços partilhados, assume-se que a falta de cooperação, que se verifica em alguns empreendimentos econômicos solidários, tem um impacto imediato no modelo de distribuição de ganhos e enfraquece a prática da economia solidária nesses grupos.

As discrepâncias presentes nestes grupos prejudicam significativamente a implementação do princípio da cooperação, um dos fundamentos essenciais para a prática da economia solidária. Portanto, é imprescindível desenvolver estratégias mais eficazes para conscientizar os membros sobre essa urgente demanda. Para Centenaro e Laimer (2017, p. 66 como citado em Rodrigues, 2018, p. 214), “a cooperação é um valor intrínseco que se destaca pela sua relevância ao ser utilizada como uma estratégia alternativa para melhorar o desempenho econômico”, portanto, a manutenção da cooperação e dos princípios da economia solidária nas cooperativas e associações, constitui um desafio complexo que requer estratégias claras e o compromisso contínuo de todos os membros. O acompanhamento inicial por parte dos responsáveis pode ser crucial, no entanto, a sustentabilidade a longo prazo depende fundamentalmente de estrutura internas sólidas e a uma cultura de trabalho profundamente enraizada nos valores cooperativos.

É relevante mencionar que a situação estável verificada nas cooperativas, em relação a este princípio pode estar ligada ao fato de serem relativamente novas e ainda terem a supervisão contínua do Ministério de Recursos Minerais e Energia, portanto, uma análise mais aprofundada da sua eficácia, exigiria mais tempo de acompanhamento das atividades, pois, um exemplo

similar, é o da Associação Josina Machel, que se manteve funcional quanto ao princípio de cooperação quando estava sob supervisão de parceiros, mas com a desvinculação, gradualmente estas práticas passaram a ter uma característica mais autônoma.

Para enfrentar os desafios identificados nos empreendimentos solidários em relação a aplicabilidade do princípio da cooperação é necessário promover uma verdadeira cultura de cooperação, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e respeitadas, e promover atividades que reforcem os laços de solidariedade entre os membros, como eventos sociais, grupos de apoio mútuo, como é o caso das poupanças financeiras que se verificam em alguns grupos. Ao adotar essas estratégias, os empreendimentos de economia solidária em estúdio poderão superar as discrepâncias internas e fortalecer a cooperação entre seus membros, promovendo um ambiente mais colaborativo e eficiente. Isso não só melhorará o desempenho econômico, mas também contribuirá para a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

4.3.3 Autogestão

A autogestão pode ser entendida como a "maneira de estruturação social, política e coletiva que se caracteriza pelo reconhecimento do direito de participação igualitária, legítima, ativa e efetiva nas discussões acerca das questões operacionais, organizacionais e financeiras" O princípio da igualdade entre os sujeitos é um fator fundamental na formação dos empreendimentos econômicos solidários (Azevedo, Alió e Silva, 2016). Nos empreendimentos econômicos solidários, não importando a forma legal escolhida (associação, cooperativa, etc.), a gestão ocorrerá por meio da autogestão, cuja importância é fundamentada na capacidade de promover a igualdade entre os membros (Leal e Rodrigues 2018, p.212). Desta maneira, a tomada de decisões, em alguns casos, deve priorizar a votação dos membros ou a deliberação conjunta em assembleias, como garantia de que todos tenham a mesma oportunidade de ser ouvidos e participar do processo de gestão.

A prática da autogestão ocorre de maneira coletiva e democrática, sem a presença de um líder ou gestor único que centralize as decisões. Esse princípio se fundamenta na igualdade e na participação ativa, garantindo que todos os integrantes tenham o direito de opinar e votar nas escolhas. O objetivo da autogestão é fomentar um ambiente de trabalho equitativo e cooperativo, no qual as responsabilidades e vantagens são divididas entre todos os envolvidos.

A igualdade entre os pares e o poder de votação nas iniciativas de economia solidária em estudo têm início na etapa de escolha de seus líderes, a qual ocorre durante a Assembleia Geral. Nesse

momento, os participantes identificam os possíveis candidatos e, por meio da votação, um presidente é eleito. Em relação a essa questão, o líder das Associações de Pescadores de Inhamabne destaca que,

quando se pretende desenvolver uma determinada atividade, os membros de cada conselho de pesca têm direito a voz, e principalmente quando se trata de assuntos financeiros que são mais problemáticos, (...) as decisões de tudo sobre os conselhos são sempre tomadas em conjunto durante as assembleias gerais. (...), não existe um “chefe” que dá ordem, mas sim os líderes, que tomam as suas decisões partindo da opinião dos outros pescadores

Nos conselhos dos pescadores, mesmo diante de infrações cometidas por seus membros, as medidas disciplinares são decididas em conjunto conforme aponta o presidente do CCP da Barra, que em situações semelhantes.

(...) sentamos e definimos o tratamento a dar a essa pessoa, por exemplo agora o ex tesoureiro ficou com parte do valor da associação e não está a prestar devidamente as contas, assim, a associação deu um prazo para regularizar, e se ele não cumprir será impedido de lançar o seu barco aqui na praia da Barra e em qualquer outro CCP do Município de Inhambane

Portanto, estas e outras sanções por infrações cometidas pelos membros são decididas coletivamente durante reuniões organizadas a cada quinze dias. É válido ressaltar que em ambas associações são realizados encontros quinzenais nos quais os associados se reúnem para discutir temas relevantes para o grupo. Durante as datas dos encontros, nenhum pescador deve ir à pesca, a fim de garantir a participação integral de todos os membros nos assuntos da associação. A figura a seguir ilustra a realização de uma Assembleia no CCP da Barra.

Figura 24

Assembleia Geral do CCP Barra



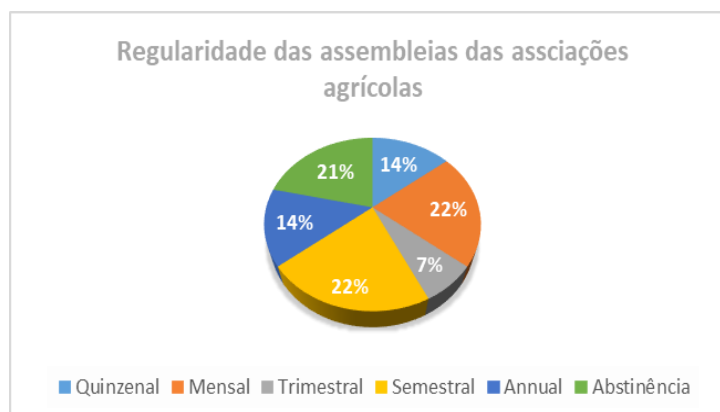
Nota. Dados da Pesquisa (2023)

Mantendo a referência à autogestão, a presidente da União Distrital das Associações Agrícolas mencionou que “os estatutos das associações agrícolas estão claros quanto ao processo de escolha do líder e do processo de tomada de decisão das atividades desenvolvidas em cada uma das associações, nenhum presidente deve tomar decisões de forma individual, é necessário colher a opinião de todos os envolvidos”.

A frequência e o cumprimento das reuniões no grupo de pescadores diferem da observada nas associações de agricultores. A realização das reuniões nessas associações ocorre com intervalos consideravelmente longos, podendo se verificar apenas reuniões anuais, o que acaba por afastar os membros da associação e gerar o distanciamento mencionado anteriormente. O gráfico abaixo demonstra a frequência das assembleias nas associações agrícolas.

Figura 25

Ocorrência das assembleias nas associações agrícolas



Nota. Dados da Pesquisa (2023)

No gráfico é possível observar que 14% das associações realizam assembleias a cada quinze dias e uma vez por ano. Por outro lado, 22% das associações têm reuniões mensalmente e a cada seis meses. Nota-se também uma parte significativa que se absteve de responder à questão, totalizando 21% de representatividade. De acordo com os dados, apenas 36% das 14 associações analisadas realizam suas reuniões com a frequência ideal (quinzenal e mensal) para estimular a comunicação e o debate sobre os desafios que enfrentam. Essa situação é preocupante, sobretudo considerando o problema discutido anteriormente sobre a falta de interesse dos membros em iniciativas coletivas. Nesse sentido, Singer (1996, p. 19) destaca que "a falta de interesse dos membros, a resistência ao esforço adicional exigido pela prática democrática são os maiores obstáculos para a autogestão".

É fundamental manter a presença constante dos membros nas assembleias para assegurar a participação ativa e a prática democrática nos empreendimentos solidários. A sua inoperacionalidade, pode afetar negativamente a consolidação e melhoramento do desempenho das iniciativas solidárias, podendo resultar em problemas como falta de transparência, centralização de decisões e perda de confiança, entre outros. Isso, por sua vez, impedirá a aplicação efetiva dos princípios de autogestão, cooperação e economia solidária de maneira abrangente. A adoção de estratégia visando assegurar a participação ativa e o interesse dos membros pode ser fundamental para vencer os desafios identificados por Singer, fomentando um cenário caracterizado pela democracia, transparência e colaboração, através de assembleias regulares, votações democráticas e comitês de gestão participativa e estabelecimentos de datas ou calendário fixo para realização das assembleias.

A associação dos oleiros Josina Machel, embora não produza em conjunto para a associação, mantém uma relação bastante próxima entre os membros, o que facilita a comunicação para tratar de questões associativas. Essa mesma situação é observada nas duas cooperativas em análise, no entanto, além da proximidade e abertura entre os membros, eles relataram realizar reuniões de balanço das atividades a cada quinze dias. Contudo, devido a imprevistos, essas reuniões podem ocorrer mensalmente.

Com base na perspectiva de Singer (2002, p.19), a efetivação da autogestão “requer que todos os membros da empresa estejam cientes do que acontece dentro da organização e das possíveis soluções para cada problema”. Ao conciliar esta abordagem às análises de Leal e Rodrigues (2018) e Azevedo, Alió e Silva (2016) sobre autogestão, é possível concluir que, de maneira

geral, essa prática está integrada ao dia a dia dos empreendimentos solidários em estudo. Observa-se a existência do poder de voto, a compreensão da importância da tomada de decisões conjuntas, porém, para obter resultados mais eficazes, é fundamental aprimorar o comprometimento de todos os membros com a causa, aumentar a frequência das reuniões e garantir a presença assídua de todos os envolvidos. É essencial ressaltar que se estivéssemos lidando com empreendimentos de grande dimensão, o que não é o caso dos estudados, a interpretação sobre a regularidade das assembleias poderia ser feita de forma um tanto diferente ao adotar o ponto de vista defendido por (Singer 1996, p.18), segundo o qual cooperativas maiores enfrentam desafios adicionais na organização e prática da autogestão. A dificuldade em reunir todos os membros para discussões significativas pode resultar em uma menor realização de assembleias, o que acarretaria impactos negativos na participação democrática e transparência.

4.3.4 Formas de gestão de dinheiro

Para Azevedo, Alió e Silva (2016), neste princípio, busca-se elucidar que na economia solidária, não há a busca por lucro, mas sim a conquista de excedentes provenientes da venda dos produtos feitos de forma individual ou coletiva pelos membros dos empreendimentos. Esses excedentes normalmente são compartilhados igualmente entre os participantes e a outra parte é destinada aos investimentos da associação.

No empreendimento de economia solidária, existe o pagamento do pro labore e a distribuição das sobras, que são duas ações distintas. O pro labore é mensal e está relacionado ao desempenho e função de cada membro, enquanto que a divisão de sobras é ação anual que acontece no final de cada exercício fiscal, ou contábil, sendo assim, após se eliminar as despesas o que sobra é dividido em igualdade entre os membros.

Os CCPs de Barra e Tofo, gerenciam em conjunto seus recursos. Durante as assembleias, são realizadas prestações de contas e decidido como o dinheiro arrecadado será utilizado. Não há distribuição de sobras entre os membros, pois não existe estrutura específica para essa finalidade, nem participação em feiras ou eventos para vender os produtos do empreendimento solidário, já que as vendas são realizadas de forma independente. Em relação a este assunto, o presidente da CCP de Tofo menciona que,

trabalhamos como associação, mas uma das poucas coisas que partilhamos é a determinação do preço dos nossos mariscos, mesmo assim, o cumprimento não é de

todos nós, porque cada membro vende sozinho o marisco que tira do mar. A partilha do dinheiro é feita apenas quando somos convidados a participar numa feira, mas, nestes casos cada membro deve deixar 10% do que vende para a associação. (...) este valor não se faz sentir porque as oportunidades são poucas ou quase inexistentes, (...) a associação tem mais de 130 integrantes o que veda a chance de todos nós termos as mesmas oportunidades de participar em tais eventos, e para estas atividades precisaríamos de meio de transporte adequado para facilitar a venda, o que não temos

Para reverter esse cenário, o CCP de Barra planeja construir um mercado de peixe. Os membros deste conselho identificaram um local considerado adequado para expor e comercializar seus produtos, transformando-o em um empreendimento social que possa, aos poucos, gerar renda para a associação.

Nos CCPs da Barra e Tofo não existe nenhum tipo de pagamento quotas pelos associados para cobrir as despesas. O único recurso disponível para as associações é resultante das infrações aplicadas aos pescadores por alguma ação irregular, bem como das atividades realizadas em conjunto com a Administração Marítima, como o registro de novas embarcações, multas por falta de pagamento de licenças, lançamento de barcos ao mar sem registro adequado, entre outras transgressões. De maneira geral, esses fundos são utilizados para atender às necessidades básicas das associações, tais como construção de salas de reunião, aquisição de móveis, pagamento de taxas para regularização das entidades, e outras despesas essenciais “(...) No CCP da Barra, os fundos obtidos atualmente são direcionados para a construção da sala de reuniões da associação, porque as reuniões são realizadas ao ar livre o que nos incomoda bastante. No CCP de Tofo já possui uma sala de reuniões que obteve de um financiamento, mas a mesma precisa de reabilitação e de matérias para equipar” (Presidente das Associações dos pescadores do município de Inhambane). As imagens a seguir, demonstram a situação atual das salas de reunião do CCP da Barra e Tofo.

Figura 26

Espaço de construção da sala de reuniões do CCP da Barra



Nota. Dados da Pesquisa (2023)

Figura 27

Sala de reuniões do CCP do Tofo



Nota. Dados da Pesquisa (2023)

No que diz respeito às cooperativas de oleiros, as formas de gestão de dinheiro são dinâmicas e eficientes. A cooperativa de oleiros de Mutamba, especializada na comercialização de fogões, colabora estreitamente com a KULIMA¹² (Organização para o Desenvolvimento Socioeconômico Integrado), é responsável por promover o produto da cooperativa, identificar o público-alvo e efetuar as vendas. “todos fogões que fazemos na cooperativa entregamos a

¹² É uma Organização não Governamental, a serviço das camadas mais pobres em Moçambique, em cerca de 30 anos. Tem como principais pilares o apoio às finanças rurais, segurança alimentar e nutricional, água e saneamento, promoção social dos direitos humanos e educação e saúde comunitária.

KULIMA, e o dinheiro é da associação, mas se a KULIMA vender por exemplo tijolo de um dos membros, 10% do valor da venda será revertido para a cooperativa” (Presidente da Cooperativa dos Oleiros de Muamba). Mesmo com a colaboração do parceiro, a avaliação que se faz, ainda não atingiu as expectativas. Isso porque o produto ainda não é amplamente reconhecido no mercado, não possui meio de transporte para facilitar a sua distribuição, e o principal público alvo é comunidade local que enfrenta dificuldades financeiras para aquisição do produto. A presidente da cooperativa ressaltou como uma das principais prioridades, a necessidade de abrir uma conta bancária, mencionando que o valor mínimo para abertura é de 6000,00 meticais. No entanto, até o momento da entrevista, a cooperativa só possuía 3000,00 meticais. Quando questionada para saber se o montante arrecadado com as quotas dos membros seria suficiente para abrir a conta, a representante respondeu que,

(...) cada membro deve pagar quota mensal de 200,00 meticais, mas, uma vez que a cooperativa é recente, iniciamos a prática a pouco tempo, além disso, do pouco que conseguimos deste valor, temos usado para despesas imediatas da cooperativa como a compra da argila e o aluguer de transporte do local onde adquirimos a argila até a cooperativa, e da cooperativa para o local de venda, portanto, o transporte tem sido uma das maiores barreiras na nossa planificação.

Mesmo diante destes obstáculos, é possível notar que existe uma clareza em relação ao padrão a ser adotado para a administração financeira na cooperativa. É necessário continuar incentivando tais práticas em prol do coletivo. A Cooperativa Sonhos de Indundo segue um modelo de gestão financeira semelhante ao da Cooperativa Oleiros de Mutamba, mas, com responsabilidade de identificar o mercado para venda de seu produto, sendo que, a apreciação feita, é positiva, conforme declarado pelo presidente da cooperativa, ao afirmar que,

mensalmente cada um dos membros paga uma quota de 300,00 meticais e por enquanto o valor está sendo usado para organização dos espaços para o desenvolvimento da nossa atividade, como por exemplo a manutenção das ruas, reabilitação ou manutenção das pontecas, porque, por ser uma zona baixa e como muita lama, no tempo chuvoso o aceso ao local da retirada da argila fica danificado (...) até o momento, as vendas não têm sido más

Na cooperativa de olaria Josina Machel, como já mencionado previamente, não há produção ou venda em benefício da cooperativa. Cada membro contribui mensalmente com um vaso ou

mais, dependendo do tamanho, desde que o valor corresponda a 200,00 meticais por mês. Essa quantia é utilizada principalmente para a manutenção dos materiais e equipamentos de trabalho.

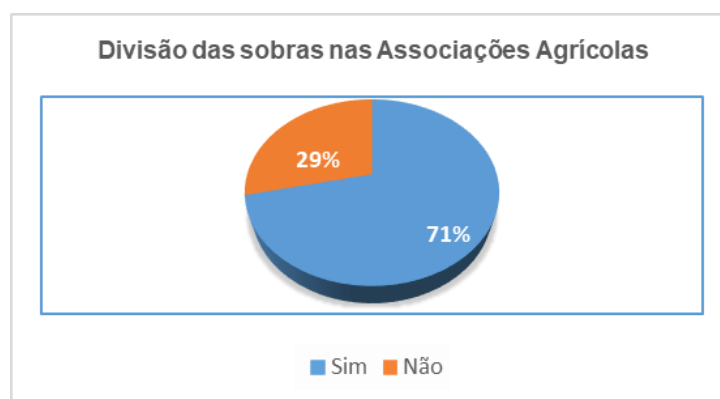
Quando se trata das associações agrícolas, existe uma diferença no modelo de gestão das contribuições. As quotas são determinadas em nível provincial, tendo sido estabelecido um valor fixo de 600,00 meticais por ano para cada associação. A sequência do processo é descrita pela Presidente da União Distrital das Associações Agrícolas ao se referir que,

as associações com CDPA, que realizam as suas vendas frequentemente, e com sobras retiram dessas sobras o valor da quota da associação. As que não possuem os CDPA ou que não estejam funcionais, cada membro paga 10,00mt mensalmente, ou seja 120,00meticas por ano, (...) este valor é canalizado a União Distrital das Associações Agrícolas, esta, por sua vez envia 1200,00 meticais a União provincial e a Provincial, envia 5000,00 meticais para a União Nacional dos Camponeses (Presidente Da União Distrital Das Associações Agrícolas)

Para uma compreensão aprimorada do modelo de gestão de dinheiro das associações agrícolas, utilizaremos como referência o gráfico que segue:

Figura 28

Associações agrícolas que realizam a divisão das sobras



Nota. Dados da Pesquisa (2023)

Os dados apresentados no gráfico indicam que 71% das associações realizam a divisão das sobras. A análise dessas informações sugere um cenário favorável em relação a essa prática. No entanto, ao observar a forma como essa divisão ocorre, nota-se que os resultados nem sempre atendem às expectativas. Dentre os problemas apontados e que têm impacto negativo destacam-se a falta de transporte para escoar os produtos, a baixa produção devido ao pouco envolvimento dos membros, a especulação de preços, que muitas vezes leva os associados a

vender abaixo do valor para evitar o apodrecimento dos produtos, e o período chuvoso que tem causado inundações nos campos, prejudicando a produção em certas épocas do ano.

Após análise da gestão de dinheiro em todos os empreendimentos de economia solidária em estudo, fica evidente que a gestão das sobras é um aspecto que precisa ser aprimorado em todos eles. Segundo Singer (1996, p.14), a decisão sobre a “gestão das sobras é tomada pela assembleia de sócios. Uma parte é destinada a um fundo educacional, outra parte é investida em fundos de investimento e o restante é distribuído aos sócios em dinheiro, de acordo com critérios aprovados pela maioria. O fundo divisível é utilizado para expandir o patrimônio do empreendimento e é registrado individualmente para cada sócio”. A gestão eficiente das sobras é crucial para promover a sustentabilidade e o crescimento das iniciativas de economia solidária. As sobras que correspondem aos excedentes financeiros, surgem após a cobertura dos gastos operacionais, representam uma oportunidade para fortalecer a organização por meio de investimentos estratégicos, contribuindo para a expansão das atividades e no benefício equitativo e sustentável de todos os membros. Para alcançar esses resultados, é essencial implementar estratégias que incentivem a participação democrática, transparência e educação financeira. Dessa forma, os empreendimentos podem utilizar suas sobras para consolidar sua base financeira.

3.3.4.1 Iniciativas de poupança financeira de apoio mutuo

Ainda vinculados ao princípio de gestão de dinheiro, Coraggio (2006), refere que um grande desafio enfrentado pelas iniciativas solidárias é o desenvolvimento de formas de trabalho que sejam economicamente viáveis e emancipadoras”. A abordagem do autor destaca a importância da prática do *xitique* ou *care*, presente nos empreendimentos solidários em estudo, especialmente em grupos formados majoritariamente por mulheres. Essas práticas atuam como ações de poupança mútua desenvolvidas em comunidades locais para incentivar a economia solidária. O *xitique* ou o *care* são métodos de poupança que envolvem contribuições diárias, semanais ou mensais com o objetivo de economizar dinheiro por um período específico e, posteriormente, receber o valor acumulado. Destaca-se um aspecto distintivo do *care*, que é a exigência de os participantes gerarem lucro ao longo do ciclo estabelecido para essa finalidade.

Dentre as várias regras que podem integrar o *care*, vale ressaltar as mais comuns: todos os participantes são obrigados a fazer uma poupança dentro do prazo determinado pelo grupo (seja diário, semanal ou mensal); o montante da poupança pode ser estabelecido de forma fixa ou de

acordo com a disponibilidade de cada membro; os integrantes também devem realizar empréstimos e devolvê-los com juros (normalmente 10% do valor solicitado) dentro do prazo acordado; o ciclo dura aproximadamente de 10 a 12 meses; os empréstimos e juros são utilizados para assegurar a movimentação e acúmulo dos valores poupados. Ao término de cada ciclo, é estabelecida a data para a distribuição do montante gerado para cada participante, englobando tanto a poupança feita quanto os juros acumulados. Quanto ao *xitique*, o formato de poupança apresenta uma pequena variação: o valor estabelecido é uniforme para todos os participantes e a contribuição é realizada todo mês; cada integrante indica o mês desejado para receber sua parte e a recebe acumulada com o valor dos demais membros, em um ciclo rotativo contínuo.

Essas práticas são encontradas em todos os empreendimentos solidários em análise, com exceção dos conselhos de pescadores e cooperativas de oleiros. Isso se deve ao fato de que esses empreendimentos são compostos predominantemente por homens, enquanto como mencionado anteriormente, essa é uma prática que se destaca mais em coletivos femininos.

Na associação Josina Machel, dentre os 11 membros, 10 são do sexo feminino e usam o esquema de poupança conhecido como *care*. As contribuições são feitas semanalmente, sendo que cada membro deposita uma quantia com base em sua própria renda, seguindo as regras estabelecidas, mesmo cenário verificado nos mercados locais das praias da Barra e Tofo. Dois modelos de poupança foram identificados nas associações agrícolas, conforme mostrado na figura a seguir.

Figura 29

Associações agrícolas que realizam a divisão das sobras



Nota. Dados da Pesquisa (2023)

As informações indicam que, entre as 14 associações agrícolas, somente 9 afirmaram realmente estar promovendo ações de poupança financeira, sendo que 67% delas preferem o *care* e 33% escolhem o *xitique*. Ao comparar esses dados com os da associação de oleiros, torna-se evidente que o *care* é a prática mais comum adotada nestes grupos.

É essencial mencionar que estas iniciativas de poupança já vêm sendo implementadas há muitos anos em Moçambique. Atualmente o *care* tem se destacado pela sua forma flexível de gerenciamento, e, sobretudo, pelo fato de possibilitar a geração de juros. Isso tem levado a um aumento significativo da adesão, com resultados bastante positivos para os participantes. Em relação a este ponto, os entrevistados observaram que, embora os lucros provenientes do excedente da produção coletiva não tenham sido significativos devido às dificuldades enfrentadas, as iniciativas de poupança têm contribuído para aprimorar a gestão de dinheiro e fortalecer a sinergia e conexão entre os grupos. A seguir, são destacados alguns desses benefícios dessas iniciativas com base nos relatos deixados por eles.

“Expandi o meu negócio com o primeiro valor que recebi do *care*, agora estou a construir a minha casa”

“consigo colocar os meus filhos a estudar, um está na universidade”

“(…) consegui muito dinheiro com *care*, e até construí a minha casa na base de tijolo”

“Alguns quando tem uma queda no negócio usam este dinheiro para recomeçar”

“(…) ajudam muito nas nossas atividades só precisa ter um plano concreto e ser sério com o dinheiro (...) comprei minha motobomba apesar de não ser nova melhorou a produção”

Essas palavras já evidenciam de maneira clara o papel crucial que essas ações têm desempenhado dentro dos coletivos, com o objetivo de aprimorar as condições de vida nas economias locais.

4.3.5 Educação e Formação para o Cooperativismo

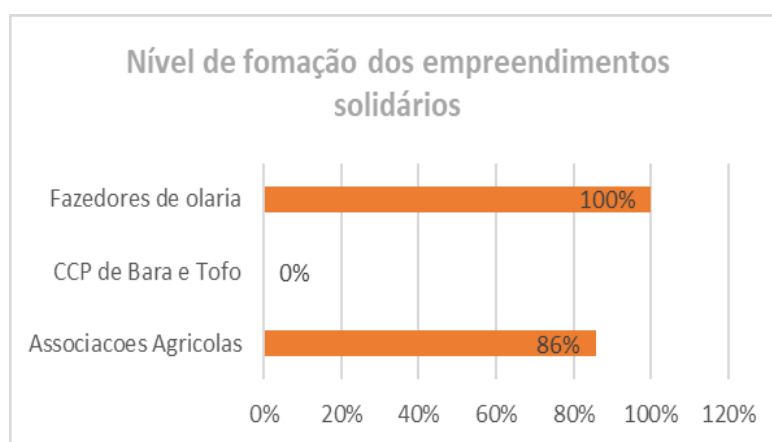
A importância da educação para fortalecer as economias locais é inquestionável. Ela proporciona às pessoas e grupos locais as habilidades, conhecimentos e valores necessários para crescer de forma colaborativa e sustentável. Investir em educação significa, portanto, aprimorar diretamente a capacidade de uma comunidade para construir uma economia local robusta,

resistente e justa. Quando a economia solidária é apoiada por uma base educativa sólida, ela tem o poder de impactar positivamente as comunidades, impulsionando um desenvolvimento econômico inclusivo e sustentável.

A análise deste ponto terá como foco a questão das oportunidades das iniciativas de capacitação em gestão de empreendimentos econômicos solidários, cujos resultados são exibidos no gráfico a seguir.

Figura 30

Formação em gestão de empreendimentos solidários



Nota. Dados da Pesquisa (2023)

Com base nas porcentagens acima apresentadas, a participação em cursos de capacitação para a gestão dos empreendimentos econômicos solidários é positiva, exceto nos CCPs de Barra e Tofo. De maneira geral, essas porcentagens indicam as oportunidades que os grupos tiveram ao longo de sua jornada para se beneficiar de algum tipo de treinamento relacionado a este tipo de iniciativas. No entanto, é importante ressaltar que nem sempre os cursos foram planejados especificamente para dotar os envolvidos com habilidades específicas para gerenciar empreendimentos solidários, como podemos observar em algumas passagens citadas pelos entrevistados:

“As vezes tem aparecido alguns técnicos da Direção Distrital da Agricultura de Jangamo, e os conteúdos são sobre gestão de pragas e formas de plantio de alguns produtos”

“(…) Uma vez tivemos troca de experiência com outras associações, organizada pelo município”

“(…) tivemos algumas formações no passado, mas passa muito tempo”

“ A Escola Superior de hotelaria e turismo veio nos ensinar a organizar nossos produtos para participar em feiras”

“As vezes a UNAC tem organizado, mas geralmente vão os presidentes”

Para alcançar resultados superiores na gestão de empreendimentos solidários, é fundamental desenvolver um plano de treinamento personalizado, adotando metodologias educacionais adequadas ao público-alvo, pois, foi referenciado, que a maioria dos participantes possui baixa escolaridade, o que influencia diretamente em algumas das fraquezas identificadas na gestão dos empreendimentos solidários, nos princípios da cooperação e autogestão. Singer (2002, p. 21), baseia esse ponto de vista ao alertar para "o risco da deterioração da prática autogestionária, que é amplamente causada pela escassa formação dos sócios." Destaca-se aqui a relevância da formação para garantir que todos os integrantes possam se expressar e participar ativamente das decisões. Sem um treinamento adequado, os valores de igualdade e participação, essenciais para a autogestão, são prejudicados, podendo resultar em ineficácia e deterioração da prática autogestionária. Além disso, a base da educação provém da concepção de que "as pessoas são moldadas pela educação" (Singer, 2022, p. 42). Essa ideia indica que a educação tem um papel crucial na construção das personalidades e na definição de princípios, competências e visões de mundo dos indivíduos, evidenciando, desta a influência que a educação exerce no progresso tanto humano quanto social.

Uma das principais preocupações manifestadas pelos entrevistados foi a necessidade de participar em formações para aquisição de competências de gestão. Em relação aos pescadores, embora reconhecessem a importância da capacitação, enfatizaram as dificuldades de conciliar trabalho à formação devido a falta de tempo. Um pescador do CCP do Tofo declarou que: “o trabalho da pesca é pesado, a maior parte dos nossos barcos são pequenos, o que nos faz levar muito tempo no mar (...), quando saímos estamos cansados, temos uma família para sustentar e resta-nos pouco tempo para ir à escola ou coisas parecidas”. Assim sendo, torna-se essencial empregar abordagens que incentivem ou despertem a atenção dos grupos em relação à importância da capacitação e do treinamento, uma vez que tais ações beneficiam os seus integrantes.

A aquisição de conhecimento e a educação são cruciais para superar os desafios aqui descritos. Quanto mais pessoas, sejam elas colaboradores, políticos ou cidadãos em geral, estiverem conscientes dos impactos sociais, culturais e econômicos positivos gerados pelas iniciativas da

economia solidária na sociedade, mais consolidada será a autonomia, a independência e os direitos democráticos. Compartilhar informações sobre os benefícios dos empreendimentos solidários é fundamental para construir uma base sólida de apoio e incentivar a participação ativa, o que, por sua vez, fomenta uma sociedade mais justa e democrática.

4.3.6 Autonomia e Independência

O princípio em questão enfatiza a imparcialidade diante de controvérsias políticas e religiosas que possam causar divisões entre os sócios. Sua finalidade é evitar que iniciativas solidárias sejam monopolizadas por partidos ou grupos religiosos (Singer, 1996, p.42). Isso implica que todos os membros têm o direito de participar das decisões sem que haja interferência governamental indevida, a menos que a intervenção política seja mais abrangente e afete outros aspectos da gestão da iniciativa solidária. Para isso, é fundamental estabelecer um conjunto de normas e estatutos que guie a administração de forma apropriada.

De maneira geral, os empreendimentos solidários em análise não possuem vínculos com nenhuma entidade público-privada, têm autonomia e independência. Contudo, devido ao baixo nível de formação de seus membros, percebe-se uma fragilidade no que se refere às competências técnicas necessárias para alcançar essa autonomia. A gestão carece de bases sólidas para capacitar os membros a obter resultados satisfatórios. Uma das fragilidades identificadas é a dificuldade dos empreendimentos em atrair mercados específicos e estáveis para vender seus produtos, conforme apontaram alguns entrevistados. “demoramos vender porque as vezes as pessoas não têm dinheiro na hora da compra”¹³, “(...) algumas vezes acabamos vendendo com o preço marcado pelo comprador para não perder o produto”¹⁴. Estas práticas afetam a viabilidade dos negócios, uma vez que a liberdade e autonomia não devem ficar subordinadas a um único cliente ou a fontes exclusivas de suprimento.

Por outro lado, percebe-se a fragilidade do governo em desenvolver políticas públicas que apoiem as iniciativas de economia solidária no país. Como mencionado por Moçambique (2014, p. 38), os “projetos em andamento têm sido voltados principalmente para pequenas e médias empresas”, com pouca consideração para os empreendimentos solidários. No entanto, é nessas iniciativas que o Estado poderia intervir, fornecendo treinamento e estabelecendo

¹³ Associação de oleiros de mutamba

¹⁴ Associação agrícola 7 de Abril

políticas de proteção, pois, a falência resultante de uma administração inadequada é vista como um dos principais obstáculos para alcançar a autonomia e independência necessárias.

Todos os empreendimentos, mesmo sem formalização, possuem estatutos ou regulamentos que orientam suas atividades, integrando aspectos como a realização regular de assembleias, gestão de fundos, quórum para decisões, conduta dos participantes, entre outros aspectos. No entanto, a pesquisa constatou que a implementação dessas diretrizes não é completa, devido a deficiências na gestão que foram identificadas ao longo das discussões sobre a dinâmica desses empreendimentos. A solução para essa questão reside na promoção da educação, formação e oportunidades de desenvolvimento para todos os envolvidos no processo, a fim de capacitá-los com as habilidades, conhecimentos e capacidades necessárias para a gestão eficaz. Ademais, é fundamental identificar as lacunas nas habilidades, conhecimentos e capacidades dos membros, visando corrigi-las.

4.3.7 Interesse pela Comunidade

Dumond (2010 como citado em Socreppa e Silva, 2017, p. 113), indicam que o empreendimento de economia solidário deve “visar o benefício não apenas de seus membros, mas de todo o meio social onde estão inseridos, as suas ações devem estimular a prática da cooperação e outras condutas que reduzam a dependência externa em benefício de toda comunidade.” Ao contrário de abordagens econômicas convencionais que visam lucro pessoal, a partir deste princípio, a economia solidária, enfatiza o bem-estar comunitário, significa que as atividades econômicas devem priorizar atender às necessidades da comunidade, em vez de visar apenas os ganhos individuais, criando mecanismos de cooperação e o apoio mútuo entre os membros da comunidade. Ao dar importância ao bem comum, a economia solidária busca diminuir as disparidades econômicas e fortalecer os laços sociais dentro da comunidade.

O estudo mostrou que, de maneira geral, ainda que pareça incipiente, há um interesse pela comunidade nos empreendimentos solidários em análise. Esse interesse foi mais evidente nos CCPs da Barra e de Tofo. Além de se dedicarem apenas à pesca, em parceria com a Administração Marítima, estes grupos também são responsáveis pela inspeção costeira e participam na resolução de conflitos de uso do espaço. Os CCPs, identificam os problemas da comunidade e interferem sempre que possível na negociação com o governo e outros atores para a sua resolução. Em resposta a uma destas preocupações, o Presidente do CCP da Barra referiu que estavam a decorrer negociações entre a comunidade, governo e operadores turísticos

para identificação de um local para que a comunidade tenha um acesso direto para a praia, sem que necessariamente “peçam permissão” a um dos estabelecimentos, uma vez, que estes se apropriaram de toda a orla marítima.

A distribuição dos espaços na praia da barra constitui um grande obstáculo para a comunidade local, pois, para além da situação do acesso, conforme apontaram os pescadores, o espaço foi ocupado de tal maneira que eles, não têm um local fixo para guardar os barcos após a pesca. Outro ponto de preocupação para os dois CCPs, refere-se aos ganhos diretos provenientes do setor turístico, pois consideram que, dada a quantidade de empreendimentos turísticos no destino, os impactos positivos do turismo, diretos para a comunidade deveriam ser mais mensuráveis. Mesmo tendo tal sentimento, eles admitem a importância do turismo na geração de empregos, concessão de bolsas de estudo, incentivo a pequenos empreendimentos, especialmente no artesanato e no comércio de bebidas, construção de salas de aula, além de outras ações. Em relação a este aspeto, o presidente das Associações de Pescadores, destacou que

(...) o hospital rural de Conguiana, o mais próximo da praia da barra, não tem água potável, e já passa muito tempo, a comunidade é que tem levado água para o hospital, é por isso, que agora toda a comunidade está a pensar em juntar dinheiro para comprar nova bomba, (...) Imagina o que as nossas esposas passam por exemplo quando vão dar parto e não conseguem água para se lavar, é uma situação que nos preocupa, já apresentamos nas reuniões de visita do governo e nada, mas também achamos que os operadores poderiam nos ajudar nesse sentido

Dessa forma, as declarações e outros aspetos acima descritos, evidenciam o entendimento dos desafios que impactam a comunidade e o interesse em encontrar soluções.

Nos empreendimentos solidários de agricultores e oleiros, as ações voltadas para a comunidade verificam-se a partir da criação de parcerias para oferecer serviços essenciais à população. Em cada oportunidade de interação com o governo e outros parceiros, são apresentados os problemas que afetam a comunidade, destacando a área da infraestrutura básica, saúde, acessibilidade, emprego, entre outros. No entanto, a avaliação dos entrevistados em relação à eficácia destas propostas por parte do governo não é muito positiva, como destacado pela Presidente da UDAA

(...) anualmente fazíamos relatórios que submetíamos ao governo sobre das nossas atividades, com descrição de todos os problemas que achamos que deviam ajudar a resolver, mas sentimos que os nossos problemas não têm sido incluídos na planificação do governo, e para nós era suposto ver estes problemas integrados na planificação para que haja algum seguimento, (...) as associações ficaram descontentes que já não existe regularidade na submissão dos nossos planos de atividade e nem dos relatórios

Esta insatisfação em relação a intervenção do governo, foi também verificada nos CCPs da Barra e Tofo. Neste caso, a intervenção foi feita a partir de um exemplo do apoio material e financeiro que o setor privado tem disponibilizado, mas, sem o devido encaminhamento, conforme aponta a fala de um dos pescadores da praia de Tofo,

aqui na praia do Tofo, nos anos passados, recebemos um barco de um grupo de operadores turísticos que serviria para segurança dos banhistas e salvar os marinheiros em caso de acidentes de trabalho, o barco foi levado pela Administração Marítima e nunca mais tivemos de volta, (...) agora sem barco quem tem nos ajudado a salvar os marinheiros são as escolas de mergulho.

Estas considerações sobre os desafios que impactam a comunidade mostram de maneira clara o comprometimento dos empreendimentos solidários em buscar atender ao princípio de retribuir à comunidade, seguindo assim, a implementação de alguns indicadores deste princípio, conforme mencionado na tabela a seguir, elaborado com base em Dumond (2010), citado por Socreppa e Silva (2017, p. 113).

Tabela 14

Indicadores alcançados a partir do princípio do interesse pela comunidade

Ord.	Descrição	Ações específicas
1	Estabelecimento parcerias locais com objetivos de oferecer serviços ao seu quadro social	Apoio na construção de escolas
2	Apoio a iniciativas da comunidade local para geração de trabalho e renda	Emprego gerado a partir da oferta turística
3	Acompanhamento os indicadores sociais e econômicos do município, região, ou bairro no qual está inserida e mensura a sua participação relativa nestes números	Apresentação contínua dos problemas da comunidade para busca de soluções

4	A publicação das suas ações sociais por meio de balanço social	Produção de relatório das atividade ou balanço das atividade
---	--	--

Nota. Autora com base em Dumond (2010), citado por Socreppa e Silva (2017, p. 113).

Fica evidente, que os empreendimentos solidários geralmente têm consciência da sua responsabilidade em relação às questões que impactam as comunidades onde atuam. Eles entendem que a resolução dessas questões requer não apenas o envolvimento da própria comunidade, mas também a participação do setor privado ou do governo. Esta parceria, pode ser vantajosa para detectar e solucionar problemas específicos de maneira mais eficiente e abrangente, a partir de uma abordagem possa resultar em práticas mais sustentáveis, incentivando o crescimento econômico e o bem-estar geral das comunidades.

4.4 Destino da Produção da Economia Local

As economias locais no ramo do turismo desempenham um papel importante para o desenvolvimento econômico, social e cultural das comunidades. Nesse sentido, torna-se fundamental que a gestão dos destinos turísticos assegure a participação ativa das comunidades, a implementação de políticas e medidas responsáveis, e a promoção de um turismo que traga benefícios equitativos para todos.

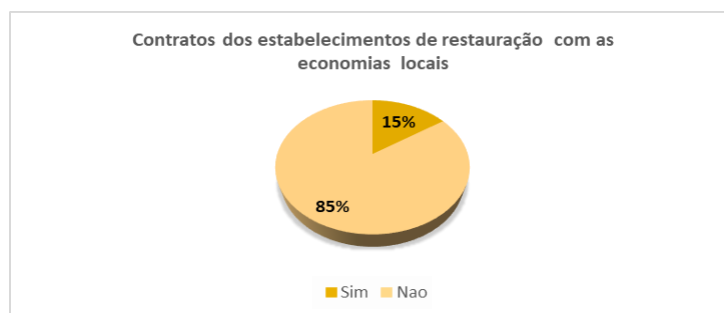
O propósito deste ponto é compreender a forma como os produtos das economias locais são comercializados. A análise destas informações será principalmente embasada na combinação dos dados fornecidos pelos restaurantes e o entrosamento das informações destes grupos das economias locais, indicadas para pesquisa.

Os estabelecimentos de restauração, também conhecidos como restaurantes, têm uma função essencial na área de alimentos e bebidas ao proporcionar aos clientes uma ampla gama de opções culinárias para agradar diversos paladares e preferências. Integram de forma essencial a experiência do turismo e contribuem grandemente para o desenvolvimento econômico e social das comunidades onde estão situados. Ao analisar a cadeia de abastecimento do ramo hoteleiro, presume-se que parte dos ingredientes e produtos seja comprada de fornecedores locais, como agricultores, pescadores e fabricantes artesanais, entre outros. Isso ajudaria a manter a economia local, valorizando sua participação, gerando empregos, atraindo visitantes, fortalecendo o comércio local e salvaguardando a identidade cultural. Para dar início a reflexão sobre a iteração dos estabelecimentos de restauração e as economias locais, primeiro será feita a avaliação dos

estabelecimentos que possuem contrato de prestação de serviço com as economias de interface com o turismo definidas para a pesquisa, em função dos dados da figura abaixo.

Figura 31

Representatividade dos estabelecimentos de restauração com contratos de aquisição de produtos das economias locais



Nota. Dados da Pesquisa (2023)

A grande maioria, ou seja, 85% dos estabelecimentos de restauração não estabelecem contratos formais com empreendimentos solidários. Constatou-se que os 15% restantes que afirmaram possuir acordos estão, em sua maioria, vinculados a produtores independentes que disponibilizam apenas alguns tipos de produtos. A seguir, algumas das declarações dos gestores entrevistados evidenciando essa situação.

“(...) temos contrato com um machambeiro que fornece repolho, alface, hortelã e berinjela, o resto compramos no mercado”;

“ só temos alguém que nos fornece especiarias como a salsa, manjericão, cebola fresca e coentro”;

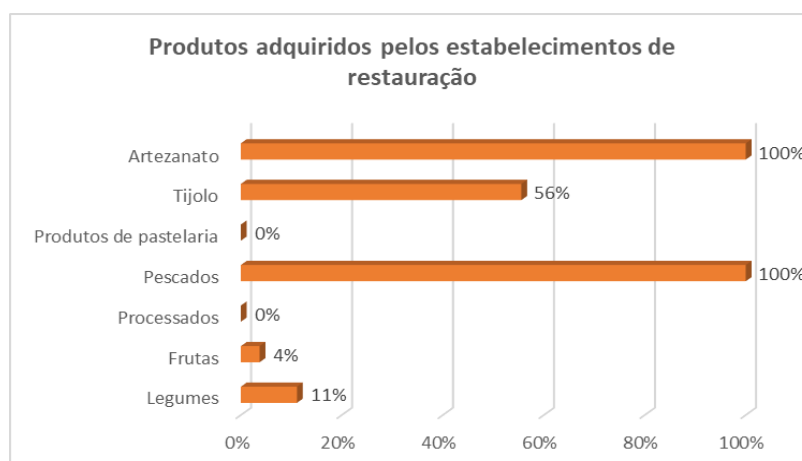
“(...) temos um fornecedor local que nos fornece ananás e melancia”

os dados da pesquisa revelaram que, em geral, os locais de restauração tendem a preferir a compra direta em mercados e estabelecimentos comerciais. Ou seja, os acordos não são estabelecidos diretamente com empreendimentos solidários, mas sim com intermediários, devido à facilidade que estes oferecem na obtenção de uma ampla variedade de produtos. Os intermediários compram os produtos em diferentes empreendimentos solidários ou até produtores particulares, cabendo a eles a oportunidade de firmar contrato ou garantir a prestação de serviços aos estabelecimentos de restauração.

Apesar da fragilidade verificada nos contratos estabelecidos entre restaurantes e os produtores agrícolas locais, a figura a seguir apresentada, faz a descrição geral dos produtos locais mais requisitados pelos restaurantes

Figura 32

Produtos locais adquiridos pelos estabelecimentos de restauração



Nota. Dados da Pesquisa (2023)

O comércio de artesanato e peixe é altamente valorizado pelos restaurantes, totalizando 100% de representatividade para cada um, seguidos de perto pela demanda de tijolos com 56%, legumes com 11%, e produtos processados e de pastelaria com 0%. A análise mais detalhada das relações comerciais entre os grupos responsáveis pela venda dos produtos mencionados no gráfico e o setor turístico será apresentada em seguida, com foco nos estabelecimentos de restauração.

Artesanato

As informações apresentadas no gráfico estão alinhadas com as opiniões dos artesãos, que se mostram favoráveis à comercialização de suas criações para o setor turístico, estabelecimentos de alojamento em particular. A maioria dos restaurantes na área pesquisada possui conexão com alguma unidade de hospedagem e, segundo os artesãos, têm adquirido seus produtos com maior frequência no âmbito da sua abertura ou reabilitação. No entanto, devido ao ciclo de vida longo de alguns itens, a compra não é muito recorrente. Mesmo assim, a avaliação permanece positiva. Segundo os artesãos, a maioria das suas vendas é destinada a turistas, sejam eles nacionais ou internacionais, mas, eles apontam algumas restrições legais, principalmente as ligadas à exportação, que vêm impactando negativamente nas vendas de determinadas lembranças para

os visitantes. A seguir, apresentam-se algumas declarações dos entrevistados e suas opiniões sobre o assunto:

“Gostaria que o governo reduzisse a taxas de exportação, pois os turistas sempre nos apresentam estas reclamações. ”

“(…) o turismo é nossa fonte de rendimento e os turistas é que valorizam mais a nossa arte, por isso o governo deveria investir mais no turismo e melhorar o nosso mercado.”

“Existem muitos moçambicanos que procuram os nossos produtos principalmente os na base de capulana e palha. ”

“(…) os turistas compram os nossos produtos, mas quando chega a época baixa, não vendemos quase nada.”

As declarações destacam certos pontos que necessitam de intervenção para melhorar as condições laborais dos artesãos e estimular o aumento de suas vendas. É importante destacar o impacto da sazonalidade nas suas venda, o que exige dos artesãos uma boa capacidade de gestão financeira, neste sentido, vale ressaltar que, o governo desempenha um papel fundamental ao promover o artesanato no turismo, com ações que vão desde a valorização da atividade artesanal até a implementação de políticas públicas que estimulem esse setor, por meio do estabelecimento de medidas específicas que incentivem a sua produção e comercialização, protegendo os seus direitos e preservando a autenticidade dos produtos. Além disso, é importante criar incentivos fiscais, como isenções de impostos e subsídios, para fomentar iniciativas de economia solidária no geral.

Figura 33

Produtos artesanatos da área de estudo-praia do Tofo



Nota. Dados da Pesquisa (2023)

Pescadores

Devido à proximidade com o mar, a maioria dos restaurantes na área de estudo oferece uma diversidade de frutos do mar em seus cardápios, sendo esta a principal razão pela qual todos os estabelecimentos afirmaram obter seus produtos dos pescadores locais. No entanto, é válido destacar que, embora estes restaurantes comprem todo o pescado de seu menu dos pescadores locais, a apreciação dos pescadores é que a maior parte da venda dos seus produtos é destinada a comunidade local, no entanto, ressaltam o papel relevante deste setor no crescimento econômico da região, pois segundo eles, garantem o sustento contínuo da sua atividade. Além das vendas locais, o pescado também é enviado para outras províncias, com destaque para Maputo.

Figura 34*Exemplo de Pescado das praias de Tofo e Barra*

Nota. Dados da Pesquisa (2024)

Quando se trata dos produtores de olaria, a opinião geral sobre as vendas é positiva. No entanto, nos últimos anos, observou-se uma redução nas vendas de seus produtos para o turismo, devido ao baixo crescimento do investimento no setor e o aumento significativo de produtores na base de argila, o que intensifica a concorrência. Assim sendo, a maior parte dos produtos é adquirida pela comunidade local.

De maneira geral, a situação da demanda nas cooperativas de oleiros é semelhante, em relação ao turismo a venda é maioritariamente feita através de intermediários. No entanto, o aumento na procura de produtos por meio de intermediários requer uma análise mais aprofundada, uma vez que, se não for devidamente controlada ou regulada, pode resultar em situações de exploração dos produtores locais devido a especulação de preços, que acaba dando mais benefício a este grupo em detrimento do produtor. Outro aspeto adicional também verificado no processo de vendas é que, embora os grupos coletivos normalmente acordem em conjunto o valor de venda, nem todos seguem fielmente esse acordo, geralmente tendem a colocar preços mais baixos para atrair a concorrência de forma particular. Estes problemas podem estar associados à ausência de contratos formais com os estabelecimentos que buscam esses serviços e à falta de divulgação eficaz dos serviços oferecidos pelas cooperativas. Portanto, é importante desenvolver uma estratégia adequada para aumentar sua visibilidade.

Vendedores dos mercados e pequenos comerciantes

Na visão dos vendedores dos mercados das praias da Barra e Tofo, os restaurantes não representam o seu principal mercado. A maior parte dos produtos é vendida para a comunidade local e para os turistas. Os pequenos comerciantes locais nas proximidades das praias de Barra

e Tofo estão satisfeitos com a comercialização de seus produtos. Mesmo não vendendo diretamente nos restaurantes, os turistas são os principais compradores dos comerciantes,

“quase 90 % dos que vendemos é para turistas, (...) existem muitos moçambicanos que procuram nossos serviços, principalmente as bebidas alcoólicas mas os estrangeiros também (...) os estabelecimentos hoteleiros só vem quando precisam reforçar *stock*.”¹⁵

A seguir o cenário dos espaços dos pequenos comerciantes e mercado local.

Figura 35

Produtos do mercado local e pequenos comerciantes



Nota. Dados da Pesquisa (2023)

Agricultores

A avaliação das associações agrícolas sobre a venda dos seus produtos aos estabelecimentos de restauração não é satisfatória. Os gestores de restaurantes apontam como principais problemas, a limitada variedade de produtos disponíveis, o que dificulta o gerenciamento de compras; a sazonalidade; a inconsistência na qualidade do produto, a falta de divulgação dos produtos oferecidos pelas associações, já que, muitas vezes não têm acesso aos registros dessas entidades; e a ausência de um método claro para facilitar o pagamento das compras feitas nos empreendimentos solidários. Para reverter a situação atual, os gestores dos estabelecimentos de restauração sugerem que as associações aprimorem a divulgação de seus produtos e trabalhem em conjunto entre associações. Dessa forma, garantiriam a combinação de produtos de diversos grupos coletivos e potencializavam tanto a quantidade quanto a qualidade das vendas.

¹⁵ Fala da entrevista ao representante do botle store dona gloria

Figura 36

Exemplos dos espaços de produção agrícola das economias locais



Nota. Dados da Pesquisa (2023)

4.4.1 Percepção geral das economias locais sobre o destino dos seus produtos

Os resultados apontam que tanto nos empreendimentos solidários em análise, assim como nos agentes da economia local, a maior parte das vendas é direcionada para a comunidade local em vez do turismo em geral. É essencial interpretar estes dados com cautela, uma vez que, embora todos os participantes indiquem que a maioria das vendas é voltada para a comunidade local, é importante ressaltar que muitos destes grupos coletivos não possuem um sistema claro de registro das vendas de seus produtos. Eles costumam se basear na frequência de compra, e não na quantidade e valor total recebido em uma única transação, o que, de certa forma, prejudica o controle do processo. Ao longo da pesquisa, mencionou-se que as compras realizadas pelos estabelecimentos de restauração e hospedagem colaboram para a realização de projetos dos produtores locais, uma vez que o valor recebido tem sido superior ao das vendas comuns.

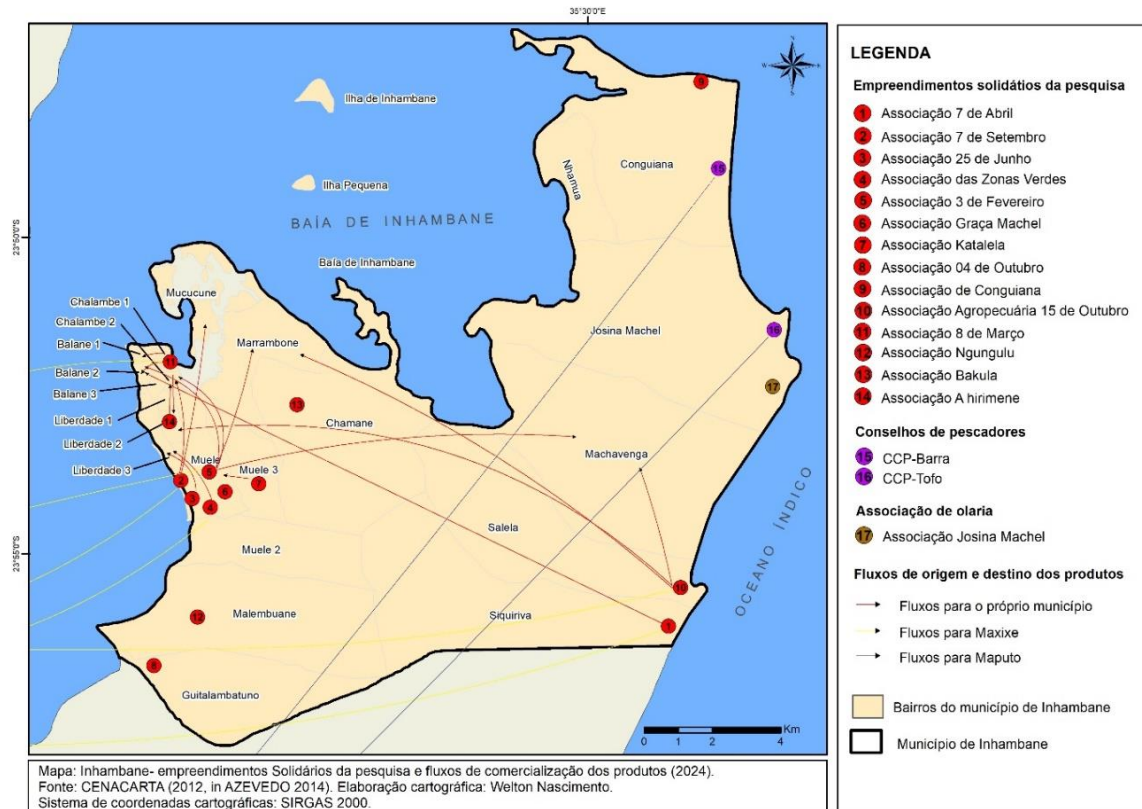
A relação de venda entre os produtores locais e os restaurantes foi feita no sentido de buscar destacar as práticas das iniciativas de economia solidária na área de estudo. No entanto, é crucial compreender que o foco principal deste processo não se resume em analisar apenas para onde são destinadas as vendas, mas sim em entender de que maneira as comunidades locais têm se beneficiado do turismo, e nesta perspectiva, os resultados mostram que a produção das economias locais, ainda que tenham sido identificadas algumas fragilidades que precisam de ser melhoradas se beneficiam do turismo.

4.4.2 Pontos de venda dos produtos dos empreendimentos da economia solidária

De uma forma geral o destino dos produtos dos empreendimentos de economia solidária é local, Para facilitar a compreensão desse processo, a figura a seguir ilustra o fluxo funcional dessas vendas, destacando os locais de produção e de comercialização.

Figura 37

Fluxo das vendas dos empreendimentos solidários



Nota. Elaborado Welton Nascimento (2024)

A partir das informações acima apresentadas, é possível notar que a maior parte dos produtos é comercializada dentro da cidade de Inhambane, com os pontos de venda localizados próximos à "machamba da associação". Na figura 19, que trata da distribuição dos empreendimentos solidários, destaca-se a concentração das associações em pontos específicos com características de solo semelhantes, levando à semelhança na tipologia da produção. Os principais produtos agrícolas vendidos por esses empreendimentos incluem vegetais, frutas, especiarias, tubérculos, cereais, feijões. A descrição detalhada das informações acerca dos produtos está disponível no (apêndice I) em anexo a este documento. A análise do apêndice, além de apresentar detalhes sobre os principais produtos, permite observar a conexão entre os locais de produção e distribuição, destacando-se como principal mercado de venda dos produtos aquele que está próximo à "machamba".

De uma forma geral, a proximidade dos pontos de venda traz benefícios tanto para os produtores quanto para os consumidores locais. Permite uma interação direta entre as partes, o que eleva a confiança e a transparência em relação à origem e à qualidade dos produtos. Além disso, a redução dos custos de transporte possibilita que os produtores retenham uma parcela maior da receita, impulsionando sua margem de lucro. Apesar das vantagens trazidas pela proximidade dos pontos de venda, é essencial identificar e lidar com os possíveis inconvenientes, como a limitação de mercado, a suscetibilidade às condições locais e a necessidade de inovação. Portanto, estes desafios podem ser superados por meio de estratégias eficazes de diversificação e expansão. Ao harmonizar a venda local com a exploração de novos mercados e a promoção da inovação, os produtores conseguem potencializar os ganhos e reduzir os riscos associados à proximidade dos pontos de venda.

5. ENVOLVIMENTO DOS ATORES DO TURISMO NA IMPLEMENTAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO TTMI

A colaboração entre os diversos intervenientes no turismo nos processos de gestão permanece a ser um desafio significativo devido à sua natureza contraditória, que se caracteriza por um lado pela integração, diálogo e proximidade e, por outro, pela competição, individualismo e intolerância, favorecendo os grandes conglomerados económicos. Para enriquecer os debates sobre o turismo, torna-se crucial a cooperação entre a comunidade local, os setores público e privado, a fim de estabelecer e assegurar um planeamento e implementação das atividades com base nas necessidades do destino, a figura a seguir mostra as responsabilidades de cada um destes atores neste processo.

Figura 38

Papel dos principais atores do turismo na economia solidária



Nota. Elaboração própria (2024)

Para que a economia solidária seja efetivamente estabelecida, é necessário construir um sistema de planejamento que garanta a utilização adequada dos recursos e ferramentas disponíveis, visando impulsionar as economias locais. Dessa maneira, ela não se estabelece apenas como uma fonte alternativa de receita para as comunidades receptoras, mas também como um meio de fomentar a integração entre a comunidade local, setor privado e o governo.

Resultados positivos das iniciativas de economia solidária estão em certa medida condicionados às políticas implementadas nas regiões onde estão situadas. Por isso, o presente capítulo reflete sobre o modelo de planejamento turístico adotado na área de estudo, focando nos principais agentes envolvidos nesse processo. É importante que um plano turístico seja elaborado de forma participativa, visando estabelecer um conjunto coordenado de ações que contribuam para o progresso e aprimoramento dos produtos e serviços turísticos. Além disso, é crucial determinar diretrizes e estratégias que promovam a valorização dos aspectos culturais e sociais, assim como uma distribuição mais equitativa dos benefícios para as comunidades. Esta reflexão se baseará na análise dos dados e informações coletados junto das economias locais, líderes comunitários, governo, setor privado e estabelecimentos de restauração. O intuito é examinar a atuação desses atores, principalmente aqueles que representam a comunidade local, para tal, será realizada uma avaliação sobre o planejamento integrado das políticas públicas de turismo, o envolvimento do

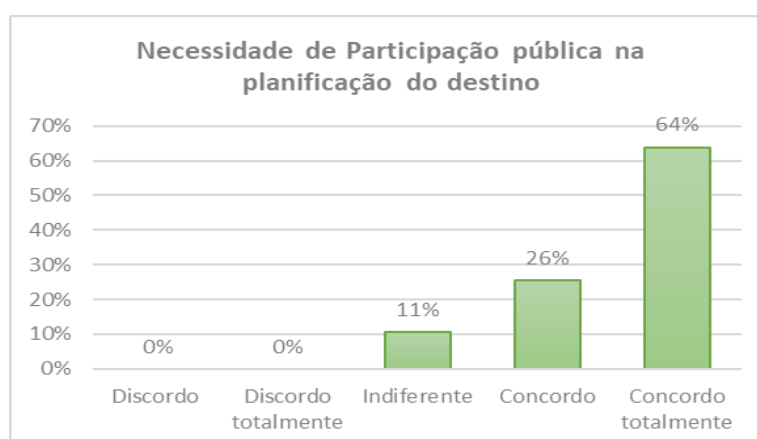
governo e do setor privado, bem como os impactos positivos do turismo nas comunidades locais.

5.1 Participação comunitária na elaboração de políticas públicas

Uma política pública de turismo tem como função dar uma direção comum aos interessados no setor, fornece uma estrutura para discussões públicas sobre os rumos da atividade e o papel de cada grupo social, facilitando o consenso de estratégias e objetivos de desenvolvimento, razão pela qual “é importante que ao nível da província e distritos/municípios de maior atividade turística sejam estabelecidas estruturas adequadas para permitir um desenvolvimento efetivo e integrado do turismo” (PEDTPI, 2014, p.9). Isso passa pela necessidade de planejamento e investimento em infraestrutura, serviços e políticas que possam estimular o desenvolvimento do turismo de forma integrada, garantindo a otimização dos impactos econômicos e sócias do turismo em respeito às necessidades locais da região. Assim sendo, ao considerar a perspectiva da economia solidária, busca-se compreender o grau de envolvimento das economias locais no desenvolvimento do turismo através da elaboração e implementação de políticas públicas, portanto, para iniciar essa análise, será examinada a percepção dos entrevistados sobre a relevância de sua contribuição no planejamento do destino turístico, conforme demonstrado nos dados apresentados na figura abaixo:

Figura 39

Participação na planificação turística



Nota. Dados da Pesquisa (2023)

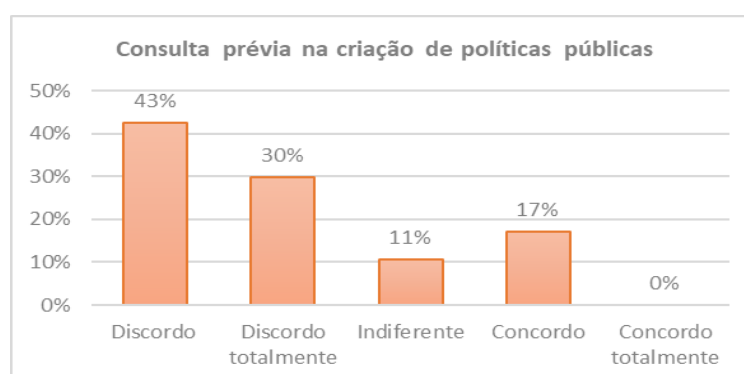
Esta questão foi colocada a todos os grupos envolvidos nos empreendimentos de economia solidária e aos agentes da economia local participantes da pesquisa, sendo assim, o gráfico demonstra a opinião desses participantes. Os dados mostram que 26% dos respondentes

concordam com a importância da participação pública no planejamento turístico, ao passo que 64% concordam plenamente, somando assim 90% dos entrevistados com uma visão favorável. A interpretação destes resultados vai basear-se na fala de Soares e Azevedo (2020, P.4), ao afirmar que “há que se enfatizar que para que a participação se realize, a educação deve ser libertadora” para garantir o empoderamento das comunidades. A capacitação das comunidades é indispensável, pois permite o desenvolvimento de competências e o pensamento crítico, possibilitando-as a questionar e transformar o ambiente em que vivem, garantindo sua participação ativa nas esferas sociais, políticas e econômicas. Assim, mesmo que os dados da pesquisa tenham mostrado o baixo nível de formação dos gestores dos empreendimentos solidários, esse grupo também respondeu de forma positiva à questão, o que sugere que, à semelhança dos agentes da economia local, este¹⁶s também já estão cientes da importância da planificação integrada do turismo e que também desempenham um papel essencial nesse processo.

A fim de ampliar essa perspectiva social sobre o planejamento do turismo, é crucial também avaliar o seu grau de auscultação pública na formulação de políticas que guiarão o desenvolvimento do destino turístico.

Figura 40

Consulta pública na criação das políticas públicas para o desenvolvimento do turismo no TTMI



Nota. Dados da Pesquisa (2023)

No gráfico é demonstrada a percepção dos empreendimentos solidários e dos agentes das economias locais sobre o processo de consulta prévia na elaboração de políticas públicas de turismo. Em relação a essa questão, 43% discordam e 30% discordam totalmente da existência dessa consulta prévia, enquanto 11% permaneceram neutros. Assim, 17% dos entrevistados concordam com tal prática, o que resulta em uma avaliação negativa do processo, uma vez que

¹⁶ Pitana (2004), citado por Bernadetha et al. (2019)

a comunidade local é a parte mais interessada. O não envolvimento deste grupo pode levar à formulação de políticas que não abordam completamente os problemas enfrentados pelas comunidades.

É importante ressaltar que os que concordaram com a realização da consulta prévia, são maioritariamente representados pelos gestores das iniciativas solidárias e os líderes comunitários que, em virtude das funções que desempenham, o que permite a sua participação em debates sobre o assunto nas reuniões promovidas pelo governo. O líder comunitário do Bairro de Conguiana mencionou sua participação no desenvolvimento das políticas, declarando que "(...) somos convidados para participar de algumas sessões do governo onde temos apresentado nossos problemas (...), e também acompanhamos o processo de elaboração das políticas públicas, mas é muito raro termos experiências em que a comunidade local no geral é convocada para discutir sobre uma determinada lei". Apesar deste posicionamento do líder comunitário, percebe-se que existe algum tipo de ruído neste processo, uma vez que, ao serem solicitados a citar exemplos de políticas públicas que conheciam, todos pareciam ter dificuldade em mencionar sequer uma ou duas. Isso é bastante controverso, principalmente quando comparado aos dados do gráfico que revelavam o reconhecimento da importância de sua participação no planejamento.

Este posicionamento controverso dos gestores dos empreendimentos de economia solidária e líderes comunitários pode estar associado às restrições estruturais e culturais mencionadas por Tosun (2000 como citado em Shariffuddin e Azinuddin, 2016), que têm impactado de maneira adversa sua participação nesse processo. As restrições estruturais, ligadas à qualidade da formação e à recursos financeiros disponíveis, são claramente evidenciadas pelos dados já expostos na pesquisa, sobretudo quando se trata do nível de formação dos líderes das iniciativas solidárias, um dos segmentos essenciais na colaboração com o governo para debater em conjunto as questões que impactam a sociedade. A limitação cultural está ligada à baixo nível de conscientização na comunidade local e interpretação do poder em países em desenvolvimento. Neste sentido, a noção de poder pode estar associada ao fato do país exercer uma significativa influência política sobre as comunidades, ligada a valores históricos e ideológicos. Tal influência tem impacto considerável nas decisões das comunidades, que muitas vezes não avaliam as ações de forma realista, aderindo unicamente ao discurso oficial do governo, o que pode resultar numa reflexão negativa da formulação de políticas que estimulem um desenvolvimento inclusivo do turismo TTMI como destino.

Um dos principais objetivos da planificação do turismo é promover um espaço para discussões públicas sobre o futuro da atividade e o papel de cada grupo social, facilitando a concordância em relação às estratégias e metas de desenvolvimento. A comunidade local está cada vez mais interessada em identificar e resolver seus problemas, fato que foi evidente ao se analisar o princípio da economia solidária "apoio à comunidade". Assim sendo, a falta de inclusão social na formulação das leis e políticas que regulam o turismo pode enfraquecer seu poder de decisão em relação ao turismo, enfraquecendo, desta forma, o impulso às iniciativas da economia solidária.

O setor privado, a partir do seu representante, Presidente da (APHTI), demonstrou compreender amplamente a situação do turismo do TTMI, as leis que o regem e avaliou de forma positiva o envolvimento do setor privado na formulação de políticas públicas. Contudo, destaca a necessidade de uma melhor organização no processo de elaboração dessas políticas, incluindo um aprimoramento na capacitação da comunidade local para que tenha autonomia suficiente na análise e interpretação dos aspectos envolvidos.

O representante do governo provincial, na figura do Diretor da DPCTI, assegura a presença da comunidade local em discussões relacionadas à formulação de políticas públicas e ao planejamento do setor turístico.

Dependendo de cada instrumento em causa procuramos de todas formas incluir todos os intervenientes do processo, por exemplo o Plano Quinquenal do Governo é elaborado a partir do registo das auscultações das preocupações das comunidades durante os ciclos das campanhas eleitorais, e que depois são incluídas no documento (...), os Planos estratégicos são elaborados a partir das competências de uma consultor que se baseia das informações colhidas nas auscultações feitas junto dos diferentes intervenientes do processo de planificação, sendo posteriormente socializado entre os mesmos (...). Uma das estratégias para garantir a participação local é a partir do poder local (líderes comunitários e secretários de bairros), gestores das associações, por representarem diferentes grupos da comunidade local.

O diretor da DPCTI, referiu também que, no que diz respeito à legislação, no decorrer do processo de elaboração ou de revisão, é necessário ouvir as partes interessadas, o que normalmente acontece em seminários ou reuniões. “por exemplo, acabamos de ter uma reunião com os fazedores da cultura para rever o regulamento do Fundo para o Desenvolvimento

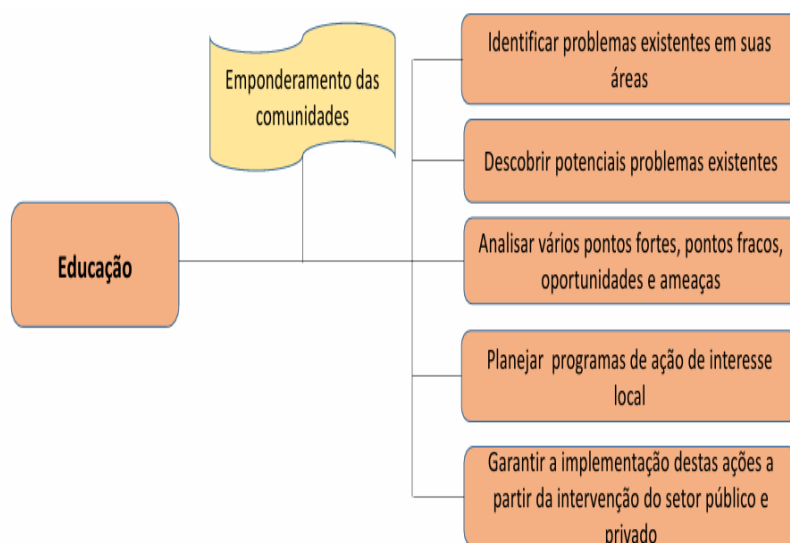
Artístico e Cultural, (...) no âmbito da discussão da lei de terra, a comunidade também esteve representada pelos líderes comunitários”

O desenvolvimento da atividade turística, depende da implementação de regulamentos que promovam a “cruzamento de três pilares, Governo, setor privado e comunidade” conforme destacado por Bernadetha et al. (2019, p. 221). A participação da comunidade na formulação de políticas públicas no TTMI gera percepções diversas entre os intervenientes do processo. Enquanto os agentes das economias locais expressam críticas ao processo, o governo, líderes comunitários, gestores de iniciativas solidárias, consideram inclusivo e o setor privado reconhece a importância de aprimorar o planejamento para garantir o envolvimento ativo da comunidade.

De acordo com Domingos (2012 p.29), o setor privado é o ator que envolve aqueles que tem poder para influenciar na formatação de políticas públicas quando pressionam o governo a tomar determinadas ações, e cabe ao governo, o “ fortalecimento e mudanças das dinâmicas turísticas em um espaço determinado, incorporando os atores público, privado e terceiro setor, com a intenção de tomar decisões coletivas” (Velasco Gonzalez, 2013 como citado em Coutinho e Nóbrega, 2019, p.64). Para mudar este cenário é essencial contar com a participação desses dois atores. No entanto, o sucesso será ainda maior ao permitir que as comunidades se empoderem e assumam a responsabilidade de elaborar um plano turístico em obediência itinerário indicado na imagem a seguir.

Figura 41

Processo de empoderamento das comunidades locais



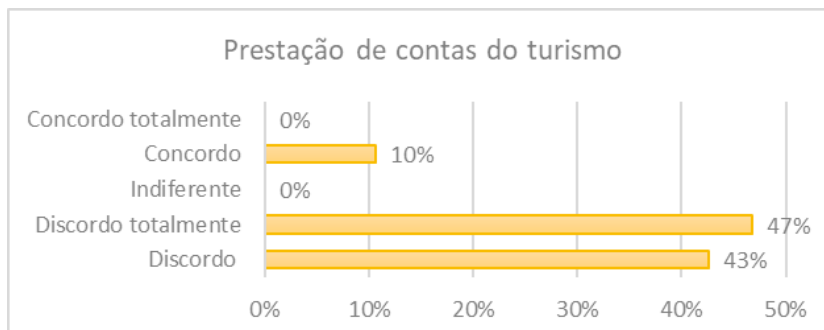
Nota. Dados da Pesquisa (2023)

A implementação das estratégias mencionadas na figura acima, cria possibilidade para que as populações locais assumam um papel central no desenvolvimento do turismo, assegurando que essa atividade seja um catalisador para a melhoria da qualidade de vida. Dessa forma, o envolvimento da comunidade na tomada de decisões democráticas se dá por meio da “Participação, que implica compromisso voluntário ao trabalho, formação de organizações como associações, cooperativas, entre outras, e a conquista de autonomia”¹⁷. Assim sendo, além do governo e do setor privado, a academia assume um papel fundamental nesse processo, fornecendo conhecimento, capacitação e suporte técnico.

A planificação integrada do turismo envolve, além de tudo, a necessidade de compartilhar informações e dados relacionados ao setor. Nesse contexto, para entender como se dá a interação entre o governo e a comunidade local a esse respeito, o gráfico a seguir ilustra a percepção da comunidade sobre a transparência das atividades turísticas na região em questão.

Figura 42

Prestação de contas do turismo para a comunidade local



Nota. Dados da Pesquisa (2023)

As informações apresentadas no gráfico acima indicam que a transparência na prestação de contas do turismo em relação à comunidade local é quase inexistente. Entre os entrevistados, apenas 10% apoiam essa prática, enquanto 43% expressam desacordo e 47% discordam totalmente, totalizando assim 90%. Dessa forma, ao relacionar esses dados com os resultados da análise sobre a necessidade de participação pública na planificação do destino turístico e a consulta pública na formulação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do turismo, que também são considerados fatores cruciais nesse contexto, deduz-se que, de maneira geral,

¹⁷ Kliksberg (1994 citado por Domingos 2012, p.29)

a comunidade local não desempenha um papel ativo na elaboração dos planos turísticos no TTMI.

5.2 Envolvimento do setor privado no planejamento do turismo no TTMI

O setor privado, tem importância fundamental no crescimento do local como destino turístico, especialmente dentro das comunidades locais, pois oferece suporte à gestão para assegurar a qualidade e promover investimentos em nível local. Nesse contexto, ao considerar sua função no âmbito das ações de economia solidária, achou-se conveniente compreender o grau de envolvimento no planejamento do turismo no TTMI, especialmente a relação com as economias locais visando assegurar a inclusão e o desenvolvimento do turismo

De acordo com o PEPI (2021, p.97), o sector privado,

é um parceiro fundamental na implementação do plano estratégico da província através da produção, transporte e comercialização de alimentos e produtos de rendimento, na geração do emprego e da renda, para além de contribuir para melhoria nas infraestruturas para a educação, saúde e para a preservação do meio ambiente.

Entre essas funções, o presidente da APHTI ressaltou a importância do setor privado em facilitar a colaboração entre instituições para debater questões fundamentais identificadas pelo setor privado e que tenham impacto na comunidade e no crescimento do turismo; promover campanhas de marketing e divulgação do destino; procurar parceiros estratégicos para oferecer suporte social à comunidade, como em educação, saúde e acesso à água potável; e prestar serviços de consultoria às comunidades locais.

No quadro de suas responsabilidades, o setor privado tem assegurado a colaboração com a comunidade, visando garantir sua participação na concepção e promoção da atividade turística. Algumas de suas principais ações incluem auxiliar na burocracia dos documentos em transações imobiliárias, facilitar o acesso a financiamentos, abrir oportunidades para divulgação e venda de produtos por meio da participação em feiras. Essas ações surgem de um relacionamento tido como aberto e saudável, que se desenvolveu ao longo do tempo. Nesse contexto, o Presidente da APHTI reconheceu o esforço e a dedicação de certos grupos dentro da economia solidária que estão conseguindo contribuir de maneira significativa para o turismo, especialmente ao se formalizarem como associações ou cooperativas. Ele também enfatizou que essas iniciativas estão apenas no começo e enfrentam diversos obstáculos, que serão resumidos a seguir.

Tabela 15

Principais desafios e propostas de solução dos empreendimentos de economia solidária TTMI

Desafios dos empreendimentos de economia solidária no TTMI	
1	Falta e/ou baixo nível de formação
2	Dificuldade de prestação de contas nos empreendimentos solidários
3	Elevado nível do “espírito do individualismo”
4	Venda de produtos, feitos na base de material proibido no exterior, como algumas espécies marinhas, dificultando a sua venda
5	Os diferentes intermediários da atividade turística aproveitam-se da ingenuidade ou desconhecimentos da comunidade
6	Elevadas taxas cobradas, aos turistas na exportação de alguns tipos de <i>souvenirs</i>
7	Fraco conhecimento ou interpretação de aspetos jurídicos dos empreendimentos solidários e do turismo no geral
Possíveis soluções	
1	Investir na integração de jovens nos empreendimentos solidários, de modo a garantir mais pro atividade, pois a maior parte é composto por adultos e idosos
2	Necessidade de colaboração entre os diferentes empreendimentos solidários de modo a partilhar experiências e alargar as janelas de oportunidades
3	Criação de uma figura ou órgão que pode ser designada tutor legislativo do Estado para o acompanhamento aos empreendimentos solidários e comunidade local no geral
4	Capacitar os empreendimentos solidários de modo a dota-los de competências de gestão
5	Criar plataformas de divulgação dos serviços e produtos oferecidos pelas economias locais

Nota. Autora com base na entrevista ao Presidente da Associação Provincial de Hotelaria e Turismo de Inhambane (2024)

O presidente da APHTI, também compartilhou algumas características que têm marcado alguns grupos, ligados à iniciativas de economia solidária,

os oleiros são o único grupo que tem que demonstrado ter uma estrutura forte (...) os agricultores tendem a crescer, mas percebe-se que falta algum aspeto dentro da

organização que precisa ser melhorado (...), por vezes os integrantes da associação estão distantes, dificultando os momentos de interação e acabando por criar a concepção de que os benefícios em associações são insignificantes, preferindo continuar a trabalhar de forma particular, (...) dentro da grelha das nossas ações vamos criando condições para melhorar estas iniciativas.

Alguns dos obstáculos destacados pelo Presidente da APHTI foram discutidos nos temas sobre a dinâmica dos empreendimentos solidários na área de estudo e participação da comunidade na formulação de políticas públicas. Em parte, esses desafios se encaixam no que Coutinho e Nóbrega (2019, p. 67) categorizaram como “desafios na sociedade contemporânea organizacionais na governança turística, onde, o envolvimento de cada ator dentro da rede é definido por meio do seu empoderamento e nível de interesse da problemática.” Dos os três atores que participam do planejamento do turismo, a comunidade local se destaca por possuir menos recursos financeiros e um menor nível educacional, o que a coloca em uma posição desfavorável para influenciar o processo decisório dos destinos turísticos. Portanto, dentre várias responsabilidades do setor privado neste processo, destaca-se o seu papel no incentivo e crescimento da economia local a partir de investimento privado, geração de emprego e fornecimento de serviços essenciais (IFC, 2011, p. 7-12).

Além dos problemas mencionados sobre o processo de planificação, o presidente da APHTI ressaltou que o turismo no TTMI necessita de intervenção conjunta para garantir a padronização dos serviços em toda a cadeia produtiva do turismo e, conseqüentemente, uma boa prestação de serviço desde a entrada do turista, sua estadia até a saída. É necessário conscientizar os funcionários públicos para que entendam que também fazem parte deste processo, melhorem a qualidade do atendimento, estejam atentos às dinâmicas do turismo e compreendam seu papel no desenvolvimento do destino. Deve-se melhorar, ainda a estratégia de marketing, utilizando plataformas e recursos ajustados à dinâmica atual do mercado. Por fim, e não menos importante, destacou a necessidade de melhorar a planificação do turismo, tornando-a cada vez mais inclusiva em todos os níveis, visando responder em particular às necessidades das comunidades locais.

5.3 Envolvimento do governo no planejamento do turismo no TTMI

A atuação do governo é essencial para fomentar o turismo em uma região específica, dentro do contexto das economias solidárias, é dever do governo regular, garantir a infraestrutura necessária e definir limites para que o turismo se desenvolva de maneira consciente e integrada. De acordo com o PEPI (2021, p.96), são destacadas algumas das atividades que integram o papel do governo no segmento turístico, com enfoque para a necessidade da

promoção de iniciativas de diversificação de renda familiar e das comunidades como forma de reduzir os riscos aliados à agricultura de subsistência; o fomento ao associativismo e cooperativismo como forma de aumentar a produção e fortalecer os produtores de pequena escala, camponeses e piscicultores; criação de mecanismos para reforçar o poder comunitário no diagnóstico e resolução dos problemas de desenvolvimento socioeconômico; capacitação das comunidades na participação e resolução dos seus próprios problemas em parceria com as instituições do Governo e a sociedade civil.

A responsabilidade atribuída ao governo, conforme explicado, traz consigo uma perspectiva de otimismo em relação aos desafios identificados ao longo da pesquisa, que são enfrentados pelos agentes das economias locais e pelos empreendimentos solidários. Contudo, com o intuito de obter uma compreensão mais pragmática do papel desempenhado pelo governo no processo de planejamento, especialmente no incentivo às iniciativas de economia solidária, a seguir será apresentada uma visão geral com base nas informações fornecidas pelos gestores públicos representados pela DPCTURI e, sempre que necessário, será feita uma comparação com as informações dos demais atores envolvidos no processo.

Para iniciar esta reflexão, é preciso analisar como o governo assegura a interação com os diversos intervenientes do setor do turismo. Nesse sentido, o Diretor da DPCTURI, em nome do governo provincial, informou que “durante a elaboração das atividades do distrito, sempre prevalece a colaboração entre todos os envolvidos no setor de turismo (...), por exemplo, além das reuniões gerais do governo que contam com a participação desses atores, são realizados encontros com o setor privado uma ou duas vezes por ano, nos quais são abordadas suas preocupações e discutidas possíveis soluções.” Na mesma perspectiva, o entrevistado destacou a importância do setor privado no fomento de medidas que promovam a geração de empregos e parcerias para impulsionar as economias locais.

O representante do governo afirmou ter amplo conhecimento das iniciativas solidárias em andamento e reconheceu os desafios enfrentados, especialmente relacionados à sua fraca capacidade de gestão. Buscando soluções, o governo tem abordado essas questões em seus planos de atividades, implementando ações detalhadas na tabela a seguir.

Tabela 16

Ações do governo para o estímulo às economias locais

Ord.	Ações do Estado para estímulos a economias locais
1	Divulgação e venda dos produtos e serviços, a partir de participação em feiras;
2	Interação com o setor privado no sentido de garantir que os restaurantes incluam em seus cardápios pratos tradicionais, com a premissa de que os ingredientes utilizados sejam oriundos da produção local.
3	Incorporação dos produtos artesanais da comunidade local pelos empreendimentos turísticos visando enaltecer a arte e cultura locais.
4	Estabelecimento de políticas de turismo inclusivas assegurando o crescimento econômico das comunidades.
5	Realização de workshops com vista a incentivar a reflexão sobre os empreendimentos solidários.
6	Identificação de parceiros e assessoria aos empreendimentos solidários
7	Capacitação técnica ligada a organização de feiras e exposições e atendimento ao cliente

Nota. Autora com base na entrevista ao Diretor da DPCTURI (2024)

As feiras listadas na tabela acima costumam acontecer em ocasiões festivas ou eventos realizados em nível distrital e provincial. Dessa forma, não há uma data fixa para a realização dessas feiras, no entanto

o Conselho Executivo Provincial ciente desta lacuna, está num processo de identificação e construção de uma feira provincial, (...) e anualmente tem se organizado a feira urbana de Inhambane onde vários agentes locais tem a oportunidade de expor e vender os seus produtos e serviços, desde a gastronomia, cultura, arte, agricultura entre outras áreas (...) este é o caminho que se pretende seguir, criar uma estrutura sólida que possa dar oportunidade a comunidade local de expor e vender seus produtos

À semelhança das feiras, a capacitação técnica em matéria de gestão de empreendimentos solidários também ocorre ocasionalmente, não existe um plano concreto definido nem a nível do setor privado nem do governo que estimule a aquisição de competências técnicas para gestão

deste tipo de iniciativas. No que diz respeito à elaboração das políticas públicas aprovadas, o representante do governo destacou que, de maneira geral, elas representam os interesses da comunidade; no entanto, existem algumas lacunas,

de implementação que resultam das dificuldades típicas do país (recursos), exemplo pode-se aprovar uma lei que prevê a fiscalização da linha da costa, mas sem recursos materiais e financeiros não é possível cumpri-la, a outra fragilidade surge da restrição da capacidade técnica e da falta de comprometimento de alguns indivíduos em relação às funções ou atividades que lhes são atribuídas

De acordo com o MITUR (2015), são identificados outros obstáculos relacionados à colaboração entre certos órgãos governamentais, tais como restrições financeiras e sua utilização ineficiente, fragilidades nas parcerias público-privadas, leis e regulamentos de alta qualidade, porém complexos e aplicados de forma inconsistente. A tabela abaixo apresenta uma síntese desses desafios, juntamente com sugestões de soluções para aprimorar o processo de planejamento.

Tabela 17

Desafios e soluções do processo de criação e implementação de políticas públicas no TTMI

Ord.	Processo de planejamento turístico no TTMI
Principais desafios	
1	Fraco envolvimento da sociedade civil e das comunidades locais do processo de formulação, resultando em políticas que não atendem às necessidades reais.
2	Altos índices de desigualdade social, que tornam desafiadora a aplicação de políticas inclusivas
3	Sistemas de monitoramento e avaliação deficientes que dificultam a detenção dos problemas ou as necessidades de ajuste
4	Insuficiência de recursos financeiros, materiais e humanos para implementar as políticas de forma abrangente.
5	Populações com baixo nível educacional, e com dificuldades em para compreender e participar ativamente na elaboração das políticas públicas.
6	Deficiências em infraestrutura básica como transporte, comunicação e instalações necessárias para a execução das políticas.
7	Falta de leis protecionistas de estímulo às economias solidárias
Propostas de solução	

1	Desenvolver programas educativos voltados para a conscientização política e a compreensão dos direitos e deveres dos cidadãos.
2	Empoderamento comunitário através da formação
3	Melhorar o envolvimento dos líderes comunitários e organizações locais na disseminação de informações e na facilitação do engajamento da comunidade.
4	Desenvolver programas e matrizes eficazes de controle e monitoramento das políticas públicas
5	Capacitar e orientar os funcionários públicos sobre a correta aplicação das leis, assegurando a harmonização entre todos os órgãos governamentais.
6	Estabelecer uma comunicação constante entre o governo e as empresas privadas, por meio de encontros e grupos de trabalho, a fim de alinhar interesses e resolver conflitos

Nota. Autora com base nos resultados da pesquisa, e MITUR (2015), Coutinho e Nóbrega 2019, Pitana (2004 como citado em Bernadetha et. al.; 2019) e IFC (2011, p.7-12)

Para lidar com esses desafios, é essencial adotar uma abordagem unificada e colaborativa, na qual diferentes partes interessadas - incluindo o governo, a sociedade civil, o setor privado e a comunidade - trabalhem juntas para desenvolver, executar e acompanhar as políticas públicas, para tal, recomenda-se que o governo deixe de ser “essencialmente regulador e assume uma postura coordenadora das ações públicas, evitando uma dependência e supere o paradigma hierárquico a favor de um cenário do bem comum” (Seki, 2013, citado por Coutinho & Nóbrega 2019).

5.4 Interface do turismo e a economias local

O turismo tem o potencial de proporcionar numerosos benefícios às comunidades locais, como a geração de empregos, aumento de renda, inclusão social, crescimento econômico e preservação da cultura. Para garantir que esses benefícios sejam alcançados e os desafios sejam enfrentados, é fundamental que o turismo seja planejado de maneira sustentável e colaborativa, com políticas e ações que incentivem e fortaleçam a participação das comunidades locais. Portanto, “o turismo pode contribuir significativamente para alavancar a economia da província, bem como o nível da qualidade de vida da população e para a prosperidade das pequenas e médias empresas locais” (PEPI, 2021, p. 86).

O objetivo deste ponto, é o analisar o contributo do turismo TTMI, na promoção e integração da economia solidária nas atividades locais. Será feita a avaliação das principais variáveis, como o investimento público alinhado com as necessidades da comunidade, a transparência e

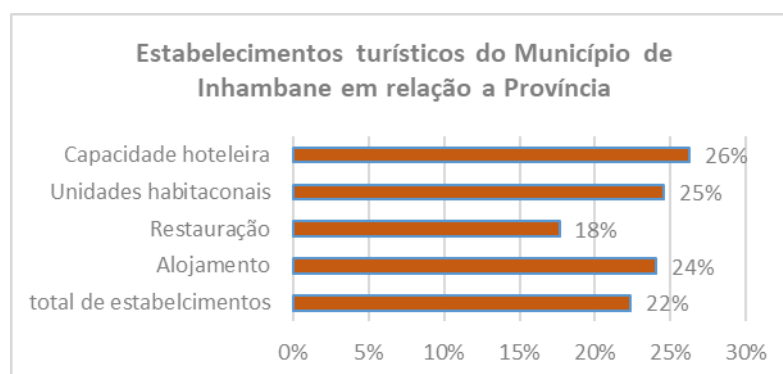
a avaliação das áreas que mais impactam o setor turístico. Antes disso, far-se-á uma visão panorâmica do turismo na perspectiva econômica do destino, abordando questões como capacidade de alojamento, fluxo de turistas e geração de empregos.

Capacidade de alojamento

Capacidade de hospedagem em turismo trata da quantidade total de hóspedes que uma determinada região pode receber em diversas opções de alojamento, exigindo um planejamento cuidadoso e uma gestão eficiente para equilibrar a demanda de turistas com os recursos disponíveis, e garantindo a qualidade da experiência dos viajantes. Na província de Inhambane, existem 690 estabelecimentos turísticos, sendo 503 de hospedagem e 187 restaurantes. A figura a seguir reflete a representatividade do TTMI em relação à província.

Figura 43

Representatividade dos estabelecimentos turísticos do TTMI em relação a Província

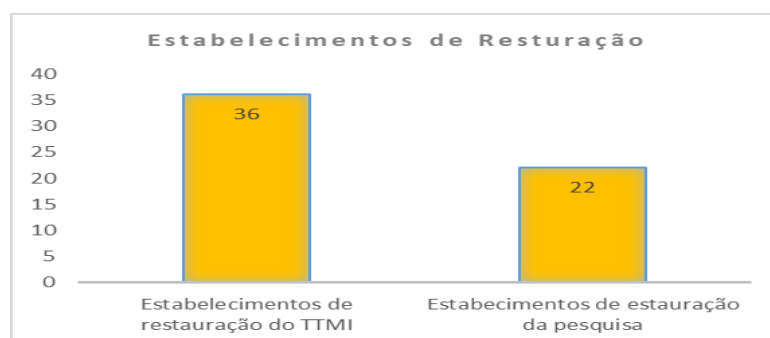


Nota. Dados da Pesquisa (2023)

A capacidade de receber turistas na província está distribuída pelos distritos de Jangamo, Inharime, Zavala, Morrumbene, Massinga, Mabote, Inhassoro, Homoine, Govuro, Panda, Funhalouro, Vilankulos, além das cidades de Inhambane e Maxixe. De acordo com os dados, Inhambane detém 22% do total de estabelecimentos na província, o que equivale a aproximadamente um quarto da capacidade hoteleira e unidades habitacionais, com percentagens de 26% e 25%, respectivamente. Os dados apresentados são, de certa maneira, encorajadores, uma vez que a indústria hoteleira desempenha um papel fundamental no crescimento do turismo em diversas áreas, impulsionando investimentos significativos em infraestrutura e atuando como um importante catalisador para atrair visitantes, criar empregos e impulsionar o consumo dos diversos setores da economia local, inclusive as iniciativas de economia solidária.

Figura 44

Total de estabelecimento de restauração versus total dos estabelecimentos inquiridos.



Nota. Dados da Pesquisa (2023)

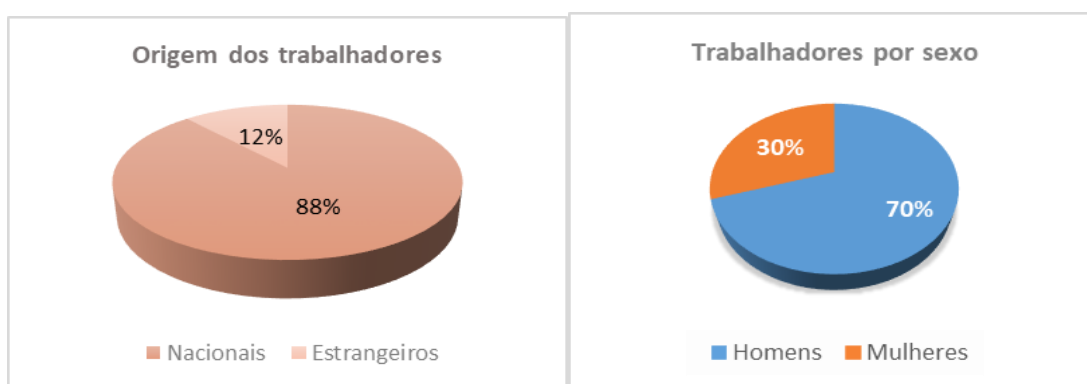
Após analisar a capacidade de hospedagem do destino turístico, revelou-se importante apresentar os dados específicos da região estudada, comparando-os com a oferta do município. Dos 36 estabelecimentos de restauração que fazem parte do TTMI, 22 foram contactados pela pesquisa. No entanto, a amostra da pesquisa incluiu também os estabelecimentos de restauração associados às unidades de hospedagem.

Trabalhadores do setor

Na província de Inhamabne, o setor do turismo emprega um total de 958 pessoas, sendo 97% moçambicanos e 3% estrangeiros, compostos maioritariamente pelo sexo masculino (INE 2021, p.26). As figuras a seguir refletem a forma como os trabalhadores se encontram distribuídos por origem e sexo nas unidades de restauração incluídas no estudo

Figura 45

Origem e gênero dos trabalhadores e nos estabelecimentos de restauração da pesquisa



Nota. Dados da Pesquisa (2023)

A avaliação dos resultados da pesquisa indica que a distribuição dos trabalhadores na área de estudo não difere muito do cenário provincial. Em relação à origem dos trabalhadores, 88% são

de nacionalidade moçambicana e 12% estrangeiros. Um dado importante é que a pesquisa revelou que esse grupo de nacionais, além de exercer as suas atividades em as áreas operacionais, também ocupam cargos de gestão. Este é um dado relevante, visto que a criação de empregos diretos e indiretos, juntamente com os benefícios econômicos e sociais, destacam a importância do turismo como um motor essencial para o desenvolvimento local.

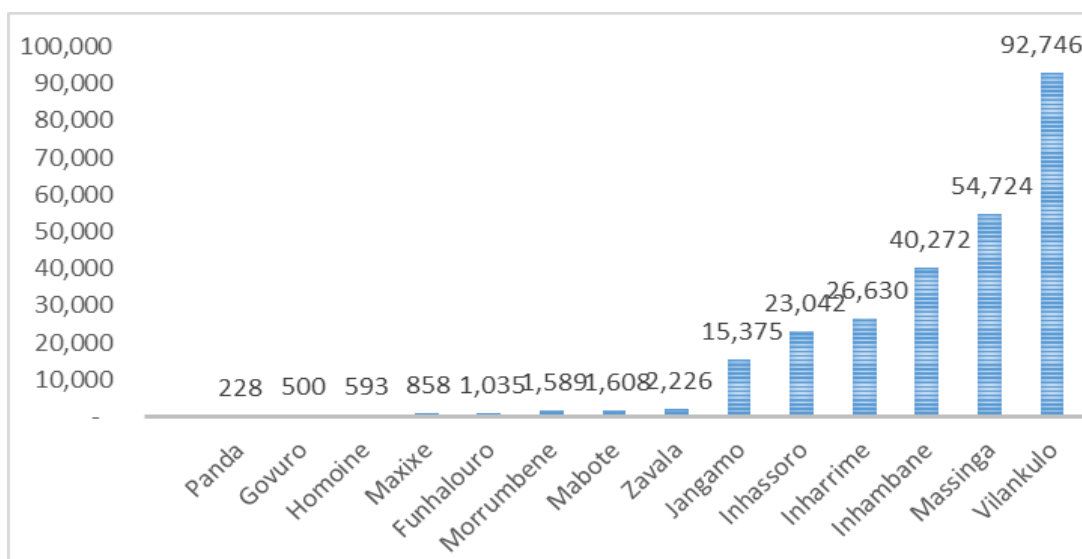
Quanto ao aspecto de gênero, a maioria dos trabalhadores é composta por homens, representando 70%. Mesmo que os dados não demonstrem um equilíbrio de gênero, devido às características socioculturais da área de estudo, como a significativa presença de mulheres em ocupações como domésticas, agricultoras, vendedoras de mariscos, e geralmente com menor nível de escolaridade em comparação aos homens, a avaliação desse percentual é positiva. No entanto, busca-se incentivar iniciativas que promovam o empoderamento das mulheres, visando sua maior participação em todos os setores das atividades econômica

Fluxos turísticos

De acordo com informações da DPCTURI, em 2023, a província registrou 261.426 hóspedes, sendo 105.224 de origem nacional e 156.202 de origem estrangeira, espalhados pelos diferentes distritos, conforme ilustrado na figura a seguir.

Figura 46

Distribuição dos hóspedes na província de Inhambane no ano 2023



Nota. DPCTI

O destino está estrategicamente posicionado para receber turistas, tendo recebido 40.272 hóspedes e ocupando o terceiro lugar, atrás apenas de Vilankulos e Massinga. outro dado

relevante, é que verifica-se uma distribuição equilibrada entre as origens dos hóspedes, sendo 57% estrangeiros e 43% nacionais, conforme mostrado na figura abaixo.

Figura 47

Origem dos hóspedes no TTMI



Nota. Autora com base nos dados da DPCTI

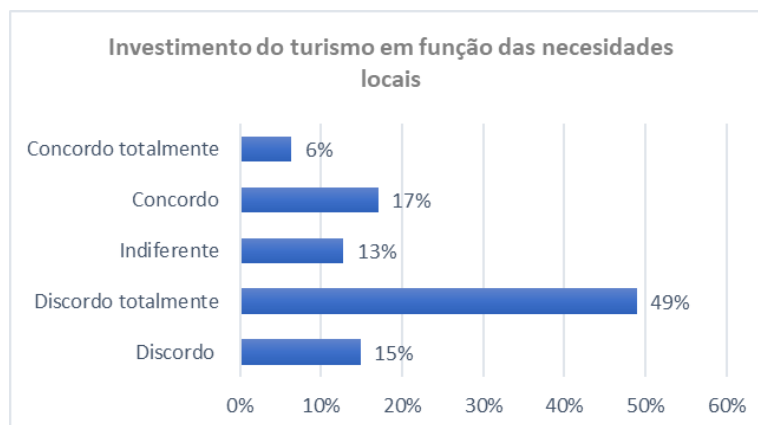
Os dados sobre o turismo doméstico refletem a importância de desenvolver políticas que incentivem esta prática, pois, conforme mencionado pelo WTTC, (2021, p. 11), as “férias domésticas e regionais, atividades ao ar livre vão reinar a curto prazo e as empresas e destinos turísticos já vão se adaptando a esta procura”. O desenvolvimento do turismo doméstico traz consigo diversos benefícios, como a redução da vulnerabilidade da economia a crises internacionais e instabilidades políticas que possam impactar o número de turistas estrangeiros, a geração de uma fonte mais estável e previsível de receita para a indústria do turismo e até mesmo estimular o investimento em infraestrutura, como estradas, transporte público e serviços de saúde, beneficiando tanto os turistas quanto os moradores locais, portanto, para alcançar estes resultados, é importante que o governo crie políticas clara que garantam a promoção e prática deste tipo de turismo

Impacto do investimento do turismo para as economias locais

Elaborar políticas públicas envolve não só integrar a comunidade local, mas, sobretudo, assegurar que essas políticas reflitam os interesses da população. A opinião dos diversos atores das economias locais sobre esse tema pode ser vista na figura abaixo.

Figura 48

Percepção das economias locais sobre aplicação dos investimentos turísticos em função das necessidades locais



Nota. Dados da Pesquisa (2023)

Os dados apresentados no gráfico acima são indicativos da percepção local em relação aos investimentos aplicados no TTMI *versus* necessidades locais. 64% dos respondentes discordam da ideia de que os investimentos no setor são feitos levando em consideração as necessidades da região. Dentro deste percentual, há uma parcela significativa de participantes que se mostrou indiferente, totalizando 13%. Esse dado pode ser reflexo da falta de conhecimento sobre questões de planejamento no turismo, o que evidencia o fraco envolvimento das comunidades na planificação do turismo, conforme já mencionado anteriormente.

A economias locais, têm uma visão negativa da situação, atribuindo à falta de consultas prévias adequadas durante o planejamento do turismo. Elas destacam que tanto o governo quanto o setor privado, representados pelos estabelecimentos turísticos locais, não têm realmente se comprometido em buscar soluções em conjunto com a comunidade. As preocupações desse grupo são evidenciadas nas declarações do presidente do conselho dos pescadores de Inhambane

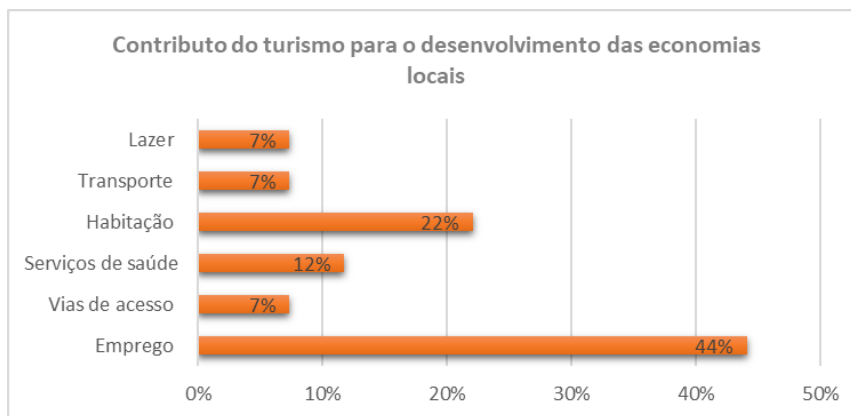
já não vejo resposta direta do turismo para a comunidade, principalmente vinda dos estabelecimentos turísticos, isso aconteceu no passado e o estabelecimento que mais apoiava era barra *lodge*, mas agora sentimos mais apoio de turistas que nos visitam, e que tem apoiado na construção de salas de aulas, reabilitação do posto de saúde de conguiana, bolsas de estudo para estrangeiro, etc

Associado a essas palavras, os pescadores do CCP da Barra mencionaram a condição precária do posto de saúde, destacando a falta de água que persistia há algum tempo e que impactava negativamente não apenas a comunidade local, mas também o desenvolvimento do turismo na

região. Uma questão adicional ligada à esta interpretação diz respeito à percepção das economias locais sobre o contributo do turismo, o qual está resumida no gráfico a seguir.

Figura 49

Contributo de turismo para o desenvolvimento das economias locais



Nota. Dados da Pesquisa (2023)

É de conhecimento geral que a atividade turística tem sido considerada como uma possibilidade alternativa para o desenvolvimento territorial ou regional. A percepção comum sobre o contributo do turismo para as economias locais do TTMI é analisada com base na reflexão dos dados presentes nos gráficos referentes aos investimentos turísticos na região, o contributo do turismo, e em consonância com o abordado por Villareal & Van der Host (2008 como citado em Díaz, Ponce e Veja, 2018). Eles defendem que as comunidades locais deveriam ser beneficiadas pelo turismo por meio da criação de oportunidades de trabalho, diversificação de renda, preservação das culturas, desenvolvimento e manutenção de infraestruturas, divulgação e preservação dos atrativos naturais e culturais, promoção da igualdade de gênero e controle do setor turístico, especialmente pela população de comunidades menos favorecidas, a fim de assegurar medidas redistributivas.

Diante dos impactos mencionados anteriormente, podemos os que mais se evidenciam no destino são a criação de oportunidades de emprego e o incentivo ao empreendedorismo, partir da criação de espaço de venda dos produtos das economias locais. Ainda assim, estes resultados não são considerados satisfatórios, é importante que o governo e o setor privado continuem trabalhando para garantir o empoderamento das economias locais; crie um modelo de planejamento integrado do destino, com indicadores bem definidos e que devem ser gradualmente incorporados para atender às necessidades básicas da comunidade local e do turismo como um todo; e desenvolva política públicas acompanhadas de instrumentos claros que permitam a sua implementação e monitoramento.

5. CONCLUSÕES

A economia solidária refere-se a formas de organização social baseadas na cooperação e autogestão, visando estabelecer uma economia mais justa, inclusiva e sustentável, por meio de práticas como a valorização do trabalho, reciprocidade e inclusão social, promoção do desenvolvimento local, equidade, justiça social, empoderamento e bem-estar coletivo. O estudo tem como objetivo primordial analisar a integração entre a economia solidária e as atividades locais, no TTMI. No processo de planejamento turístico, é fundamental que se busque harmonizar e equilibrar o desenvolvimento econômico com a inclusão social, garantindo que o turismo beneficie o bem-estar das regiões e das comunidades locais. Deste modo, a pesquisa concentrou-se em analisar o papel desempenhado por diversos atores (comunidade local, setor privado e governo) no processo de planejamento turístico, buscando constantemente identificar os aspectos pertinentes à economia solidária.

Para compreender o grau de envolvimento dos três atores do turismo no processo de planejamento, com ênfase nas economias locais, a pesquisa dividiu as economias locais em dois grupos distintos: os empreendimentos da economia solidária, onde foram integrados agricultores, oleiros e pescadores, e o outro grupo composto pelos agentes da economia local, abrangendo artesãos, pequenos comerciantes, fazedores da música e dança local, vendedores de mercados locais e comunidade local. O setor privado foi representado pelo presidente da APHTI e pelos estabelecimentos de restauração, enquanto o setor público foi representado pelo diretor da DPCTI em nome do governo. A pesquisa também incluiu líderes comunitários.

Os resultados da pesquisa, revelaram que os grupos que fazem parte das economias locais possuem características socioeconômicas diferentes são compostas em sua maioria por jovens e adultos, com níveis médio e superior de formação. Os empreendimentos de economia solidária são majoritariamente constituídos por adultos e idosos, com um baixo nível educacional.

No TTMI, foram identificadas algumas atividades locais alinhadas aos princípios da economia solidária, tendo feito parte da pesquisa, 15 associações, das quais, 14 de agricultores e 1 de olaria; 2 cooperativas de oleiros e 2 conselhos comunitários de pesca. A pesquisa avaliou a dinâmica de gestão das atividades realizadas por esses grupos à luz dos princípios da economia solidária, tendo constatado que todas as iniciativas operam conforme esses princípios, no entanto, existem muitos aspectos por melhorar, decorrentes da escassez de recursos financeiros,

tendo sido identificado como a maior preocupação, garantir a legalização de suas atividades, falta de equipamentos e recursos materiais necessários para a realização de suas atividades; falta de união e conflitos internos, muitos dos quais, resultantes da falta de clareza em relação ao modelo de gestão destas iniciativas; falta de infraestrutura de apoio para o desenvolvimento de suas atividades; pouca visibilidade e apoio do setor público, uma vez que, além dos problemas advindos principalmente da qualidade da formação dos membros dos empreendimentos, o governo não possui um plano concreto que assegure a promoção dessas iniciativas, seja por meio de legislação protetiva, espaços para interação ou venda dos produtos, já que as únicas oportunidades oferecidas não seguem um cronograma específico. Por último, a baixa qualificação e, ou escassas oportunidades de capacitação, especialmente aquelas voltadas para a gestão dos empreendimentos de economia solidária, foram fatores que prejudicaram a implementação de alguns princípios da economia solidária, principalmente no que diz respeito à gestão financeira e à autonomia.

A participação ativa dos diferentes atores no processo da planificação é essencial para assegurar a distribuição equitativa dos benefícios do turismo nos destinos e comunidades locais. Ao incorporar os princípios da economia solidária na planificação turística, é possível fomentar uma modalidade turística mais equânime, abrangente e sustentável, que honre e enalteça as tradições locais, ao mesmo tempo em que contribui para o avanço econômico e o bem-estar das comunidades. De maneira geral, as economias locais, compostas principalmente por prestadores de serviços ou vendedores de produtos para o turismo, avaliam positivamente a relação entre suas atividades e o setor turístico. No entanto, é comum mencionar a comunidade local como um dos principais consumidores de seus produtos.

O processo de planejamento turístico e elaboração de políticas, não assegura a efetiva inclusão da comunidade local. Isso se deve ao fato de que a maioria dos participantes da pesquisa mencionou nunca ter sido consultado ou envolvido em um processo semelhante. Os representantes locais que participam regularmente desse processo demonstraram não ter pleno entendimento da interpretação das leis, o que, por conseguinte, também limitará sua capacidade de replicar esse conhecimento no seio comunidade. Portanto, apesar do governo apoiar um sistema de planejamento integrado, existem fragilidades na gestão que interferem na integração efetiva das economias locais. O setor privado demonstra compreender os desafios enfrentados pelas comunidades locais, mas precisa agir de forma mais proativa na criação de estratégias para aprimorar as condições de vida da população local.

Os resultados acima descritos, confirmam a segunda hipótese do estudo, que indicava que "a falta de qualificação, o desconhecimento sobre diversas ferramentas de gestão turística e a fragilidade dos empreendimentos de economia solidária por parte das comunidades locais têm um impacto negativo no desenvolvimento das economias locais com foco no turismo". a mudança deste cenário, passa pela necessidade do envolvimento do governo na elaboração de políticas e ações que promovam as práticas de economia solidária, fortaleçam as redes de colaboração, estabeleçam parcerias e promovam o empoderamento com base na capacitação da comunidade. No entanto, a primeira hipótese, que indicava que “apesar do fraco registo de instrumentos legais específicos, que orientam as questões da economia solidária, os diferentes atores do turismo no Município de Inhambane (setor privado, setor público e comunidade local), tem se preocupado com a criação de condições que garantam a planificação e gestão conjunta do turismo no TTMI” não foi verificada na sua totalidade.

Os resultados da pesquisa enriquecem, tanto a compreensão teórica quanto a prática acerca da aplicação dos princípios da economia solidária, como cooperação, autogestão e bem-estar coletivo, no contexto das economias locais. A pesquisa realizou um mapeamento de algumas práticas já implementadas no TTMI e apontou lacunas e oportunidades para uma integração mais efetiva. Ao mapear os desafios e obstáculos que as economias locais enfrentam na implementação de práticas solidárias, a pesquisa pode direcionar a elaboração de programas governamentais que disponibilizem apoio técnico, financeiro, contribuindo para a criação de um ambiente mais propício ao desenvolvimento dessas iniciativas. Portanto, a economia solidária pode ser um caminho eficiente para aumentar a resiliência econômica, diminuir as desigualdades e favorecer a inclusão social, pois, tem o potencial de estimular o desenvolvimento e a consolidação de redes de colaboração entre diversos participantes, incluindo comunidades locais, organizações não governamentais, o setor privado e o governo.

A pesquisa oferece diversas oportunidades para investigação futura em diversas áreas, com ênfase em temas como sustentabilidade e inclusão social, desenvolvimento de políticas públicas para o apoio economia solidária, economia solidária e turismo comunitário; papel das mulheres na economia solidária, sustentabilidade econômica de iniciativas solidárias, preservação cultural e políticas públicas, entre outros. Estas linhas de pesquisa podem ampliar a reflexão sobre economia solidária, favorecendo uma compreensão mais rica e completa sobre a forma como essas práticas podem ser incorporadas de maneira eficiente e sustentável nas economias locais, assim como servir de suporte para pesquisadores, e na formulação de políticas públicas de fortalecimento destas iniciativas.

6. REFERÊNCIAS

- Arroyo, J. C. T. (2008). *Cooperação Econômica Versus Competitividade Social*. Revista Katálysis
- Alexova, D. (2015) Solidarity Tourism, Education And Volunteering – Socially Responsible Practices In Bulgaria. *Conference paper. International Business School, Bulgaria*.
<https://www.researchgate.net/profile/Dessislava-Alexova/publication/333547653>
- Aref, F. & Redzuan, M. (2008) Barriers to community participation toward tourism development in Shiraz, Iran. *Pakistan Journal of Social Sciences*. P. 936-940
- Adam, Y. (1986). *Ajudar a quem se Ajude a si Próprio, Iniciativas locais de Desenvolvimento em Moçambique: Avaliação de projetos financiadas pela Helvetes em Boane e TeTe*. Maputo, CEA-UEM
- Aleixo, Anabela Silva Marques Duarte Fonseca et al. Da economia social para a economia solidária. 2015. Tese de Doutorado: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/11388> .
- Amato N. J (2008). *Redes de cooperação produtiva e clusters regionais: Oportunidades para as Pequenas e Médias Empresas*. São Paulo: Atlas.
- Azevedo, F. F., Alió, M. À. & Silva, R. P. da (2016). *Espacialidade da Economia Solidária no Brasil*. Vol. XXI, núm. 1.148. Revista Bibliográfica de Geografía Y Ciencias Sociales
- Azevedo, H. Nhantumbo, S. & Banze E. (2017). *Políticas públicas e desenvolvimento o turismo em Moçambique: Análise da implementação do plano estratégico no município de Inhambane* (2009/2019). Geouerg. E-ISSN 1981-9021. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/download/28206/21166>.
- Azevedo, H. A. M. A., Gota, P. J., & Artur, L. J. (2016). Aproximações entre a Agricultura Familiar e o Turismo no Município de Inhambane em Moçambique. *Revista grupo de pesquisas Mídias e Territorialidade*. Vol 1, nº1. Julh-Dez
- Azevedo, H. A. M. de A. & Campos, M. (2016) Diagnóstico Agrícola do Município de Inhambane em Moçambique: Possibilidades para o desenvolvimento da agroecologia. Universidade Estadual de Goiás. *Revista Sapiencia*. ISSN 2238-3565
- Aref, F. Redzuan M. & Gill, S. S. (2009) *Community Perceptions toward Economic and Environmental Impacts of Tourism on Local Communities*. Asian Social Science. Vol 5. No.7

- Asdi (2007). *Um Perfil das Relações de Género Para a Igualdade de Género em Moçambique*.
Moçambique
- Barros, T. de C. de (2020). *O Desenvolvimento do Setor Privado em Países em Desenvolvimento: Lições e Percepções Cognitivas Sobre o Caso do Maranhão*. Dissertação de mestrado. Universidade de Lisboa.
- Barros, V.A., & Oliveira, F.G. (2019). *Cooperação e Solidariedade em Empreendimentos de Economia Solidária*. Laboreal, journals.openedition.org.
- Boz, Ç. (sd). Solidarity Economy: A Case Study from Boğatepe Village. Retirado de <https://dergipark.org.tr/en/download/article-file/2149776>
- Bernadetha, R. M. et al (2019). The Role Of The Government, Private Sector And Social Capital Towards Development Of Community-Based Tourism Sustainability In Kupang Nusa Tenggara Timur. Faculty of Economics and Business, University of Udayana, Bali. *RJOAS*. Indonésia.
- Bursztyn, M. A. & Bursztyn, M. (2012). *Fundamentos de Política e Gestão Ambiental: Caminhos Para a Sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Garamond
- Buhalis, D. & Costa C. (2006). 'Tourism Management Dynamics, Trend, Management and Tools'. Elsevier. https://books.google.co.mz/books?id=1KDZdmYp67MC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false
- Coutinho, A. C. A. & Nóbrega, W. R. de M. (2019). Governança em destinos turísticos: desafios na sociedade contemporânea. São Paulo: *Revista Brasileira de pesquisa em turismo*. p. 55-70
- Coutinho, A. C. A. e Azevedo, F. F. (2019). Desenvolvimento do Turismo e a Interface com a Instância De Governança Estadual: Um estudo no Rio Grande do Norte/Brasil. *PASOS. Revista de Turismo y Património Cultural*. ISSN 1695-7121. Vol. 17 N.º 4. Págs. 655-669.
- Coraggio, J. L. (2011). *Economia Social y Solidária: El trabajo antes que el capital*. 1ªed. Ediciones Abya-yala
- Costa E. D. de P. & Opuszka, P. R. (2013). *Economia Solidária e Empreendimentos Populares: As Potencialidades da Organização do Trabalho Associado* Rio Grande: Editora da Furg
- Cunha, L. (2006). *Economia e Política do Turismo*. Lisboa, Portugal: Editorial Verbo.
- Cunha, L. e Abrantes, A. (2013). *Introdução ao Turismo*. Lisboa: Edições Técnicas LTD.

- CESO CI Portugal (2011). *Manual do Empreendedor*: estudo realizado Moçambique. Projecto Conjunto SI Qualificação nº 16834. IP
- Conselho Municipal da Cidade de Inhambane (2009). *Plano Estratégico do Município de Inhambane 2009-2019*. Inhambane.
- Díaz, J. C., Ponce, D. M. & Veja, S. C. (2018). Circuitos económicos solidários turísticos un desafio de sostenibilidad. *Revista de Ciencias de la Administración y Economía. Retos*, nº 15, vol. VIII
- Dias, R. & Matos, F. (2012). *Política pública: princípios, propósitos e processos*. São Paulo: Atlas.
- Dejours, C. (2012). *Trabalho vivo. Trabalho e emancipação*. Brasília: Paralelo 15.a
- Domingos, C. T. (2012) *Políticas Públicas de Promoção Turística e Desenvolvimento local sustentável: um estudo de caso Vilankulos/Moçambique* Dissertação de mestrado em Administração de Organizações. Universidade de São Paulo. Faculdade de Economia, Ribeirão Preto.
- Economia Azul: O programa oceanos, zona costeira e antártica na política de governança da administração pública federal. *Caderno da Escola de Guerra Naval*, Rio de Janeiro, v.3, p. 396 - 448. 2019. <file:///C:/Users/User/Downloads/2248-Texto%20do%20artigo-8250-1-10-20210705.pdf>
- Faria, D. M. C. P. (2012). *Desenvolvimento e Turismo: uma Abordagem Conceitual*. UFMG/CEDEPLAR: Belo Horizonte
- Falcão, Marcius Tullius Soares (2010) *Sociologia do turismo*. Fortaleza: UAB/IFCE, 2010. 77p. ISBN 978-85-63953-03-2. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE III. Universidade Aberta do Brasil.
- Fernandes, M. de F. D., Souza, R. C. de, & Dantas J. R. de Q. (2010). O Papel Do Estado E Das Políticas Públicas Na Definição Do Espaço Turístico: um estudo de caso do município de Portalegre-RN. Universidade Federal do Maranhão. *Portal de periódicos*. V.14, n.1, p. 167-176.São Luís
- Freire Paulo, *Pedagogia do oprimido* (1987)17ª edição. Rio de Janeiro. Paz e terra
- Figura, V. e Dias, R. (2011). *A Responsabilidade Social no Turismo*. Lisboa. Escolar
- Fabianne, R. T; Santos, F. E. G.; Colturato.(2002) *Associações e cooperativas*. Brasília: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo.

- Gomes, C. S. C. D. e Azevedo, F. F. de (2018). Um olhar no Geoparque Seridó à luz do desenvolvimento e do capital social. *Caderno Virtual de Turismo*, vol. 18, núm. 1, ISSN: 1677-6976 Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
- Governo de Moçambique (2014). *Estratégia Nacional de Desenvolvimento (2015-2035)*, Maputo.
- Gaiger, L I. & kuyven P. (2019). Dimensões e tendências da economia solidária no Brasil. *Revista sociedade e Estado*. Vol 34
- Giampiccoli, A. e Mtapuri, O. (2020). *Towards a coalescence of the community-based tourism and 'Albergo Difusso' tourism models for Sustainable Local Economic Development*. African Journal of Hospitality, Tourism and Leisure. Volume 9
- Gonçalves, A. R. (2003) *Temas de Turismo: a Componente do Turismo Urbano como Oferta Complementar do Produto "sol e praia" O caso de faro e Silves*. Lisboa.
- Goujon, E. D. & Daniel (2012). *The solidarity economy: an alternative development strategy?* UNESCO, Published by Blackwell Publishing Ltd. USA
- Ignara, L. R. (2003). *Fundamentos do Turismo*. 2ª ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Ibraimo, M. (2007) *Contribuição da mulher no crescimento económico em Moçambique: Um exercício da Contabilidade do Crescimento*. Conferência Inaugural do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE)
- Instituto Nacional de Investigação Pesqueira-INIP (2018). *Pesca Artesanal na Baía de Inhambane*. Apresentação de dados da província de Inhambane
- Instituto Nacional de Estatística - INE (2021) *Estatísticas do Turismo da Província de Inhambane*. Delegação Provincial de Inhambane
- Krippendorf, J. (2001). *Sociologia do Turismo – Para uma Nova Compreensão do Lazer e das Viagens*. São Paulo: Aleph.
- Krippendorf, Jost (2006) *Sociologia do Turismo: Para uma nova Compreensão do Lazer e das Viagens*. Tradução: Contexto Traduções. São Paulo: Aleph
- M. L., González, M. V. (2021). Tourism networks - interdependent relationships among public policy actors. *Journal of multidisciplinary academic tourism*. ISSN: 2645-9078. Special Issue 1: 39-52
- Köche, José Carlos (2011) *Fundamentos de Metodologia Científica: Teoria da ciência e iniciação à pesquisa*. Petrópolis, RJ : Vozes.

- Leal, KS, & Rodrigues, M de S. (2018). Economia solidária: conceitos e princípios norteadores. Humanidades & Inovação. *Revista Unitins.br*.
- Leite, J. C. (2003). *Fórum Social Mundial: A História de uma Invenção Política*. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo
- Lechat, N. M. P. (2002). Economia social, economia solidária, terceiro setor: do que se trata? *Civitas – Revista de Ciências Sociais*. Vol 2. P123-140. Porto Alegre. Brasil
- Lanzarini, R. e Barreto, M. (2014). Políticas Públicas no Brasil para um Turismo Responsável. *Revista Turismo - Visão e Ação - Eletrônica*, Vol. 16 - n. 1. ISSN: 1983-7151
- Medeiros, V.C. F. de A., Macedo, R. F. de. Paiva, J. A. de. Azevedo, F. F. de & Alves, M. L. B. (2017). Turismo e economia solidária: uma análise nas cooperativas e associações de artesanato do Roteiro Seridó Norte-Rio-Grandense, Brasil. *Revista Iberoamericana de Turismo*. RITUR, Penedo, Volume 7, Número 2. p. 40-59 ISSN2236-6040. Rio-Grande do Norte. Brasil.
- Muyoyeta, L. (sd). *Woman Gender and Development (WGD) Women for Change*, PO Box 33102, Lusaka, Zambia
- Marconi, M. de A. & Lakatos, E. M. (2000). *Metodologia Científica*. 3ª ed. São Paulo. Atlas.
- Meylin, S. L., et all (2019). *The Effect Of Community Participation And Role Of Regional Government And Private Sector Towards The Success Of Tourism Village: A Case Study In Ambengan Village As A Tourism Village In Sukasada District Of Buleleng Regency, Indonesia*. Faculty of Economics and Business, University of Udayana, Bali, Indonesia. RJOAS.
- Muteia, H. (2014). *Papel da Mulher no desenvolvimento rural*. Jornal o País, 6 de Agosto de 2014. Maputo
- MITUR, Ministério de Turismo (2004). *Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico em Moçambique (2004-2013)*, Maputo.
- MITUR, Ministério de Turismo (2015). *Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico em Moçambique (Vol II)*, Maputo.
- MITUR, Ministério de Turismo (2016). *Estratégia de Marketing Turístico (2016-2020)*, Maputo
- Ministério das Pescas. *Plano Diretor das Pescas (PDP) 2009-2019*. (2010) Maputo, Moçambique
- Ministério das pescas (2013) *Realizações do Sector das Pescas 2005-2013*. Maputo

- Muñoz, E. (2012). *Associativismo e Cooperativismo: uma Estratégia de Organização Empreendedora e Solidária*. Cartilha de Formação. Florianópolis
- Moutinho, L. (2000). *Strategic Management in Tourism*. United Kingdom and New York: CABI Publishing.
- Neves, O. M. L. S. I. (2008). O Movimento Associativo Africano em Moçambique Tradição e Luta (1926-1962) Dissertação de doutoramento em História do Século XX. Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Lisboa <https://run.unl.pt/handle/10362/10730>
- Nhantumbo, E. S. (2007). Tendências de Desenvolvimento do Turismo e Alterações na Ocupação e Utilização do Espaço no Município de Inhambane. Inhambane: UEM
- Narciso, V. H. & Pedro. D. S. (2008) O Papel das Mulheres no Desenvolvimento Rural: Uma Leitura para Timor-Leste. *Universidade de Évora*. CEFAGE-UE Working Paper 2008/04
- Nguluve, Amâncio Armando (2014). *Os Desafios da Promoção e Consolidação do Cooperativismo em Moçambique*. Associação Moçambicana para a Promoção do Cooperativismo Moderno –AMPCM
- Nascimento, C. A. T. (2004) *O cooperativismo popular como forma de inserção econômica*. Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, 7. Coimbra.
- Oliveira, J. L. S., Silva, J. V. da, Tomazzoni, E. L. & Netto, A. P. (2022) Análises da governança turística com base nas visões de ex ministros do turismo do Brasil. Universidade de São Paulo, São Paulo: *Revista Brasileira de pesquisa em turismo*.
- Pereira, M. P.A. (2011). Sharing Benefits from Tourism in Mozambique: Case studies from Inhambane and Maputo Provinces. *Thesis. University of Cape Town*. Department of Environmental and Geographical Sciences
- PEDTPI (2014). *Plano Estratégico de Desenvolvimento de Turismo na Província de Inhambane (2014-2020)*. Governo da Província de Inhambane: Direção Provincial do Turismo de Inhambane.
- PEPI (2021). *Plano Estratégico da Província de Inhambane (20212030)*. Governo da Província de Inhambane
- Panch, E.P.T., Panchi, S.M.T., & Córdova, J.L.M. (2017). Economía solidária: estratégia alternativa para el desarrollo local. *Visión Gerencial*. redalyc.org

- Pinheiro, A.F.S. Ribeiro, D. de J., Souto, I.F.Q. (2016) Inserção do Idoso No Mercado de Trabalho. *Humanidades*, Vol 5, nº 1. Fevereiro. https://www.revistahumanidades.com.br/arquivos_up/artigos/a90.pdf acesso a 05 de Abril de 2014
- Portuguez, A. P., Seabra, G. de F., Queiroz, O. T. M. M. (2012). Turismo, Espaço e Estratégias de Desenvolvimento Local. *Editora Universitária da UFPB*.
- Richardson, R. J. (1999). *Pesquisa Social: Métodos e Técnicas*. 5ª ed. São Paulo: Atlas
- Ruschmann, D. (2000). *Turismo e planejamento sustentável: A Proteção do Meio Ambiente*. São Paulo: Papyrus,
- Rocha, J. A. O., Zavale, G. J. B. (2015). O Desenvolvimento do Poder Local em África: O caso dos municípios em Moçambique. *Cadernos de Estudos Africanos. Caderno de Estudos Africanos*.
- Rocha, Termisia Luiza, Silva, Gilson Pequeno, Oliveira, Guilherme Saramago de (2022) *Metodologia De Pesquisa Científica: Análise Do Discurso - Conceitos E Possibilidades* Cadernos da Fucamp, v.21, n.53, p.215-225 /
- Rocha, Romero (2012) Envelhecimento e Produtividade. Mercado de trabalho, n51 <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3892>
- Rocha. J. T. M. (2021) "Josina tu não Morreste": A Construção Política de Josina Machel pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Departamento de História. Porto Alegre <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/234409/001135747.pdf?sequence=1>
- Rodrigues, M. M. *Políticas Públicas*. São Paulo: publica Folha.2010
- Rungo, Z. A. (2021). Pesca Artesanal da Baía de Inhambane: Uma Descrição das Alternativas Socioeconómicas dos Pescadores Artesanais Face aos Períodos de Veda Temporária Comunitária. *Mares, Revista de Geografia e Etnociências*. Vol 3, nº1
- Spenceley, A. & Batey, E. (2011) *Economic case for tourism in Mozambique*. USAID
- Silva, J. S. de S. (2009). A visão holística do Turismo Interno e a sua Modelação, Tese de Doutoramento em Turismo, *Departamento de Economia e Gestão*
- Swarbrooke, J. (2000). *Turismo Sustentável: Setor Público e Cenários Geográficos*. 3ª ed. Vol3. São Paulo. Aleph

- Swarbrooke, J. (200) *Turismo sustentável, meio ambiente e economia*. Tradução de Esther Eva Horovitz. 3. ed. São Paulo: Aleph,
- Singer, P. (1999). *Globalização e Desemprego: Diagnostico e Alternativas*. 3ª ed. São Paulo: Contexto
- Singer, P. (2002). *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo.
- Singer, Paul (1996) *Introdução à Economia Solidária*. Fundação Perseu Abrmo
- Socreppa, Anemari e SILVA Everaldo da (2017). O Princípio do Interesse pela Comunidade nas Cooperativas. *Cadernos Zygmunt Bauman* 2236-4099. Vol 7 num 13 extraído em <https://core.ac.uk/download/pdf/233157212.pdf>
- Santos, M. & Silveira, M. L. (2006). *O Brasil. Território e Sociedade no Início do Século XXI*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Record
- Santos, M. (2001). *Por uma Globalização: Do pensamento Único à Consciência Universal*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Record
- Santos, J. (2017) Impactos da Cadeia Produtiva do Turismo no Desenvolvimento Endógeno Do Município De Muritiba-Ba. *Universidade Federal do Recôncavo da Bahia*. Cruz das Almas.
- Santos, S. R. dos & Gomes, C. M. (2007) Políticas Públicas De Turismo: A Importância Para O Desenvolvimento Do Maranhão. *III Jornada Internacional De Políticas Públicas São Luís*
- Santos, J. G. & Cândido, G. A. (2012) O Papel dos Stakeholders para o alcance do Turismo Sustentável: Uma Discussão Teórica. *IX Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo*. Universidade Anhembi Morumbi - São Paulo
- Soares, A. dos S. e AZEVEDO, F. F. de (2020). De Turismo e Território no Município de Maragogi-Al, Brasil: Processo de Participação Social e o Desenvolvimento Local. *Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil Rosa dos Ventos*, 2020, vol. 12, núm. 1, Enero- Marzo, ISSN: 2178-9061
- Soares, L. A. S. (2007). Turismo e Globalização: Algumas Perspectivas. *Revista Gerências*: São Paulo.
- Sousa, L P de (2019). Cooperativismo: Conceitos e Desafios à Implantação da Economia Solidária. *Vitrine da Conjuntura*, Curitiba, bibliotecaagptea.org.br,

- Shariffuddin, N. S. M., Azinuddin, M. (2016). Minority community participation in tourism development: A case of Malacca. *Journal of Tourism, Hospitality & Culinary Arts (JTHCA)* Vol. 8(1) P.51-56. University of Exeter, United Kingdom.
- Spenceley, A. & Batey, E. (2011). Economic case for tourism in Mozambique. *Report to USAID*,
- Teixeira, E. C. (2002). O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na transformação da realidade. *AATR-BA*.
http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf Acesso 10/08/2022
- Trindad, B. S. César, P. A. B & Vianna, S. L. G. (2019) Governança do Turismo: Planejamento e Gestão Local e Regional em Gramado-RS, Brasil Rosa dos Ventos, vol. 11, núm. 3, pp. 653-663, 2019.Universidade de Caxias do Sul
- Tshehla, (2018) Constraints for Successful Implementation of Public Private Partnership (PPP) for Tourism Infrastructure Projects. *African Journal of Hospitality, Tourism and Leisure*. Volume 7 (4) - (2018) ISSN: 2223-814X
- The word bank data (2022). Internacional Tourism Expediture disponível em <https://data.worldbank.org/indicador/ST.INT.XPND.CD?locations=MZ>.
- The Word Bank (s.d). *Meios de Subsistência Comunidades Pesqueiras: Governança e Crescimento Partilhado das Pescas em Moçambique*. IBRD-IDA
- UNCOP (2020). *Economia Solidária no Brasil: contexto histórico, avanços e obstáculos*
- UNWTO World Tourism Barometer (2022). *Barómetro OMT del Turismo Mundial* (Versión española). Print ISSN: 1728-9254
- UNWTO. Tourism Highlights. 2016 Edition
- Vitório, Luciana de Souza e Alves, Thiago José Costa (2010). Concepção dos Atores Sociais Sobre Turismo, Desenvolvimento Local No Município De Caracaraí, Roraima. *Primeiro encontro semintur Jr. Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul*. Saberes e fazeres no turismo: Interfaces. Universidade de Caixas do Sul. Brasil
- WTTC Word Travel and tourism council (2022) *Annual Research: Key Highlights*.
[file:///C:/Users/User/Downloads/Mozambique2022_%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/Mozambique2022_%20(1).pdf).
- WTTC Word Travel and Tourism Concil - (2021) *Global economic impact and Trends*

Zorrilla, A. D. (2015) Community Development through Tourism: Identifying Communities for Implementing a Community Visitor Management System. *Faculty Of Environmental Design Calgar*

Apêndices

Apêndice A: Roteiro de Entrevista Direcionada aos Empreendimentos econômicos sociais - pescadores, Agricultores e produtores na base de olaria

A presente pesquisa visa analisar a existência de integração entre a economia solidária e as atividades locais no Território turístico do Município de Inhambane, numa perspectiva do movimento da economia solidária. É desenvolvida por Sónia Deolinda Lourenço Cossa e constitui uma das fases para o desenvolvimento da tese de doutoramento pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob orientação do Prof. Dr. Francisco Fransualdo de Azevedo. Toda informação aqui colhida tem caráter confidencial, serão apenas para fins acadêmicos.

1. Perfil do entrevistado

Nome: _____

Sexo: _____

Atividade principal: _____

Idade: _____

2. Nível de formação:

Analfabeto ()

Fundamental 1 ()

Fundamental 1 concluído ()

Fundamental 2 ()

Fundamental 2 concluído ()

Ensino médio ()

Superior completo superior incompleto ()

3. Dados do empreendimento econômico social

Nome: _____

Membros: _____

Ano de criação: _____

Principais produtos: _____

Tem uma sede/escritório? _____

Está legalizada?

Sim () Não ()

Se não, qual é o principal motivo?

Renda mensal dos associados

Abaixo de 5000,00Mt ()

5001,00 a 10.000,00 Mt ()

10.001,00 a 15.000, 00Mt ()

15.001,00 a 20.000,00Mt ()

20,001 a 30.000,00Mt ()

30,001 a 50.000, 00Mt ()

50.000 ou mais ()

Funcionamento dos Empreendimentos econômicos sociais

1. Qual é o mecanismo de acesso dos membros para o empreendimento solidário
2. Já recebeu algum tipo de formação para gestão do empreendimento social?
3. Tem algum parceiro ou recebeu algum tipo de financiamento para apoiar a gestão do empreendimento social?
4. Existe algum instrumento legal que orienta estes empreendimentos sociais solidários?
5. Quem escolhe o líder da associação?
6. Qual é a regularidade da ocorrência das vossas reuniões?
7. Como tem feito a distribuição das atividades e dos respetivos ganhos/sobras?
8. Tem um campo de trabalho do empreendimento solidário? Se sim, quantas vezes trabalham por semana?
9. Existe interação entre o vosso empreendimento social e os demais?
10. De que forma as atividades que desenvolvem contribuem para o desenvolvimento da comunidade.
11. O empreendimento enfrenta algum tipo de dificuldade no desenvolvimento das suas atividades? Se sim quais são?
12. Existe uma organização sindical que represente os vossos interesses?
13. Tem desenvolvido alguma iniciativa de poupança financeira?
14. Se sim como ocorre?

15. Empreendimentos econômicos solidários e o turismo

16. Existe alguma procura pelo sector do turismo dos produtos produzidos no empreendimento económico solidário onde se encontra vinculado?
17. Considera que a procura satisfatória?
18. Da avaliação que faz, os vossos produtos são mais vendidos ao sector de turismo ou a comunidade local?
19. Qual é o principal destino na comunidade?
20. Qual é a percentagem/proporção de venda dos produtos para a comunidade local e para o turismo?
21. Já ouviu falar de políticas públicas de desenvolvimento de turismo?
22. Se sim, mencione algumas que conhece ou que tenha participado no processo de elaboração
23. Acha que sua participação é relevante no processo de planificação do destino turístico
24. Existe consulta prévia, no âmbito da criação das políticas públicas aprovadas para o desenvolvimento do turismo do destino
25. O poder público garante a prestação de contas do turismo a comunidade
26. Os investimentos feitos respondem as necessidades da comunidade
27. Quais são os ganhos diretos ou mudanças económicas advindas do turismo
 - a) Emprego ()

- b) Vias de acesso ()
- c) Serviços de saúde ()
- d) Habitação ()
- e) Transporte ()
- f) Lazer ()
- g) Outro _____

28. Faça um comentário ao seu gosto sobre o assunto? _____

i. _____

Muito Obrigada!

Apêndice B: Roteiro de questionário para os agentes da economia local – artesãos, fazedores da música e dança local e comunidade local

A presente pesquisa visa analisar a existência de integração entre a economia solidária e as atividades locais no Território turístico do Município de Inhambane, numa perspectiva do movimento da economia solidária. É desenvolvida por Sónia Deolinda Lourenço Cossa e constitui uma das fases para o desenvolvimento da tese de doutoramento pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob orientação do Prof. Dr. Francisco Fransualdo de Azevedo. Toda informação aqui colhida tem caráter confidencial, serão apenas para fins acadêmicos.

1. Perfil do entrevistado

Nome: _____

Sexo: _____

Atividade principal: _____

2. Nível de formação

Analfabeto ()

Fundamental 1 ()

Fundamental 2 ()

Ensino médio ()

Superior completo superior ()

3. Faixa etária:

Abaixo dos 18 anos ()

19 a 29 anos ()

30 a 39anos ()

40 a 49 anos

50 ou mais ()

4. Envolvimento no planejamento turístico

1. Já ouviu falar de políticas públicas de desenvolvimento de turismo?

a. Sim () Não ()

2. Se sim, mencione algumas que conhece _____

3. Das afirmações a seguir marque um número de 1 a 5 da escala abaixo

1	Discordo totalmente	2	Discordo	3	Indiferente	4	Concordo	5	Concordo totalmente
---	---------------------	---	----------	---	-------------	---	----------	---	---------------------

	Descrição	1	2	3	4	5
A	A sua participação é relevante no processo de planificação do destino turístico					
B	Existe consulta prévia, no âmbito da criação das políticas públicas aprovadas para o desenvolvimento do turismo do destino					

**Apêndice C: Roteiro de Entrevista Direcionada aos Agentes da Economia Local -
vendedores do mercado e pequenos comerciantes**

A presente pesquisa visa analisar a existência de integração entre a economia solidária e as atividades locais no Território turístico do Município de Inhambane, numa perspectiva do movimento da economia solidária. É desenvolvida por Sónia Deolinda Lourenço Cossa e constitui uma das fases para o desenvolvimento da tese de doutoramento pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob orientação do Prof. Dr. Francisco Fransualdo de Azevedo. Toda informação aqui colhida tem caráter confidencial, serão apenas para fins acadêmicos.

1. Perfil do entrevistado

Nome: _____

Sexo: _____

Atividade principal: _____

2. Nível de formação

Analfabeto ()

Fundamental 1 ()

Fundamental 2 ()

Ensino médio ()

Superior completo superior ()

3. Faixa etária:

Abaixo dos 18 anos ()

19 a 29 anos ()

30 a 39anos ()

40 a 49 anos

50 ou mais ()

4. *Economias locais e o turismo*

a. Existe alguma procura pelo sector do turismo dos produtos por vocês comercializados?

b. Considera que a procura satisfatória?

c. Da avaliação que faz, os vossos produtos são mais vendidos ao sector de turismo ou a comunidade local?

d. Qual é a percentagem/proporção de venda dos produtos para a comunidade local e para o turismo?

e. Tem desenvolvido alguma iniciativa de poupança financeira?

f. Se sim como ocorre?

5. Envolvimento no planeamento turístico

a) Já ouviu falar de políticas públicas de desenvolvimento de turismo?

Sim () Não ()

b) Se sim, mencione algumas que conhece _____

c) Das afirmações a seguir marque um número de 1 a 5 da escala abaixo

1	Discordo totalmente	2	Discordo	3	Indiferente	4	Concordo	5	Concordo totalmente
---	---------------------	---	----------	---	-------------	---	----------	---	---------------------

	Descrição	1	2	3	4	5
A	A sua participação é relevante no processo de planificação do destino turístico					
B	Existe consulta prévia, no âmbito da criação das políticas públicas aprovadas para o desenvolvimento do turismo do destino					
C	O poder público garante a prestação de contas do turismo a comunidade					
D	Se sim. Como tem feito?					
E	Os investimentos feitos respondem as necessidades da comunidade					
F	Se sim mencione os existentes					

1. Quem são os principais consumidores do vosso produto/serviço?
 - a. Turismo ()
 - b. Comunidade local ()
2. Quais são os ganhos diretos ou mudanças econômicas advindas do turismo?
 - a. Emprego ()
 - b. Vias de acesso ()
 - c. Serviços de saúde()
 - d. Habitação ()
 - e. Transporte ()
 - f. Lazer ()
 - g. Outro_____
3. Faça um comentário ao seu gosto _____

Muito obrigada!

Apêndice D: Roteiro de Entrevista para Líderes Comunitários

A presente pesquisa visa analisar a existência de integração entre a economia solidária e as atividades locais no Território turístico do Município de Inhambane, numa perspectiva do movimento da economia solidária. É desenvolvida por Sónia Deolinda Lourenço Cossa e constitui uma das fases para o desenvolvimento da tese de doutoramento pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob orientação do Prof. Dr. Francisco Fransualdo de Azevedo. Toda informação aqui colhida tem carácter confidencial, serão apenas para fins académicos.

1. Perfil do entrevistado

Nome: _____

Idade: _____

Sexo: _____

Nível de formação: _____

Atividade principal: _____

Residência: _____

2. ***Envolvimento da comunidade no turismo e gestão participativa***

a. Já ouviu falar do turismo

b. Acha que o desenvolvimento da atividade turística trouxe alguma alteração nas atividades previamente desenvolvidas pela comunidade. De que forma?

c. Existem organizações sindicais, associativismo ou redes produtivas locais na comunidade que dirige? Quais são?

d. Já ouviu falar de políticas públicas de desenvolvimento de turismo?

e. Se sim, mencione algumas que conhece ou que tenha participado no processo de elaboração

f. Acha que sua participação é relevante no processo de planificação do destino turístico

g. Dos projetos turísticos já implantados no destino, a comunidade local teve oportunidade de participar de algum processo de planificação? De que forma?

h. Existe consulta prévia, no âmbito da criação das políticas públicas aprovadas para o desenvolvimento do turismo do destino

i. Existe algum fórum ou conselho para reflexão conjunta entre a comunidade, e o sector público e privado sobre o turismo? Qual é a regularidade?

j. O poder público garante a prestação de contas do turismo a comunidade

k. Os investimentos feitos respondem as necessidades da comunidade

l. Quais são os ganhos diretos ou mudanças econômicas advindas do turismo

Emprego () Vias de acesso () Serviços de saúde ()

Habitação () Transporte () Lazer ()

d) Faça um comentário ao seu gosto sobre o assunto?

Muito obrigada!

Apêndice E: Roteiro de entrevista para a DPCTI

A presente pesquisa visa analisar a existência de integração entre a economia solidária e as atividades locais no Território turístico do Município de Inhambane, numa perspectiva do movimento da economia solidária. É desenvolvida por Sónia Deolinda Lourenço Cossa e constitui uma das fases para o desenvolvimento da tese de doutoramento pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob orientação do Prof. Dr. Francisco Fransualdo de Azevedo. Toda informação aqui colhida tem caráter confidencial, serão apenas para fins acadêmicos.

Nome do entrevistado: _____

Cargo que ocupa: _____

Data da entrevista: _____

1. Sendo a DPCTI o principal representante do Governo como é que garante a “coordenação, colaboração e cooperação” entre os diferentes atores do turismo (Governo, Setor privado e Comunidades locais)?
2. De que forma a DPCTI estimula a integração dos *empreendimentos sociais e solidários* (Cooperativas, Associações Solidária, Redes de Comercialização, Organizações Populares, a Sociedade Civil Organizada) e *agentes da economia local* (Pescadores, o Pequeno Produtor de Artesanato, os Agricultores Familiares, Fazedores da Indústria extrativa de tijolo) para o desenvolvimento do turismo no município?
3. Existe algum plano de capacitação das comunidades locais sobre o processo de planificação e gestão do turismo ou gestão de iniciativas solidárias
4. Se sim, qual são as áreas específicas, grupo alvo e a frequência de formação?
5. Quais são os principais ganhos advindos do turismo, para as comunidades locais?
6. Quais são as principais dificuldades que a DPCTI enfrenta para o desenvolvimento e monitoria da atividade turística?
7. Qual é o papel das políticas públicas no desenvolvimento do turismo?
8. Como representante do governo, qual é o papel da DPCTI no desenvolvimento das políticas públicas?
9. Existe algum tipo de consulta prévia e/ou participação da comunidade local e do setor privado no processo de elaboração das políticas públicas do turismo?
10. Se sim que tipo de consulta? Qual é a frequência?
11. As políticas públicas já aprovadas representam os interesses da comunidade local?
12. Quais as estratégias adoptadas para garantir a implementação das políticas públicas aprovadas e respetiva monitoria?
13. Existe outra informação que julgue relevante que não conste do roteiro apresentado

Apêndice F: Roteiro de entrevista para a Associação Provincial de Hotelaria e Turismo de Inhambane

A presente pesquisa visa analisar a existência de integração entre a economia solidária e as atividades locais no Território turístico do Município de Inhambane, numa perspectiva do movimento da economia solidária. É desenvolvida por Sónia Deolinda Lourenço Cossa e constitui uma das fases para o desenvolvimento da tese de doutoramento pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob orientação do Prof. Dr. Francisco Fransualdo de Azevedo. Toda informação aqui colhida tem caráter confidencial, serão apenas para fins acadêmicos

Nome do entrevistado: _____

Cargo que ocupa: _____

Data da entrevista: _____

1. Qual é o papel do sector privado para o desenvolvimento do Município de Inhamabne como destino turístico?
2. Qual é o principal elo de ligação entre a APHTI e os diferentes atores do turismo (Estado, setor privado e comunidades locais)?
3. Qual tem sido o envolvimento da comunidade no âmbito da implantação dos empreendimentos turísticos no município de Inhambane?
4. De que forma o setor privado apoia o desenvolvimento das comunidades locais?
5. O setor privado tem participado do processo de elaboração de políticas públicas de turismo?
6. Se sim de que forma e qual é a avaliação que faz do processo?
7. Qual é o papel específico de sector privado neste processo?
8. De que forma o sector privado garante a integração dos *agentes da economia local* (Pescadores, o Pequeno Produtor de Artesanato, os Agricultores Familiares, Fazedores da Indústria extrativa de tijolo) no turismo?
9. Se sim como é operacionalizado?
10. Quais são os principais desafios do setor privado para o desenvolvimento do turismo no Município de Inhamabne?

Muito Obrigada!

Apêndice F: Roteiro de Questionário Direcionado aos Estabelecimentos de Restauração

A presente pesquisa visa analisar a existência de integração entre a economia solidária e as atividades locais no Território turístico do Município de Inhambane, numa perspectiva do movimento da economia solidária. É desenvolvida por Sónia Deolinda Lourenço Cossa e constitui uma das fases para o desenvolvimento da tese de doutoramento pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob orientação do Prof. Dr. Francisco Fransualdo de Azevedo. Toda informação aqui colhida tem caráter confidencial, serão apenas para fins acadêmicos.

1. Dados do estabelecimento

Nome do estabelecimento: _____

Ano de abertura: _____

Local: _____

Nome do entrevistado: _____

2. Número de funcionários

Total () H () M () Nacionais () H () M () Estrangeiros () H () M ()

3. De que forma o estabelecimento tem contribuído para o desenvolvimento da comunidade

Criação de postos de empregos ()

Construção de infraestruturas sócias () quais _____

Capacitação das comunidades () Quais _____ Outras iniciativas

4. Da lista dos fornecedores do estabelecimento, estão integrados os fornecedores locais?

Sim () Não ()

5. Da tabela abaixo mencione os produtos adquiridos a partir dos fornecedores locais

Produtos	Fornecedor	Descrição
Legumes		
Frutas		
Processados		
Pescados		

Produtos de pastelaria		
Especiarias		
Artesanato		
Tijolo		

6. Como avalia a qualidade dos produtos dos fornecedores locais?

Boa () Má () Razoável () Outros _____

7. Tem fornecido durante toda a época do ano? Sim () Não ()

8. Como avalia a qualidade dos produtos fornecidos pelos fornecedores locais?

9. Outros comentários _____

Apêndice G: Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE)

Fui informado (a) de que será realizada uma pesquisa intitulada “Economia Solidária Solidária no Território Turístico do Município de Inhambane (Moçambique): um Estudo de Integração com as Economias Locais o objetivo analisar a existência de integração entre a economia solidária e as atividades locais, no TTMI. A pesquisa insere-se no âmbito da elaboração da Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Turismo (PPGTUR) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) – Brasil. Caso eu aceite participar desta pesquisa, serei entrevistado (a) por meio de um roteiro semiestruturado e durante a entrevista serão realizadas perguntas de caráter pessoal e profissional. Tenho ciência de que a entrevista será gravada para facilitar sua posterior transcrição.

O meu nome jamais será mencionado quando forem apresentados os resultados da pesquisa, mas autorizo que mencione o nome da instituição em que estou afiliado(a). Não recebi qualquer pagamento para participar desta pesquisa. Não sofrerei nenhum prejuízo ou punição se, mesmo depois de iniciar a entrevista, eu resolver parar ou não me dispuser a responder alguma ou algumas questões.

Se eu estiver de acordo em participar da pesquisa, ser-me-á solicitado, para assinar, junto com o pesquisador, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Caso eu prefira não assinar, minha decisão será respeitada e isso não me impedirá de participar da pesquisa.

Após ter recebido as informações acima, este Termo de Consentimento foi lido e eu decidi participar desta pesquisa de forma livre e esclarecida.

_____, ____ de _____ de 2023.

Entrevistado (a)

Pesquisadora

(Sónia Deolinda Lourenço Cossa: 840282471)

Apêndice H: Empreendimentos de economia solidária contatados para a pesquisa

Ordem	Descrição dos Empreendimentos de economia solidária da pesquisa			
	Nome	Ano de criação	Número de membros	Está legalizada
Associações Agrícolas				
1	Associação de Conguiana	1989	15	Sim
2	Associação 3 de Fevereiro	2012	16	Não
3	Associação 15 de Outubro	2013	16	Não
4	Associação A Hirimene	2015	15	Não
5	Associação Katalela	2012	11	Sim
6	Associação 07 de Abril	2003	35	Sim
7	Associação 04 de Outubro	2007	37	Não
8	Associação Bakula	2017	16	Não
9	Associação 25 de Junho	1988	30	Sim
10	Associação Graça Machel	2016	20	Não
11	Associação 08 de Março	2010	10	Não
12	Associação 07 de setembro	2008	10	Não
13	Associação Ngungulo	2012	12	Sim
14	Associação Zonas vedes	1996	15	Sim
Associações de Pescadores				
15	CCP-Barra	2014	103	Não
16	CCP-Tofo	2008	130	Não
Cooperativas				
17	Cooperativa Sonho de Indundo	2022	15	Sim
18	Cooperativa de oleiros de Mutamba	2022	13	Sim
Associação de Oleiros				
19	Associação Josina Machel	2016	11	Sim

Nota. Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2024)

Apêndice I: principais produtos e pontos de vendas os empreendimentos de economia solidária

Nº	Associação	Bairro	Bairro do destino do produto	Principais produtos
11	Associação 7 de Abril	Siquiriva	Maxixe; Bairro Balane 2, Venda direta na machamba da associação e consumo	Legumes e verduras, Fruta, Feijões, Especiarias; Raízes e tubérculos
22	Associação 7 de Setembro	Muélè 1	Maxixe; Bairro Chalambe 2; Venda direta na machamba da associação e consumo	Legumes e verduras, Raízes e tubérculos
33	Associação 25 de Junho	Muélè 1	Liberdade 3; Venda direta na machamba da associação e consumo	Legumes e verduras, Especiarias, Cereais, Raízes e tubérculos
44	Associação das Zonas Verdes	Muélè 1	Liberdade 3; Maxixe; e Venda direta na machamba da associação e consumo	Legumes e verduras, Fruta, Cereais, Feijões, Raízes e tubérculos
55	Associação 3 de Fevereiro	Muelé 1	Bairro Marrambone, Bairro Chalambe 2, Bairro Balane 2, Bairro Machavenga, Maxixe e Venda direta e consumo	Legumes e verduras, Feijões, Cereais Raízes e tubérculos
66	Associação Graça Machel	Muelé 1	Venda direta na machamba da associação e consumo	Legumes e verduras, Fruta, Raízes e tubérculos
77	Associação Katalela	Muelé 3	Bairro Muelé 1, Venda direta na machamba da associação e consumo	Legumes e verduras, Feijões, Fruta Raízes e tubérculos
88	Associação 04 de Outubro	Guitambatun o	Ambulante, Venda direta na machamba da associação e consumo	Legumes e verduras, Fruta, Cereais, Feijões, Raízes e tubérculos
99	Associação de Conguiana	Conguiana	Ambulante, Venda direta na machamba da associação e consumo	Legumes e verduras, Fruta, Cereais, Feijões, Raízes e tubérculos
110	Associação Comunitária Agropecuária 15 de Outubro	Salela	Bairro Marrambone; Bairro, Machavenga, Bairro Liberdade 2 Maxixe e Venda direta na machamba da associação e consumo	Legumes e verduras, Fruta, Especiarias Raízes e tubérculos
111	Associação 8 de Março	Chalambe	Bairro Chalambe 2, Bairro Liberdade 2, Bairro Balane 2 Maxixe, e Venda direta e consumo	Legumes e verduras, Cereais Feijões, Especiarias Raízes e tubérculos
112	Associação Ngungulu	Nhapossa	Bairro Nhapossa Venda direta e consumo	Legumes e verduras, Fruta Feijões, Especiarias Raízes e tubérculos
113	Associação Bakula	Chamane	Venda direta e consumo	Legumes e verduras, Fruta, Cereais Feijões, Especiarias Raízes e tubérculos
114	Associação A hirimene	Liberdade 2	Bairro Chalambe 2, Bairro Liberdade 2, Venda direta na	Legumes e verduras, Fruta, Especiarias

			machamba da associação e consumo	Raízes e tubérculos
Associação de olaria				
21 5	Associação Josina Machel	Indundo	Venda Direta na associação, feiras e Consumo	Vasos
Cooperativas de oleiros				
21 6	Cooperativa Sonho de Indundo	Indundo	Venda Direta na cooperativa, e Consumo	Tijolos
21 7	Cooperativa de oleiros de Mutamba	Indundo	Venda direta na cooperativa, KULIMA e consumo	Tijolos e panelas
Conselhos de pescadores				
21 8	CCP-Barra	Conguiana	Venda direta, cidade de Inhambane, província de Maputo, e ambulante	Peixe, lula, caranguejo, lagosta e camarão
31 9	CCP-Tofo	Josina Machel	Venda direta, ambulante, cidade de Inhambane e Província de Maputo	Peixe, lula, caranguejo, lagosta e camarão

Nota Elaboração própria com base em dados de campo (2024)